



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TAINÁ DA SILVA BANDEIRA

**ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO UNIÃO CAIXEIRAL: GÊNESE E  
DUALIDADES DE UM PROCESSO DE CRIAÇÃO (1911 A 1937), NO  
MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN,**

Natal/RN

2017

TAINÁ DA SILVA BANDEIRA

**ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO UNIÃO CAIXEIRAL: GÊNESE E  
DUALIDADES DE UM PROCESSO DE CRIAÇÃO (1911 A 1937), NO  
MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes.

Natal/RN

2017

Catálogo da Publicação na Fonte.

UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Bandeira, Tainá da Silva.

Escola Técnica de Comércio União Caixeiral: gênese e dualidades de um processo de criação (1911 a 1937), no município de Mossoró, RN / Tainá da Silva Bandeira. - Natal, 2017.

149f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação.

## **TAINÁ DA SILVA BANDEIRA**

### **ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO UNIÃO CAIXEIRAL: GÊNESE E DUALIDADES DE UM PROCESSO DE CRIAÇÃO (1911 A 1937), NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes (orientador)  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marlúcia Menezes de Paiva (Examinadora interna)  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> José Mateus do Nascimento (Examinador externo)  
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Olívia Moraes de Medeiros Neta (Examinadora suplente interna)  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> Francisco das Chagas Silva Souza (Examinador suplente externo)  
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Natal, 24 de fevereiro de 2017.

*À minha mãe, ao meu pai (in memoriam)  
e a todos os trabalhadores do Brasil.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e aos Espíritos Superiores por todo amor e força que me guiam sempre;

À minha Mainha, Eunice, pelo incentivo, amor e respeito, sempre priorizando uma educação de qualidade para as filhas;

Ao meu Painho, Bandeira Neto (*in memoriam*), por me ensinar a amar minha família, pelas aulas de história e pelos exemplos de honestidade;

À minha irmã Tábata, pela torcida e apoio nesse período de estudo;

Ao meu orientador, professor Dr. Antonio Basilio, por acreditar em mim, por me incentivar nas dificuldades, por me fazer reconhecer meus limites e a vencê-los todos os dias, pelas orientações consistentes e pelo profissionalismo;

À Rosana, Hélio, Helinho e Lininho por me amarem como família durante todos esses anos e pelo suporte durante as pesquisas no município de Mossoró;

Aos meus bebês cachorros Patrick e Belchior, o primeiro por dez anos de amor e dedicação que nunca será esquecida; o segundo por essa nova vivência que me renova a cada novo despertar;

À professora Dr<sup>a</sup> Marlúcia Paiva e ao professor Dr. Mateus Nascimento, pelas observações oportunas que fizeram a esse trabalho, abrindo um horizonte de caminhos que possibilitaram a melhora desse trabalho;

Ao professor Dr. Chagas Souza, pelo interesse, acompanhamento e observações pertinentes durante o processo de seleção;

À professora Dr<sup>a</sup> Olivia Medeiros, por ajudar a reencontrar minha identidade de historiadora, estando sempre presente em cada passo dessa pesquisa;

À professora Dr<sup>a</sup> Lenina Soares por disponibilizar seu tempo para ler esse trabalho e trazer pontuações valiosas e enriquecedoras;

A todos os professores com os quais convivi e que compartilharam conhecimento nos seminários e disciplinas, pelo aprendizado que construí;

A meu companheiro de alma, Álamo, que é esse amigo presente há 15 anos, sempre segurando minha mão quando eu fraquejei, as palavras duras quando eu errei, meus sorrisos nos dias tristes, meu descanso em meio ao furacão, minha base quando me senti só, minha segurança quando eu não acreditei, meu aquariano quando eu insistia em ser taurina;

As minhas amigas Tatiana e Isa, por todos os momentos de diversão, comilança, festas, apadrinhamentos, acesso as fontes, futilidades, palavras de força e muitas conversas;

Aos meus amigos de pós-graduação – Gilson, Juliana, Yuma, Ana Zélia, Sarah –, que levarei para a vida, por todas as risadas, estudos, ensinamentos, fontes, caronas, conversas, lanches, medos e sucessos divididos;

A Miguel e Otávio, que na sua alegria de viver, me ensinaram a ser feliz com as pequenas coisas, pela paz transmitida nos momentos mais difíceis. A distância nunca diminuirá o amor que sinto por vocês dois;

A Sociedade União Caixeiral, na figura do sr. Luís Soares, pelo acesso aos documentos que resistem ao tempo;

À Capes, pelo financiamento às pesquisas;

A todos que cruzaram meu caminho e de alguma forma contribuíram com essa pesquisa.

*“[...]Por esse pão pra comer,*

*Por esse chão pra dormir*

*A certidão pra nascer e a  
concessão pra sorrir*

*Por me deixar respirar, por me  
deixar existir,*

*Deus lhe pague!”*

*Chico Buarque*

## RESUMO

Este trabalho tem por objeto o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, no período de 1911 a 1937, no município de Mossoró/RN, e está inserido no campo da História das Instituições Escolares. Essa escola foi criada pela entidade trabalhista Sociedade União Caixeiral, grupo que reunia comerciantes locais em prol de desejos em comum. Objetivando analisar o pensar e criar essa Instituição Escolar, indagamos em que medida as determinações dos contextos - socioeconômico e educacional – definiram o processo de institucionalização da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral pela Sociedade União Caixeiral. Tendo como hipótese que a escola foi determinada por esses contextos e que no ato da sua implantação, reafirmou as características dicotômicas oriundas do contexto socioeconômico e constituídas no cenário educacional. Na busca por respostas, utilizamos como fonte os documentos da Sociedade União Caixeiral, jornais digitalizados e impressos, documentos legais, Relatórios dos Presidentes do Estado, literatura pertinente e textos memorialísticos. Como abordagem mais viável, foi utilizada a dialética na abordagem marxista, assim, foi possível compreender a conexão íntima entre o que a sociedade produz e a forma que se é produzida. Por pensarmos na sistematização de práticas informais até sua implantação e, nesse percurso, analisarmos as dicotomias que caracterizaram essa institucionalização temos por conceitos base Instituição – com base nos estudos de Magalhães (2004) – e Dualidade – embasado em Cunha (2005). O ensino comercial começou a ser pensado logo após a fundação da Sociedade União Caixeiral, em 1911, que exercia práticas informais lecionadas pelos próprios sócios. Na busca por destaque social, essa entidade fortaleceu o processo de institucionalização e, em 1936, implantou a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, um espaço de ensino profissional organizado pela elite com pretensão de atender aos seus funcionários. Essa ação seguia a própria dinâmica do município de Mossoró, elite pensando modificações do município com base em suas próprias necessidades e interesses. Desse modo, o processo, aqui analisado, foi delineado pelas dualidades hierárquicas, nas quais a camada social dos dirigentes foi privilegiada em detrimento do grupo de trabalhadores e, cunhou a escola que, por ser direcionada aos funcionários do comércio, iniciou oferecendo ensino instrumental e estruturas deficientes reafirmando a precariedade presente nos outros espaços sociais direcionados ao grupo social oposta a elite. A Escola Técnica de Comércio União Caixeiral foi criada como forma de reafirmar, em Mossoró, o poder da Sociedade União Caixeiral, que expandia sua influência além do espaço econômico, adentrando no educacional.

**Palavras-chave:** História da Educação, História das Instituições Escolares, Educação Profissional, União Caixeiral.

## ABSTRACT

The following work has purpose the process of create of the Technical School of Trade of the União Caixeiral, from 1911 to 1937, in the municipality of Mossoró / RN, and is part of the History of Education Institutions. This school was created by the labor entity União Caixeiral Society, a group that brought together local merchants for common desires. In order to analyze the thinking and creation of this School Institution, it investigate to what extent the determinations of the contexts - socioeconomic and educational - defined the process of institutionalization of the Technical School of Trade of the União Caixeiral by União Caixeiral Society. Based on the hypothesis that the school was determined by these contexts and that at the time of its implementation, it reaffirmed the dichotomous characteristics derived from the socioeconomic context and constituted in the educational scenario. In search of answers, it used as sources the documents of the União Caixeiral Society, digitized and printed newspapers, legal documents, State Presidents Reports, pertinent literature and memorialistic texts. As a more viable approach, dialectics was used in the marxist approach, so it was possible to understand the intimate connection between the way society produces material existence and the school it creates. Thinking at systematization of informal practices until its implementation of the school and, in this course, it analyze the dichotomies that characterize this institutionalization, we have as concepts: Institution - based on the studies of Magalhães (2004) - and Duality - from the studies of Cunha (2005). Commercial Teaching began to be thought of right after the foundation of União Caixeiral Society, in 1911, which already practiced informal practices taught by its members. In the quest for social prominence, this entity strengthened the process of institutionalization and, in 1936, implemented the Technical School of Trade of União Caixeiral, a space of organized professional teaching by the select people with the intention of serving its employees. This action followed the own dynamics of the municipality of Mossoró, the elite thinking of modifications of the municipality based on their own needs and interests. In this way, the process analyzed here was delineated by the hierarchical dualities, in which the social layer of the leaders was privileged to the detriment of the group of workers, and coined the school that, because it was directed to the employees of the trade, began offering instrumental teaching and deficient structures reaffirming the precariousness present in the other social spaces directed to the opposite social group of the elite. The Technical School of Trade of União Caixeiral was created as a way to reaffirm, in Mossoró, the power of the União Caixeiral Society, which expanded its influence beyond economic space, into the educational.

**Keywords:** History of Education, History of School Institutions, Professional Education, União Caixeiral.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1	Produção correspondente a safra 1926-1927.....	52
Figura 2	Primeiro carro a circular em Mossoró, ano 1911.....	58
Figura 3	Jerônimo e Isaura Rosa com seus filhos, década de 1920.....	59
Figura 4	Relação de Condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, 1938.....	68
Figura 5	Mercado Público, década de 1930.....	72
Figura 6	Estação Ferroviária, s/d.....	73
Figura 7	Propaganda da Firma Tertuliano Fernandes & Cia, 1937.....	77
Figura 8	Colégio Sete de Setembro, 1904.....	83
Figura 9	Colégio Diocesano Santa Luzia, s/d .....	84
Figura 10	Colégio Sagrado Coração de Maria, década de 1920.....	85
Figura 11	Escola Normal de Mossoró, década de 1920.....	93
Figura 12	Primeiro Estatuto da Sociedade União Caixeiral, 1911.....	109
Figura 13	Primeira diretoria da Sociedade União Caixeiral, 1911.....	112
Figura 14	Lista de sócios, anos 1910.....	114
Figura 15	Francisco Izódio de Sousa, s/d.....	115
Figura 16	Prédio sede da Sociedade União Caixeiral, década de 1930.....	120
Figura 17	Alcides Dias, s/d.....	120
Figura 18	Raimundo Nonato da Silva, s/d.....	124
Figura 19	Mário Negócio, s/d.....	125
Figura 20	Solon Moura, s/d.....	126
Figura 21	Carta enviada ao Ministério do Estado da Educação, 1989.....	128
Figura 22	Prédio reformado da Sociedade União Caixeiral, década de 1940.....	130

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 REFERENCIAIS: ABORDAGEM, TEÓRICOS E CONCEITOS.....</b>	<b>26</b>
1.1 INSTITUIÇÃO.....	34
1.2 DUALIDADE.....	39
<b>2 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO: RELAÇÕES DE PODER E DESIGUALDADES SOCIAIS.....</b>	<b>48</b>
2.1 GRUPOS SOCIAIS.....	49
2.2 DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ .....	71
<b>3 CONTEXTO EDUCACIONAL: DUALIDADES DETERMINANTES.....</b>	<b>81</b>
3.1 INSTITUIÇÕES ESCOLARES.....	83
3.2 ENSINO PROFISSIONAL.....	89
3.3 INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO PROFISSIONAL.....	92
<b>4 ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO UNIÃO CAIXEIRAL: UMA NSTITUIÇÃO É PENSADA.....</b>	<b>106</b>
4.1 SOCIEDADE UNIÃO CAIXEIRAL.....	107
4.2 UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR É IMPLANTADA.....	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>133</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>139</b>

## INTRODUÇÃO

A temática deste trabalho é o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, no município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte. Essa escola foi implantada em 1936, sob as diretrizes da Reforma de Francisco Campos, e funcionou até o ano 2000. Ofereceu ensino técnico comercial e, após vinculação à instâncias públicas na década de 1980, também forneceu o ensino básico. Foi pensada e criada pela Sociedade União Caixeiral, associação formada por grandes comerciantes da cidade de Mossoró e existente desde 1911.

Por pensar a educação na sua historiografia, a presente pesquisa vincula-se à História da Educação. Essa área teve desenvolvimento considerável com as criações de Pós-graduações em Educação, a partir da década de 1970. Após 1990, as pesquisas sobre História da Educação passaram a questionar a centralidade, o estatuto, a representação e a precisão do objeto investigado. Simultaneamente a esses pontos, desenvolveram correntes interdisciplinares de investigação que proporcionaram um alargamento de objetos e fontes (MAGALHÃES, 2004).

Nesse momento, o campo da História das Instituições Escolares deu ênfase ao crescimento de suas problematizações, principalmente nos espaços dos programas de pós-graduação e, também, em publicações de congressos. Esse campo trouxe a preocupação de reconstruir os percursos históricos das escolas, ou de redes de escolas, em determinado período, buscando entender o percurso historiográfico da educação. As pesquisas sobre ele apresentam diferentes objetos de conhecimento, podendo, assim, ser analisadas na sua totalidade, isto é, na sua relação com a comunidade envolvente<sup>1</sup> (MAGALHÃES, 2004), bem como no que tange às práticas na cultura escolar. São pesquisas que, indo além de justaposições de informações, investigam as permanências e rupturas da escola na sua relação com transformações (ou não) espaciotemporais e socioculturais da comunidade em que está inserida. A pesquisa sobre a História das Instituições Escolares

É uma história material, social, cultural, biográfica, reflexiva, que procura uma objetividade e sentido de inquérito, na contextualização, descrição, narrativa, compreendendo e explicando o presente-

---

<sup>1</sup> Magalhães, em seu livro *Tecendo Nexos* (2004), utiliza o termo comunidade envolvente quando se direciona aos contextos que envolvem e determinam as ações dos sujeitos e instituições.

passado por referência ao destino dos sujeitos e à evolução da realidade. (MAGALHÃES, 2004, p. 71)

Dessas pesquisas, podemos perceber a importância histórica da construção realizada por sujeitos nas suas relações sociais e uma importância educacional, “podendo ser instrumento de autoconhecimento dos profissionais ao estabelecerem comparações com outros aumentando a sua responsabilidade de suas opções atuais” (BUFFA; NOSELLA, 2008, p. 21). Por pensar e levantar problemas dessa seara, nosso trabalho está inserido no campo da História das Instituições Escolares. Normalmente, essas pesquisas se centram em pensar na escola que apresenta uma “densidade histórica, isto é, tenha demonstrado, no decorrer do tempo, a realização dos objetivos a que se propunha e que a sociedade identifique, nesta escola, traços significativos de sua própria história” (BUFFA; NOSELLA, 2008, p. 24).

Os trabalhos inseridos nesse campo questionam instituições de diferentes tipos de ensino. Como a escola aqui analisada oferecia educação para o trabalho, podemos assegurar que nossas análises se firmam no percurso histórico de uma instituição escolar de cunho técnico, atualmente classificada por Educação Profissional<sup>2</sup>. Esse ensino historicamente foi negligenciado pelo Estado, ficando, em grande parcela, sob a responsabilidade de grupos privados. Essa negligência fez com que possuísse caráter instrumental, direcionado para o trabalho, e dual em relação ao ensino básico, principalmente no que tange à formação científica.

Apesar de essa dicotomia ainda existir atualmente, podemos apontar significativos avanços quanto aos debates e práticas, principalmente no que tange a uma educação politécnica ou tecnológica, isto é, a uma educação direcionada ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo do trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Nesses passos em busca da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, podemos destacar os direcionamentos legais – como o Decreto

---

<sup>2</sup> Foi na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) que o termo Educação Profissional aparece em lei ao invés de ensino profissional. Além disso, no art. 39, integra-se essa educação às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. É destinada ao aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem ou adulto.

nº 5.154/04, que traz a possibilidade de integrar o Ensino Médio à Educação Profissional (Educação Tecnológica e Politécnica). Além disso, também serve como exemplo de uma educação que une a formação para o trabalho à científica e humana. Podemos citar os Institutos Federais, que trabalham com esse direcionamento citado anteriormente.

No âmbito do que consideramos ensino profissional e seu percurso histórico, nossa análise investiga um momento da história da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral em que esse ensino era denominado ensino técnico, o qual será investigado a partir das análises do percurso histórico da instituição escolar. Essa escola foi significativa no município de sua atuação e, mesmo não estando mais em exercício, ainda está viva na memória dos sujeitos que protagonizaram essa história. A instituição conseguiu efetivar o que havia sido objetivado desde a sua criação: especializar os trabalhadores para atender ao setor comercial do município.

Com a área e o campo desse estudo estabelecidos – História da Educação e História das Instituições Escolares, respectivamente -, faz-se necessária a delimitação do objeto a ser problematizado. Como Buffa e Nosella (2008) afirmam, uma determinada Instituição Escolar possui diversos objetos a serem questionados<sup>3</sup>. Dentre os possíveis objetos a serem problematizados na história da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, decidimos analisar o processo de criação dessa instituição. O nosso objeto é o processo de institucionalização da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, concretizado mediante a relação entre a Sociedade União Caixeiral e os contextos socioeconômico e educacional, no município de Mossoró, Rio Grande do Norte.

Entendemos por processo de criação todo o período em que a Sociedade União Caixeiral, na relação com a comunidade envolvente, pensou a necessidade do ensino comercial na cidade de Mossoró, estabelecendo seus princípios e concepções, que

---

<sup>3</sup> Além da diversidade que afirmam Buffa e Nosella (2008), Magalhães (2004) relaciona vários pontos passíveis de investigação de uma instituição escolar: Espaço (local/lugar, edifício, topografia). Tempo (calendário, horário, agenda antropológica). Currículo (conjunto das matérias lecionadas, métodos, tempos etc., ou a racionalidade da prática). Modelo Pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as “categorias externas que a constituem – tempo, lugar e ação. Professores (recrutamento, profissionalização; formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações). Manuais escolares. Públicos (cultura, forma de estimulação e resistência). Dimensões (níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida” (MAGALHÃES apud GATTI Jr; PESSANHA, 2005, p. 80).

determinaram a implantação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Esse processo de institucionalização só existe na constante dialética entre a entidade criadora e os âmbitos do município de Mossoró.

Compreendendo por contexto socioeconômico o espaço berço das determinações que caracterizaram a implantação da escola, pois foi nas investigações sobre esse contexto que percebemos as relações estabelecidas pelos sujeitos inseridos na atividade comercial, os embates entre os grupos sociais e a tentativa de manutenção de poder. Partindo dessa compreensão, entendemos o educacional como lugar de reafirmação das dicotomias hierárquicas existentes no contexto socioeconômico e a constituição das dualidades que caracterizaram a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral no ato de sua fundação.

Quanto à análise da implantação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, entendemos esse momento como resultado da relação entre a Sociedade União Caixeiral e os âmbitos citados anteriormente. Isso nos possibilita perceber os momentos em que as demandas foram determinantes, isto é, compreendermos que dualidades foram concretizadas no ato da fundação dessa escola, originadas no momento de construção das práticas do ensino comercial em Instituição Escolar.

Investigar esse processo de criação, analisado a partir da relação existente, é verificar o próprio processo de constituição de determinadas práticas em uma instituição. Quando investigamos o processo em que foi pensada a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral pela Sociedade União Caixeiral, diante de necessidades emergidas da comunidade mossoroense, conseguimos observar a gênese da escola na organização e na sistematização das práticas informais exercidas.

Partindo de toda essa compreensão, pontuamos, como objetivos desta pesquisa, discutir as desigualdades existente entre a classe dos trabalhadores e elite; investigar o cenário educacional e como as desigualdades do contexto socioeconômico foram determinantes no fornecimento do ensino técnico no município em comparação com outras instituições escolares; analisar como a Sociedade União Caixeiral pensou e implantou a Escola Técnica do Comércio União Caixeiral e quais dualidades se reafirmaram.

O recorte temporal da análise deste estudo começa, nesse sentido, no momento em que a relação, objeto de nossas investigações, passa a existir no plano da ideia, com a criação da Sociedade União Caixeiral, no ano de 1911. É a dialética

estabelecida por essa entidade que vai determinar o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral (1936). Daí a importância desse retorno a alguns anos antes da implantação dessa instituição escolar. Como propomos perceber o processo de criação até o ato de implantação da escola, decidimos, como recorte final, o ano em que essa Instituição se instala no prédio sede da sua criadora, 1937. Dessa maneira, temos a possibilidade de analisar a institucionalização da escola, percebendo se as dualidades oriundas dos contextos são reafirmadas, ou não, na sua implantação.

Diante desse panorama, problematizamos desse processo de criação que objetivamos entender: como se caracterizavam as relações de poder e influência no contexto socioeconômico no município de Mossoró? Como as desigualdades sociais influenciaram no cenário de ensino para o trabalho da cidade? Quanto aos questionamentos direcionados ao outro lado da relação estabelecida nesse processo de criação da escola, o que foi a Sociedade União Caixeiral? Como se deu o processo de implantação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral? Como as dualidades hierárquicas se reafirmaram no ato da implantação da escola?

Portanto, nossa questão central indaga em que medida as determinações dos contextos - socioeconômico e educacional – definiram o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral pela Sociedade União Caixeiral, no município de Mossoró, Rio Grande do Norte, no recorte temporal de 1911 a 1937. A nossa hipótese, que foi pensada na configuração do nosso problema, é a de que o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral foi determinado pelos contextos da sociedade mossoroense, especificamente os socioeconômico e educacional, principalmente no que tange às relações de influências dos homens de comércio que constituíam a Sociedade União Caixeiral e as dicotomias existentes no ensino técnico. Entretanto, supomos que essa Instituição Escolar teve uma configuração individual no ato de sua fundação, isto é, afirmou novas determinações que foram introduzidas na comunidade com a inserção dos sujeitos já formados.

Problematizando nosso objeto, torna-se essencial compreender a relevância de análises como as nossas. As pesquisas do campo da História das Instituições Escolares possibilitam à sociedade perceber as permanências e rupturas do processo de ensino (BUFFA; NOSELLA, 2008). Comparar a história da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral às práticas atuais é perceber o que ainda é pensado sobre o ensino profissional e as modificações que se estabeleceram no cenário educacional.

Ao propormos analisar a relação entre os contextos e a escola no período de nosso recorte, o estudo da sociedade mossoroense possibilitará observar as permanências ou modificações dessa relação durante os anos seguintes da atuação dessa instituição, principalmente dos sujeitos que fizeram parte de sua história. Outros trabalhos poderão, a partir de nossa pesquisa, abordar as relações existentes nos seus espaços escolares, observando o cenário socioeducacional do seu município.

Vale salientar que a narrativa da história de uma escola é mais que saudosismo ou fascínio, é uma forma de os profissionais se perceberem em um processo de construção histórica (BUFFA; NOSELLA, 2008). Perceberem que as suas vivências e práticas também definiram o percurso histórico dessa instituição. Diante disso, os sujeitos reconhecem suas responsabilidades quanto às suas atitudes atuais na prática do ensino, assim como na conservação da memória escolar.

Apesar de não ser possível pensar as permanências e rupturas na mesma escola, pelo fim do seu funcionamento, o ensino profissional é uma realidade presente em nossa sociedade e esse tipo de estudo, realizado com esta pesquisa, ajudará aos sujeitos de outras instituições escolares a refletirem sobre sua atuação na oferta de ensino para o mundo do trabalho<sup>4</sup>, assim como afirmam Buffa e Nosella: As pesquisas sobre Instituições Escolares elevam nos educadores o nível de responsabilidade pelos seus atos e estimulam nos leitores o gosto pelos estudos da história local e nacional. (BUFFA; NOSELLA, 2008, p. 29)

Há, no campo em que está inserido nossa escrita, uma lacuna quanto às pesquisas sobre instituições fornecedoras de ensino profissional e sobre práticas do ensino técnico. Buffa e Nosella esclarecem sobre os direcionamentos das pesquisas:

Analisando este conjunto de estudos sobre Instituições Escolares a partir do grau escolar do Estatuto Jurídico e de sua natureza institucional, concluímos que as instituições mais antigas e socialmente mais prestigiadas são as mais estudadas, como por exemplo, as de ensino superior, as escolas normais, as escolas confessionais (principalmente, femininas) e as escolas de referência, como o tradicional Colégio Caraça, o Seminário de Olinda, o Colégio Pedro II, a Escola Normal de São Paulo, etc. As escolas de formação para o trabalho e as mais modestas destinadas à população carente,

---

<sup>4</sup> Entendemos como ensino para o mundo do trabalho a concepção trabalhada por Frigotto (1995): A qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico. Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana. (p. 31-32).

como escolas comunitárias ou de caráter assistencial, estão pouco representadas. Os grupos escolares tornaram-se, recentemente, objeto de vários estudos, provavelmente como reação à atual decadência do ensino fundamental público, comparado com o ensino primário das primeiras décadas do período republicano. (BUFFA; NOSELLA, 2008, p. 20)

Diante desse panorama, nossa pesquisa se destaca por explorar espaço ainda pouco problematizado – estudo de instituição escolar de formação para o trabalho – ajudando a suprir essa lacuna tanto em um panorama nacional quanto estadual e, principalmente, local. Além disso, mantêm acesos os debates sobre o ensino profissional, sobre seu fornecimento e a ação (ou a falta dela) do Estado na busca de melhorias e erradicação das dicotomias. Outro ponto relevante desta pesquisa é o destaque à importância histórica da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, uma vez que, apesar de existir boa quantidade de obras que trazem citações sobre essa escola e a Sociedade União Caixeiral<sup>5</sup>, não encontramos trabalhos científicos, estudos ou obras problematizando essa instituição escolar. Existem apenas trechos, citações sem análises direcionadas, ou depoimentos de alguns sujeitos que atuaram na memória do município.

Devido a essa escassez de pesquisa sobre essa instituição escolar, sua história se mantém preservada apenas na memória dos sujeitos que viveram as práticas exercidas no passado. Mesmo que essa pesquisa se proponha analisar apenas um momento (criação) de toda a sua história, que é longa (pois funcionou até o ano de 2000), nossas análises registram a construção histórica da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Isso se deve ao fato de que “analisar o percurso histórico de uma escola é traduzir toda uma panóplia de meios, estruturas, agentes, recursos, marcas socioculturais e civilizacionais” (MAGALHÃES, 2004, p.15). E como a narração da história da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral traz consigo a própria história local, nossa pesquisa é importante para reforçar a importância do conhecimento da micro história mossoroense *para* “fins de permanência e mudança social” (MAGALHÃES, 2004, p.15).

Como o município de Mossoró possui um rico campo a ser problematizado e investigado - com instituições escolares de longa data que influenciaram a sociedade

---

<sup>5</sup> Essas citações podem ser encontradas nos livros da Coleção Mossoroense, principalmente nas obras de Raimundo Nonato e Vingt-un Rosado.

mossoroense em seus diferentes momentos históricos (algumas centenárias), de diferentes origens e modalidade de ensino (umas ainda em funcionamento, outras não) - esta pesquisa também ajuda a instigar outros pesquisadores a voltarem os olhos para essas escolas, que veem suas histórias se perdendo com o tempo. E, finalmente, nossa pesquisa poderá ser utilizada como exemplo de como entender uma forma material de pensar a História das Instituições Escolares, pois analisamos um momento específico da escola – processo de criação - sob a abordagem da dialética materialista, percebendo a escola a partir da relação com a própria sociedade que a idealizou e criou.

A nossa temática foi amadurecida durante estudos do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional/IFRN. Nos estudos realizados na disciplina História da Educação Profissional, decidimos o campo e a especificidade do ensino profissional, em razão das lacunas de pesquisas nesse direcionamento (como explicado anteriormente). A escolha pelo município de Mossoró se justifica por razão pessoal, pois moramos quase vinte anos naquela cidade e, já cursando História pela UFRN, questionava a existência de vários fatos e espaços educacionais a serem problematizados naquele município. A instituição escolar que estudamos foi escolhida por haver sido uma escola que atendeu a muitos sujeitos mossoroenses, fazendo parte da história de tantos e inclusive de pessoas do nosso convívio pessoal.

Essa instituição atendeu aos propósitos que basearam a sua criação – especializar mão-de-obra para o trabalho no comércio, que ambicionava um crescimento nos cenários estadual e nacional. Também ofereceu estudo direcionado para o trabalho aos filhos das famílias com condições financeiras mais modestas. Além disso, atendeu à busca por alimentar um posicionamento social de soberania que a Sociedade União Caixeiral buscava manter no município. Portanto, contribuiu para suprir as demandas econômicas e a reconfiguração social e educacional de Mossoró.

Quanto ao momento histórico decidido, escolhemo-lo por razão da possibilidade de acesso às fontes e aos questionamentos que possuíamos. Não nos foi executável a pesquisa em fontes sobre a prática, uma vez que os documentos que poderiam nos dar orientação nesse sentido foram enviados à Secretaria de Educação

do Estado do Rio Grande do Norte, que não nos possibilitou o acesso a eles<sup>6</sup>. Nossas dúvidas eram sempre direcionadas ao porquê de se criar essa escola e às dualidades que se evidenciavam nessa criação, dicotomias essas que ora se apresentavam como determinações dos contextos, ora eram constituídas no ato de criação. Portanto, essa junção de razões nos direcionaram a decidirmos analisar o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral.

A busca por fontes se tornou uma saga diante da dificuldade encontrada. Não existe um arquivo com documentos sobre as práticas exercidas na escola aqui investigada até a década de 1980, quando vinculada ao estado do Rio Grande do Norte (e os documentos desse período posterior foram entregues à Secretaria de Educação estadual). Então, ficamos impossibilitados de analisar a cultura escolar durante esse período.

A partir de conversas informais, descobrimos que a Sociedade União Caixeiral ainda existia e tinha seu arquivo no prédio que fora a sua sede e onde funcionou a escola durante a sua existência, nesse momento, resumida a uma sala, no terceiro andar, fruto de um acordo com a Prefeitura de Mossoró quando o prédio foi reformado e passou ser a Biblioteca Municipal. Nesse local, havia documentos que nos possibilitaram pensar a constituição da Sociedade União Caixeiral no município de Mossoró, sua relação com o município e o seu pensar o ensino comercial para seus trabalhadores. Como exemplos de fontes, encontramos atas (inclusive a ata de criação) e regimentos internos que também incluíam a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Conferimos destaque à figura do responsável pelo lugar, o presidente da associação, senhor Luís Soares, que autorizou o acesso à sala e aos documentos, tornando exequíveis nossos estudos.

Também nos utilizamos de jornais digitalizados de arquivos particulares. No arquivo do Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia, conseguimos ter acesso a exemplares impressos de *O Mossoroense*, jornal local que começou a ser publicado em 1872 e encerrou sua produção física em 2015. No Arquivo Público do Estado, conseguimos poucas informações, apenas reafirmações do que fora encontrado anteriormente em outras fontes.

---

<sup>6</sup> A Secretaria de Educação nos informou que esses documentos estavam misturados a outros muitos de outras instituições e não havia responsável atuante nesse setor que pudesse separar e assessorar a nossa pesquisa, inviabilizando nosso acesso.

Quanto às legislações, a base de nosso estudo foram os decretos da Reforma de Francisco Campos, que o processo de criação da escola teve como base, especificamente o Decreto 20.158, de 1931, no qual é organizado o ensino comercial. As legislações nos permitiram observar a regulamentação do ensino para o trabalho, especificando as que eram direcionadas ao ensino comercial. A essas possibilidades acrescentam-se os Relatórios dos Presidentes dos Estados e documentos similares.

Mais significativo para entender o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral foi a descoberta e a análise de uma literatura pertinente que trabalha o Rio Grande do Norte e o município de Mossoró no recorte determinado. Merecem destaque as obras pertencentes à Coleção Mossoroense, que narram sobre sujeitos e fatos do município, e o estudo de Alcântara (2003) sobre o sindicato do Garrancho. Destes, exploramos com mais afinco os escritos do intelectual Raimundo Nonato, pelo fato de ele haver sido vice-diretor da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral e uma figura atuante no cenário educacional mossoroense, além de sempre informar sobre essa instituição escolar em seus textos memorialísticos. Também em suas falas menciona sujeitos que atuaram nessa escola, bem como fatos/espacos que influenciaram no processo de sua criação.

Os livros da Coleção Mossoroense<sup>7</sup>, por serem em grande quantidade, foram adquiridos tanto em sebos, quanto por meio de doações. Ressaltamos os livros doados pelo escritor mossoroense Lindomarcos Faustino Vieira, os que foram consultados na Biblioteca Central Zila Mamede, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e na Biblioteca Municipal Ney Pontes Duarte, pertencente ao Município de Mossoró, RN. Nesta última, existem todos os volumes dessa coleção. Esses textos memorialísticos foram essenciais para compreender o desenvolvimento do comércio e seus sujeitos, o cenário do ensino no município e informações sobre a escola em estudo.

Além das fontes elencadas, utilizamo-nos de trabalhos científicos que abordaram Mossoró em seus objetos específicos e que nos ajudaram também a entender os contextos, as análises de instituições escolares, de sujeitos construtores do cenário educacional do município ou do cenário do ensino técnico. Os trabalhos científicos que encontramos permitiram-nos observar os contextos socioeconômico e

---

<sup>7</sup> Dentre os livros da Coleção Mossoroense que utilizamos, podemos destacar os escritos de Raimundo Nonato da Silva.

educacional de Mossoró e conhecer outras Sociedades União Caixeiral e Escolas Técnicas de Comércio União Caixeiral em outros estados do Brasil.

Sobre os contextos, destacamos as seguintes dissertações: “Peças de uma história: formação de professores de matemática na região de Mossoró (RN)”, de Marcelo Moraes; “A Escola Normal Primária de Mossoró (1922 – 1934): narrativas sobre a criação da primeira escola de formação de professores do interior do Rio Grande do Norte”, de Maria Sarmiento; “Mitologias do País de Mossoró”, de Francisco Neto; e “A (re)invenção do lugar: os Rosados e o País de Mossoró”, de Felipe Alves.

Quanto às Sociedades e Escolas Técnicas de Comércio União Caixeiral disseminadas pelo Brasil, consultamos: A dissertação “Porta-vozes da conquista da riqueza: o ensino comercial e a escola União Caixeiral de Parnaíba (1918 – 1950)”, de Gilberto Filho; o artigo “A educação técnica em Parnaíba: a União Caixeiral como sintonia do desenvolvimento econômico”, desse mesmo autor, em coautoria com Frederico Lima e Cledivam Santos; o artigo “As Sociedades Caixeirais e o fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850 – 1912)”, de Fabiane Popinigis.

Diante das fontes e estudos utilizados, nossa metodologia possui caráter qualitativo e foi operacionalizada de acordo com os princípios e procedimentos de uma pesquisa documental de cunho histórico educacional. Para dar suporte ao que propusemos, sentimos a necessidade de embasarmos nossas análises em uma abordagem que nos propiciasse perceber a relação entre os contextos e a Instituição Escolar. Em outras palavras, em uma base que nos desse subsídio para analisar determinado objeto particular, percebendo as intrínsecas relações com a sua totalidade, que nos possibilitasse pensar, inicialmente, a história, tendo

[...] como base o desenvolvimento do processo real da produção, contritamente a produção material da vida imediata; concebe a forma das relações humanas ligada a este modo de produção e por ele engendrada, isto é, a sociedade civil nos seus diferentes estádios, como sendo o fundamento de toda a história. Isto equivale a representá-la na sua ação enquanto Estado, a explicar através dela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, moral, filosofia, etc., e a acompanhar o seu desenvolvimento a partir destas produções; o que permite naturalmente representar a coisa na sua totalidade (e examinar ainda a ação recíproca dos seus diferentes aspectos). (MARX e ENGELS, 1998, pp. 35-36)

Entendemos que um objeto específico – por exemplo, uma instituição escolar – está em constante diálogo com os contextos da sociedade que o produziu/produz, de acordo com Magalhães (2004), a comunidade envolvente, sendo estes – os contextos – determinantes na configuração desse objeto específico e a base de construção de uma identidade. Isto é, nessa relação, os contextos determinam e são determinados pelas instituições, em constante dialética. Em nossa pesquisa, temos, como objeto específico, a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral e, como contextos determinantes, os socioeconômico e educacional do município de Mossoró, sem, no entanto, desvinculá-los de uma percepção contextual dos âmbitos estadual e nacional.

Para atender à nossa demanda de perceber a “conexão íntima entre a forma pela qual a sociedade produz sua existência material e a escola que cria” (BUFFA; NOSELLA, 2005, p.363), decidimos pela abordagem dialética na concepção marxista. Para compreender como trabalhar sob essa abordagem, utilizamo-nos do estudo de Konder (1998) sobre as concepções de dialética, seus significados, possibilidades e contextualização<sup>8</sup>. Como suporte teórico para o estudo da Instituição Escolar, embasamo-nos nos estudos realizados por Magalhães (1996, 2004, 2005) para entender a sistematização e a institucionalização de uma instituição (escolar) e sua construção histórica; e por Cunha (2000, 2005) para compreender o percurso do ensino profissional e as dualidades existentes na oferta desse ensino.

No primeiro capítulo, *Referências: abordagem, teóricos e conceitos*, estabelecemos o diálogo com os suportes metodológicos e teóricos, explicando como a abordagem dialética, na concepção marxista, é pensada nas pesquisas educacionais e, especificamente, o que proporcionou em nossa pesquisa. Além disso, trazemos nossos conceitos-chave da investigação, instituição e dualidade, relatando como nos apropriamos dos estudos de nossos teóricos base, Magalhães (1996, 2004, 2005) e Cunha (2000, 2005), na compreensão desses conceitos-chave, relacionando-os à investigação do processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral.

No segundo capítulo, *Contexto socioeconômico: relações de poder e desigualdades sociais*, iniciamos nossas investigações sobre os âmbitos que caracterizaram o momento de pensar e criar a escola pela Sociedade União Caixeiral.

---

<sup>8</sup> Para uma melhor compreensão desse percurso filosófico, pode ser realizada a leitura do livro: KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. 28 ed. São Paulo: ed. Brasiliense, 1998.

Nessa etapa, pensamos o contexto socioeconômico, analisando os grupos sociais existentes, suas relações de submissão e de luta, compreendendo como a elite, na justificativa de busca pela modernização da cidade, reafirmava a situação de submissão dos trabalhadores e de privilégios para os dirigentes.

No terceiro capítulo, *Contexto educacional: dualidades determinantes*, fazemos um panorama das instituições escolares fornecedoras de ensino primário e secundário de Mossoró. Depois, trazemos o ensino profissional no âmbito nacional, especificando o ensino técnico comercial pensado nas legislações nacionais e estaduais. Finalmente, pensamos como esse ensino adentrou no município, enfatizando as dualidades próprias que se reproduziam ou não nas instituições que ofereciam o ensino para o trabalho. Assim, pretendemos contemplar os dois contextos que constituem a totalidade da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, partindo para nossas análises quanto ao outro lado da dialética contextos – escola.

No quarto e último capítulo, *Escola Técnica de Comércio União Caixeiral: uma instituição é pensada*, trazemos a Sociedade União Caixeiral, refletindo sobre quem eram os seus associados, sua inserção na sociedade, seus objetivos ao pensar o ensino técnico para seus funcionários. Posteriormente, analisamos o momento da institucionalização da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral e seu quadro inicial, pensando as determinações mediante os espaços existentes e excluídos. Ao final, compreendemos o papel que essa escola teve nos seus anos iniciais, ao formar uma nova camada de trabalhadores instruídos para o mercado de trabalho, isto é, “subordinada à lógica do mercado, do capital, portanto, da degradação, da segmentação e da exclusão. Reduz a educação ao atendimento às necessidades do mercado de trabalho e à lógica empresarial” (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2009, p. 162).

Esperamos que nossas análises estabeleçam com o leitor sentimentos de apropriação em relação ao ensino profissional, realçando sua importância na Educação Brasileira, incentivando novos olhares para as instituições que forneceram (e que ainda fornecem) o ensino técnico, ainda tão pouco problematizado.

## 1 REFERENCIAIS: ABORDAGEM, TEÓRICOS E CONCEITOS

É, portanto, na existência efetiva dos homens, nas contradições de seu desenvolvimento real, e não numa essência externa a essa existência, que se descobre o que o homem é: tal e como os indivíduos manifestam sua vida, assim são. O que são coincide, por conseguinte, com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem. (MARX; ENGELS, c2007, p. 18 – 19)

Este primeiro capítulo tem por intuito explicitar a base deste trabalho, trazendo em seu corpo a abordagem utilizada e os conceitos que embasam as análises. Como introduzido anteriormente, optamos por interpretar nossas fontes a partir da perspectiva dialética na acepção marxista, uma vez que entendemos que um objeto particular se constitui no âmbito de uma relação entre a estrutura que o pensa e os contextos que o determinam. Sendo assim, é importante dialogarmos sobre o que entendemos por dialética marxista, sua constituição no campo da História da Educação e sua relevância em nossa dissertação.

Após compreender a abordagem e suas possibilidades, buscamos esclarecer os conceitos que nortearam nosso trabalho - instituição e dualidade - pensando seu significado e percebendo seu contributo na construção de nossas interpretações, pois, apenas com essa compreensão, conseguimos caminhar e analisar o percurso que a Sociedade União Caixeiral seguiu ao pensar e institucionalizar a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. A dialética marxista nos veio como possibilidade no momento em que delimitávamos nosso objeto e a relação existente entre ele e a Sociedade União Caixeiral, pensando a instituição escolar e a cidade de Mossoró. Mas para uma melhor aplicabilidade, foi necessário compreender a própria constituição dessa abordagem, seu significado e a utilização dela na Educação.

De acordo com Konder (1998), a dialética surgiu na Grécia antiga como *a arte do diálogo* (p.07) e possuiu diferentes significados ao longo do tempo. Partindo das várias possibilidades, optamos por uma acepção moderna em que a dialética representa “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 1998, p.07). Quanto à concepção materialista, afirma Konder, é fato que, apesar de inicialmente simpatizar com o pensar de Hegel, Marx se direciona a construir uma forma de pensar mais concreta, diferenciando-se de Hegel, pois este “não foi capaz de analisar seriamente os problemas ligados à

alienação do trabalho nas sociedades divididas em grupos sociais (especialmente na sociedade capitalista)” (p.27). Devido a isso, a abordagem por nós escolhida não pensa o todo negando o objeto específico, muito menos este ignorando os contextos que o determinaram. A dialética dá suporte para entender tanto as contradições quanto a união entre elas.

Jameson (1997) afirma que uma escrita vinculada ao marxismo permite maior aprofundamento e que atualmente também possibilita análises com maior realismo. Ciavatta (2007) esclarece que a dialética marxista é mais que um modelo para esclarecer determinado fato de forma pontual, é uma abordagem que compreende “um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação de sujeitos sociais” (p.19). Por isso, faz-se necessária, principalmente, para entender a educação técnica, que está diretamente ligada a um ideário de educação para o grupo dos trabalhadores. Sendo assim, podemos afirmar que “[...] a dialética da totalidade é um princípio epistemológico e um método de produção do conhecimento” (CIAVATTA, 2007, p.24).

Compreendendo que a organização de uma instituição acontece na relação (constante e necessária) com sua comunidade envolvente, seja qual for o objeto a ser analisado, só será possível concebê-lo nessa relação com a sua totalidade determinante. Nesse diálogo, o objeto particular deve ser percebido “a partir de sua gênese nos processos sociais mais amplos” (CIAVATTA, 2007, p.24). Em nossa pesquisa, consideramos como objeto particular a Sociedade União Caixeiral pensando e criando a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, percebendo-a na relação com os âmbitos do município de Mossoró. Ao compreender a totalidade dessa escola, apropriamo-nos da escrita de Ciavatta (2007):

Na perspectiva marxista, a totalidade é um conjunto de fatos articulados ou o contexto de um objeto com suas múltiplas relações, ou, ainda, um todo estruturado, mas aberto a novas determinações que se desenvolve e se cria como produção social do homem. A dialética da totalidade (Kosik, 1976) é uma teoria da realidade em que seres humanos e objetos existem em situações de relação, e nunca isolados como alguns processos analíticos podem fazer crer (p. 24).

Ao entender o conceito de totalidade, conseguimos ter a clareza de que este nos possibilita compreender que, para analisar a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, é necessário interpretar seu processo de criação em relação com a

comunidade que a envolve, nunca de forma isolada. A totalidade é, pois, pano de fundo para compreender as determinações existentes, as dualidades, e como estas caracterizaram a institucionalização da escola.

Foi possível analisarmos a totalidade da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, inserindo-a na sua comunidade, percebendo o quanto se efetivaram as determinações oriundas dos contextos socioeconômico e educacional, sendo esses dois a totalidade dessa instituição escolar. Podemos dizer, então, que um objeto específico, em nossa pesquisa entendida como a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, é uma estrutura que foi pensada pela sociedade, configurando-se na relação com a comunidade. E isso só nos foi possível perceber através da abordagem dialética.

Portanto, essa abordagem dialética foi utilizada em nossa pesquisa como meio de compreender a relação (diálogo) entre o plano do pensar e criar a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral e o plano concreto que foi determinante na sociedade mossoroense (socioeconômico e educacional), compreendendo as contradições e semelhanças existentes. O uso dessa abordagem, atualmente, tem sido feito em número considerável de pesquisas, com reformulações pertinentes que tornam vazias críticas a uma supervalorização do contexto econômico como único determinante na relação dialética. A perspectiva dialética considera outros setores da comunidade como totalidade. Por exemplo, podemos citar as pesquisas que consideram contextos como cultura e a própria educação, passando a somar-se às questões tradicionais, como as da política e as da economia (GATTI JR, 2005).

Na Educação, essa abordagem é largamente utilizada. Podemos citar Saviani (1991), destacando a sua obra *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*; Lílian Wachowicz (1991) em *O Método Dialético na Didática*; e *Didática e as contradições da Prática*, de Pura Martins (1998); José Lombardi (2010), com *Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels*; Walter Pinheiro (2002), com seu estudo *O Ethos humanos e a Práxis Escolar: dimensões esquecidas em um Projeto Político-Pedagógico*. Merece destaque o grande educador Paulo Freire, que tinha os estudos dialéticos de Marx como grande influência, principalmente na sua *Pedagogia da Libertação*. Saviani expressa bem o que buscam os pesquisadores que se utilizam da concepção marxista:

A vitalidade do marxismo se expressa não apenas pela persistência dos problemas por ele formulados, mas também por sua capacidade de exercer a crítica tanto externamente, isto é, em relação à sociedade burguesa à qual se contrapõe, quanto internamente, quer dizer, em relação às diferentes apropriações de Marx e do marxismo efetuadas por aqueles que se definem como marxistas. (SAVIANI, 1991, p. 10)

No âmbito das pesquisas da história das instituições escolares, a abordagem dialética também é comumente utilizada. As pesquisas inseridas nessas análises se concentram, em sua maioria, em dois percursos: problematizar os trabalhos científicos já existentes nesse campo; analisar a história de uma Instituição Escolar específica ou de um grupo de escolas em um determinado período (MAGALHÃES, 2004).

Nas análises das questões historiográficas em que a dialética foi defendida, podemos destacar Dermeval Saviani, José Sanfelice e Décio Gatti Junior, que possuem artigos e capítulos de livro afirmando ser a dialética uma abordagem completa, que permite responder as problematizações de forma mais profunda e crítica. Nas pesquisas sobre a história de uma determinada escola, destacamos os estudos de Ester Buffa e Paolo Nosella, ressaltando que esses autores também possuem trabalhos sobre questões de ordem historiográfica em que defendem essa concepção.

Em nosso estudo, essa abordagem permitiu que analisássemos o trajeto histórico da instituição escolar, percebendo as determinações que influenciaram nesse percurso. Assim, não nos prendemos a um objeto particular descontextualizado, mas percebemos nosso objeto na sua forma mais profunda, nas suas relações essenciais. E essas relações ocorrem com os contextos com os quais dialogaram durante todo o processo de criação da escola aqui investigada.

As análises sob essa base admitem que o “ser social e sua vivência precisam ser compreendidos em sua complexidade” (GATTI JR, 2005, p.11). Essa complexidade só pode ser percebida na relação do todo com o objeto particular. Sendo assim, nosso estudo não se insere no que é considerado como *marxismo vulgar*<sup>9</sup>, pois buscamos perceber as singularidades e as particularidades da instituição, inseridas na sua totalidade, ambas em profundo diálogo de existência. Utilizamos a fala de Buffa

---

<sup>9</sup> *Marxismo vulgar* é o termo utilizado por historiadores ingleses, nos anos 1950, que romperam com a historiografia tradicional positivista, priorizando uma historiografia que se preocupasse com outras questões, somadas à econômica e à política. Merecem destaque os teóricos Thompson, Williams, Stedman, Jones e outros (GATTI JR, 2005)

e Nosella para expressar o que essa abordagem nos permitiu pensar ao direcionarmos para nosso objeto:

De forma aproximativa e sintética, o método dialético supõe a investigação da conexão íntima entre a forma pela qual a sociedade produz existência material e a escola que cria. O fundamental do método não está na consideração abstrata dos dois termos, escola e sociedade, relacionados a posteriori, mas na relação constitutiva entre eles, pois esses termos só existem nessa condição. (BUFFA; NOSELLA, 2005, p. 362)

Quando partirmos dessa relação constitutiva, temos a convicção de que “não se pode entender a educação, ou qualquer outro aspecto e dimensão da vida social, sem inseri-la no contexto em que surge e se desenvolve” (LOMBARDI, 2010, p. 222). Com isso, a dialética é um instrumento teórico, que permite perceber qualquer objeto particular (e sua essência) também na história. Sob a concepção de que “o que se produz é indissociável da forma como os homens produzem” (LOMBARDI, 2010, p. 228), confirmamos que só é possível entender a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral compreendendo como esta foi pensada e criada. A escola é indissociável do seu processo de criação. Porém, o fato de a escola ser intrínseca aos contextos não a faz apenas uma reprodução. A dialética percebe as relações que unem ou contrariam esses dois polos da relação. Por isso, preocupamo-nos em observar a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral como construtora de sua identidade.

Nossa pesquisa teve a preocupação de analisar as singularidades da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, investigando seus espaços, quadro docente, arquitetura e posição dentro do município, em constante diálogo com seu todo – contextos socioeconômico e educacional – fugindo de uma mera contextualização e aprofundando-os nessa dialética existente. Não desprezamos o particular, mas analisamo-lo, dialeticamente, com o todo.

Compreendemos também que a distinção entre aparência e essência é primordial em nossas análises, pois “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 1974, p. 939). Isto é, não podemos nos prender à primeira impressão quando olhamos para o objeto específico, pois isso seria a coincidência entre a aparência (primeiro olhar) e a essência (análises profundas), sendo essa coincidência a representação de análises superficiais do objeto. Entendemos por essência de um

objeto a estrutura e a dinâmica da Instituição Escolar, e estas são percebidas por meio de análises e na operação da sua síntese (PAULO NETTO, 2011).

Ainda nesse sentido, Konder (1998) ressalta a afirmação de Lukács quando este alega que a dialética permite avistar o que está por trás da aparência do objeto específico, reafirmando o que já pontuamos anteriormente que, nessa abordagem, não há a predominância dos motivos econômicos, mas, sim, do ponto de vista do todo. Nossas análises buscaram a essência da Escola Técnica Comércio União Caixeiral, pois não nos limitamos a uma primeira observação, que consideramos ser uma análise supérflua. Observamos o que nosso objeto específico dizia além dessa imagem imediata, suas relações e subentendidos das dualidades existentes e, assim, investigamos as relações mais profundas.

Definindo ser o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral o nosso objeto de análise e respaldada a investigação em uma abordagem que nos permita entender a essência, compreendemos os conceitos que norteiam nossa pesquisa e que definem nossas investigações, as nossas categorias de análise e os teóricos que deram subsídios para a constituição dos conceitos e a construção do trabalho.

Ao buscarmos entender como foi a criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, tivemos de direcionar nosso olhar para o momento em que ela começa a ser idealizada, ou seja, em que ela passa a existir no plano das ideias, conduzindo-o para a fase em que passa a ser concretizado o ensino comercial através das práticas informais e, finalmente, para aquele em que foi institucionalizada. Esse percurso de construção que nos propomos analisar tem como tijolos da narrativa da história (ALVES, 2003) dois conceitos que sustentam e dão sentido a nossa obra: Instituição e Dualidade.

A categoria de análise Instituição permitiu enxergar a própria essência da escola, a percepção das demandas no âmbito da sua totalidade, o pensar um ensino que atenda a essas necessidades, as práticas informais e o diálogo com a comunidade envolvente, reafirmando as constantes determinações na constituição de uma Instituição. No caso de nossa pesquisa, possibilitou investigar a gênese da Escola Técnica de Comércio União Comercial, percebendo o processo em que o ensino comercial começa a ser pensado dentro da dinâmica em que se vivia, exercido por meio de práticas informais, que foram sendo percebidas como necessárias para

determinado grupo social do município de Mossoró, comerciantes, e, posteriormente, passando a serem práticas formais, reguladas por instâncias legais e organizadas em espaços administrativos e físicos determinados, na constante dialética com sua totalidade concreta – contextos socioeconômico e educacional.

Dualidade é a nossa segunda categoria de análise, sendo o conceito que sustenta todo o processo de institucionalização da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, pois, na relação com os contextos determinantes, as dicotomias se fazem presente desde a dinâmica da comunidade – os que estavam inseridos na atividade comercial em comparação com os seus trabalhadores – até a forma em que a escola se constituiu no município – defronte aos outros tipos de ensino. Esse conceito representa o caráter do processo de criação da instituição escolar, tendo como berço as desigualdades socioeconômicas determinantes no cenário educacional de Mossoró.

Para ter domínio desses conceitos que norteiam nossas análises, selecionamos, dentre os teóricos que pensam a construção histórica de forma dialética, Magalhães (1996, 2004 e 2005) e Cunha (2000, 2005). Embasamo-nos em Magalhães, por seus estudos sobre História das Instituições Escolares, nos quais esclarece todo o processo de criação. Para isso, trabalha o percurso de uma instituição dentro de sua relação com a comunidade, o que nos permitiu clarear nosso olhar ao nos voltarmos para a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral.

Desse autor, Magalhães (1996, 2004, 2005), utilizamos artigos e capítulos publicados, mas foi o livro *Tecendo Nexos* que nos deu suporte para pensar a constituição de uma instituição, subsídio para entender a estrutura de pensar o campo em que nossa pesquisa está inserida, História das Instituições Escolares, proporcionando o conhecimento da forma praticável de pesquisa, quais os objetos e fontes possíveis, métodos de análises e metodologia de feitura. Mas foi sobre o formar de uma Instituição que esse teórico nos deu maior e principal estrutura. Permitiu-nos perceber a relação com a totalidade – que ele trabalha com a denominação de comunidade envolvente – desse objeto específico e como esse diálogo é essencial na formação da escola.

Cunha (2000, 2005) nos deu suporte para pensarmos as dualidades existentes em todo o processo de construção de uma escola de ensino técnico. Utilizamos principalmente sua obra *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*,

somada a outros livros e artigos. Nos estudos utilizados, esse teórico faz uma reconstrução histórica do ensino profissional no Brasil. Com isso, vai apontando as dicotomias que influenciaram na constituição das Instituições Escolares fornecedoras desse tipo de ensino.

Partindo dessas análises, tivemos a possibilidade de perceber que as dualidades existentes na criação de uma escola desse tipo não são exclusivas apenas do cenário educacional e, sim, originam-se na própria sociedade que pensa e constrói uma escola, determinando-a. Assim, essa categoria nos deu condições de perceber as relações de disputas nos contextos socioeconômico e educacional, dentro da Sociedade União Caixeiral e no ato da criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral.

Além dos teóricos base, buscamos outros estudos que dessem apoio às percepções imprimidas de Magalhães e Cunha quanto ao que nos propusemos investigar. De imediato, utilizamo-nos dos estudos que Buffa e Nosella realizaram juntos (1996, 1998, 2008). Esses teóricos possuem estudos que se assemelham ao que buscamos em nossa pesquisa, tornando-se, após os teóricos base, os que mais nos deram subsídios para nossas investigações.

Ainda sobre Buffa e Nosella, três trabalhos realizados em conjunto foram essenciais nesta pesquisa, todos sobre instituições da cidade de São Carlos: um, sobre a Escola Normal; outro, sobre a Escola Profissional; e o terceiro, sobre a Escola de Engenharia. Nesses estudos, os autores nos proporcionaram compreender a melhor abordagem, uma vez que, em suas análises, consideravam a dialética entre o objeto específico e a comunidade.

Destacamos os estudos de Moura (2007), que reconstrói o percurso histórico do ensino profissional, ressaltando as dicotomias existentes. Aqui, pudemos dialogar com Cunha, acentuando análises pertinentes. Ele faz observações de legislações e decretos e os relaciona com os acontecimentos sociais e educacionais de cada período. Também nos orientamos pelos estudos de Saviani, Sanfelice, Gatti Junior, Manfredi, Kuenzer, Frago, Escolano, Bencostta e Pinto. Esses autores dialogam com nosso referencial teórico base, Justino Magalhães e Luiz Antonio Cunha, permitindo-nos melhor entendimento dos conceitos que permeiam nossas investigações.

Saviani (2007) trabalha o conceito de Instituição e nos permitiu entender a institucionalização da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. De Sanfelice

(2007, 2008) e Gatti Junior (2002, 2005), utilizamos os estudos sobre a formação das instituições escolares na perspectiva da dialética e na percepção das dicotomias entre o ensino básico e o profissional. Manfredi (2002) nos possibilitou compreender o que foi o ensino profissional no período proposto, quais as relações existentes, bem como os significados dessa educação técnica na sociedade e nas instâncias legais. Kuenzer (1997) acrescenta também análises sobre as dicotomias existentes no ensino profissional, acrescentando assim as percepções citadas nos estudos de Manfredi e Moura.

Frago (2001) possibilitou apreender os significados dos espaços internos da instituição escolar e como eles foram determinados pela totalidade com que a escola dialogava. Escolano (2001), assim como Pinto (2002), acresce quanto às percepções e às representações da arquitetura externa da escola, o que sua fachada representava, além da posição geográfica dentro do município. Finalmente, Bencostta (2005) contribuiu na percepção dos silêncios, isto é, na interpretação de lacunas nessa escola existentes em outras. Esses autores possibilitaram, portanto, perceber as determinações existentes, bem como as dicotomias que predominaram.

Todos esses estudos possuem uma linha de análise semelhante a que nos apropriamos de Magalhães (1996, 2004, 2005) e Cunha (2000, 2005), priorizando “uma história das instituições escolares não apenas factual nem apenas descritiva, mas também interpretativa” (BUFFA, 2002, p. 27). Esses dois conceitos serão trabalhados minuciosamente a seguir.

## 1.1 INSTITUIÇÃO

Essa categoria de análise é a base de nossa pesquisa. É nela que conseguimos perceber a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral na sua gênese, isto é, na sua constituição em instituição e no significado da reconstrução de sua história. Para compreender esse conceito, embasamo-nos no pensamento de Magalhães sobre ser a relação com a comunidade envolvente o que confere a identidade histórica de uma Instituição, a sua gênese.

Quando compreendemos e explicamos a história de uma instituição, integramo-la no quadro mais amplo do sistema social que a pensou e a criou, nos contextos e nas circunstâncias históricas, de forma interativa e que implica na evolução da comunidade, dos públicos e das zonas de influências em que está inserida. Com isso,

pesquisar a história da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral é perceber o fornecimento do ensino técnico (o ensino comercial, especificamente), entender as conjunturas socioeconômicas do município de Mossoró, compreendendo que o percurso histórico dessa escola está imbricado na sociedade mossoroense.

Isso acontece pela própria dinâmica de formação de uma instituição. Esta não surge repentinamente, mas é constituída a partir de práticas informais e cotidianas que passam a ser percebidas como necessárias e vão sendo sistematizadas. Contudo, não são todas as práticas exercidas que são constituídas em instituições, apenas as que, em seu processo de sistematização, conseguem resolver problemas surgidos dentro da comunidade e se tornam essenciais. Com as permanências e rupturas da existência dessa comunidade, essas práticas se reinventam e continuam a suprir as demandas, modificando também os contextos que a determinam, na constante relação dialética, até que esse diálogo não funcione mais e a instituição deixe de existir.

Essas práticas são, portanto, criadas a partir de problemas reais, concretos e não apenas existentes no plano do pensamento. Nesse sentido, as instituições possuem caráter de solução, sendo – no processo de institucionalização – planejadas, sistematizadas e concretizadas (SAVIANI, 2007). Essas práticas informais e espontâneas no ato de percepção da necessidade de sistematizar e institucionalizar deixam de ser práticas primárias e passam a ser consideradas secundárias e intencionais. Com isso,

[...] podemos dizer que, de modo geral, o processo de criação de instituições coincide com o processo de institucionalização de atividades que antes eram exercidas de forma não institucionalizada, assistemática, informal, espontânea. A instituição corresponde, portanto, a uma atividade primária que se exerce de modo difuso e intencional. (SAVIANI, 2007, p. 5)

Por se originarem das práticas dos sujeitos nas suas relações sociais, as instituições são produtos históricos e sociais, pois também necessitam das relações com a sociedade à qual servem para seu próprio funcionamento. Além disso, necessitam de se auto reproduzirem para alimentarem suas próprias condições de existência. A sistematização dessas práticas envolve planos, métodos de criação, sistema de organização e doutrina em torno de retórica (SAVIANI, 2007).

Magalhães (2004), sobre o processo de institucionalização, afirma que “o processo de instituição corresponde à conversão de uma instância organizacional em

instituição de existência” (p. 38). Certifica que Instituição está ligada à ideia de sistematização e normatividade (p. 57). Sintetizando, as instituições são produtos de necessidades de uma determinada sociedade, surgidas na organização de suas práticas e são definidas, ao longo do tempo, pela relação sujeitos – sociedade, ambos se moldando nessa integração.

Por continuar a ser moldada após essa concretização, podemos assentir que a instituição possui caráter permanente, moldável e modulador. Permanente, como resposta às necessidades existentes, possuindo, portanto, um tempo histórico e não cronológico; moldável, por se adaptar às necessidades existentes; e modulador, por possuir, como instituição, identidade, moldando-se à sociedade ao responder as necessidades desta. Não diferente dessa lógica, uma escola nasce nesse mesmo caminho, pois sua gênese está na relação com a comunidade que a pensa e a cria. De acordo com Saviani (2007), uma escola é oriunda de práticas espontâneas, assistemáticas e informais. Diferencia-se das demais instituições por ser oriunda das práticas de outros espaços como família, igrejas, sindicatos e trabalho.

A necessidade de institucionalizar as práticas informais de ensino surgiu após o fim do modo de produção comunal, presente nas sociedades primitivas (caracterizadas pelo trabalho coletivo). As divisões de classe trouxeram consigo a divisão da educação, que passou a ser carregada de intencionalidades – diferentes práticas para diferentes sujeitos. “A escola é produto histórico inseparável do modo de produção capitalista” (BAUDELOT; ESTABLET, 1971, p. 297-298). Partindo disso, compreendemos que as práticas de ensino, agora sistematizadas, decorrem “[...] da necessidade de uma reflexão sobre o mundo do trabalho, da cultura desse trabalho, das correlações de força existentes, dos saberes construídos a partir do trabalho e das relações sociais que se estabelecem na produção” (MOURA, 2007, p.22).

Ainda nesse sentido, reforça Nosella (2001): “afirmamos que as formas de trabalho marcam também sua educação e suas instituições escolares” (p.17). Quando nos direcionamos ao ensino técnico, em que a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral está inserida, percebemos que, tão forte quanto o trabalho, a distinção social torna-se princípio educativo (BUFFA; NOSELLA, 1996). Buffa (2002) ainda afirma que, além disso, é a filosofia educacional da sociedade que cria e mantém as instituições escolares. Contudo, uma mesma instituição pode partir de variadas filosofias pelo fato de ser oriunda de diferenciadas necessidades. Ainda mais, uma mesma instituição

escolar pode se basear em diferentes filosofias educacionais durante seu percurso histórico pois, na sua constante relação com a sociedade, é determinada pelas variações filosóficas e históricas desta. Portanto,

Pode-se afirmar que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica, etc) que agem e interagem entre si, 'acomodando-se' dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade. (SANFELICE, 2007, p. 77)

Esse conceito de Instituição possibilitou percebermos que a fundação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral não aconteceu de forma repentina, sendo fruto de práticas informais e espontâneas da Sociedade União Caixeiral e de sua relação com as necessidades socioeconômicas do município de Mossoró. Apresentou caráter permanente devido a sua relação com a sociedade mossoroense no constante moldar e ser moldada.

Ao compreendermos a gênese da formação de uma instituição escolar na sua constituição como espaço institucional, foi-nos possível analisarmos o seu processo histórico e reconstruir<sup>10</sup> o processo de criação dela, entendendo essa reconstrução no sentido de “organizar o passado em função do presente, assim se poderia definir a função social da história” (LE GOFF, 1994, p. 438). E, ao nos propormos reconstruir a história da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, admitimos sua existência e sua importância quanto ao fato histórico que necessitamos conhecer.

Dessa reconstrução histórica da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, podemos perceber três pontos essenciais: sua materialidade, partindo da visibilidade mais imediata, como as condições físicas e seu aspecto arquitetônico; sua representação, analisando o papel atribuído a essa escola, percebida a partir da intencionalidade dos sujeitos criadores e o que entendiam como atividade própria dessa escola; e a apropriação, observada a partir da identidade dos sujeitos (MAGALHÃES, 2004).

---

<sup>10</sup> Usamos o termo reconstruir nos apropriando do sentido dado por Marx, o qual afirmava que “[...] o objeto do historiador não é construído por ele enquanto pesquisador. O que lhe cabe construir é o conhecimento do objeto e não o próprio objeto. E construir o conhecimento do objeto não é outra coisa senão reconstruí-lo no plano do pensamento” (SAVIANI, 2007, p. 15)

Assim, conseguimos refletir sobre o processo em que as práticas informais de ensino comercial fornecidas pelos *homens do comércio*, no município de Mossoró, foram entendidas como essenciais e constituídas na instituição Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, o que significa admitir o “[...]que realmente acontece em termos educacionais em qualquer país” (GATTI JR, 2002, p. 4).

Portanto, a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, como nosso objeto de estudo, por ser determinada pelo contexto educacional, proporcionando observar como era a educação no município de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte e o próprio ensino técnico no Brasil. Obviamente que não de forma exata, já que os contextos locais com que essa escola dialoga possuem suas particularidades. Mas nos permitiu perceber características gerais desse tipo de ensino.

Da própria gênese de uma instituição escolar, entendemos que a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral só poderia ser analisada se inserida em uma temporalidade e em uma conjuntura. Não entenderíamos seu processo de criação recortado da sociedade mossoroense, muito menos da norte-riograndense e muito menos da nacional, pois fazer isso seria ferir o próprio significado de instituição. E é nessa condição que constrói sua identidade. Apropriamo-nos da fala de Sanfelice quando ele afirma que

Nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seus muros, por isso é fundamental olhar para o seu entorno. Um entorno que se inicia bem junto a ela, mas que pode ser uma caminhada para uma dimensão cada vez mais macro. (SANFELICE, 2002, p.78).

A Escola Técnica de Comércio União Caixeiral foi uma escola síntese de variadas instâncias, como a socioeconômica, a educacional e a das relações políticas além, claro, da própria Sociedade União Caixeiral (criadora e mantenedora). Trata-se de uma instituição escolar que está articulada com o movimento histórico da sociedade mossoroense (GATTI JR, 2005). O próprio conceito de instituição está imbricado ao sentido de relação trabalhado nesta pesquisa. Compreender e explicar o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral é “integrá-la na realidade mais ampla [...] implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região” (MAGALHÃES, 1996, p. 2). Essa comunidade é Mossoró. Portanto, nada mais coerente que nos apropriarmos de uma abordagem que “considera o particular como expressão do desenvolvimento geral” (NOSELLA, 2001, p. 18). Considerando o objeto

particular, a Instituição Escolar, e a sua identidade. Com isso, nossas investigações se propõem pensar “os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento ou das que ele próprio criou. (MARX; ENGELS, 2007, p. 18-19).

## 1.2 DUALIDADE

Entendemos por dualidade a coexistência de dois princípios opostos e ativos em um mesmo espaço de existência (AULETE, 2011). Dentro da sociedade, pode ser percebida na comparação de duas forças que vivem em oposição e que podem ser grupos, âmbitos e espaços sociais. Em nosso trabalho, podemos perceber as dualidades tanto nos contextos quanto na implantação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. No contexto socioeconômico, as dualidades se formam a partir das desigualdades sociais, de modo que “uma unidade é favorecida ou ‘privilegiada’ e uma outra é desvalorizada de algum modo” (CARDOSO, 2001, p.95), sendo consideradas hierárquicas. No cenário educacional, as dicotomias existem na comparação entre o ensino para a elite e o ensino técnico; e na implantação da escola, percebemos a reafirmação das dualidades constituídas nos âmbitos ditos anteriormente.

A institucionalização da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral está entrelaçada na organização e na sistematização do ensino técnico comercial no município de Mossoró. Antes dessa escola, esse ensino existia em práticas informais, exercidas sob responsabilidade dos comerciantes. É no processo de sua criação que as dualidades existentes se mostram. No momento em que as práticas informais do ensino comercial vão sendo sistematizadas, no município de Mossoró, diferenças vão sendo reestabelecidas. Como entendemos que uma instituição se origina na relação com sua comunidade, afirmamos que é nesse momento que as dualidades se reafirmam.

Quando nos propomos observar a sociedade comercial mossoroense, sabemos que essa configuração não era linear e harmônica. Era espaço formado pela classe de comerciantes, que se constituía de sujeitos em contradições. Enquanto uma parcela regia o andamento econômico e coordenava os jogos de influência, havia os comerciantes que formavam a camada mais desprovida de poder aquisitivo, sendo menos influentes nos setores do município.

As dualidades foram percebidas na divisão de trabalho na classe comercial e em sua relação com o processo educativo, segundo o qual “trabalho, escolaridade e

profissionalização resultam de uma complexa rede de determinações, mediações e tensões entre as diferentes esferas da sociedade” (MANFREDI, 2002, p.31). E essa relação educação/trabalho possui o caráter prático de qualificação de mão-de-obra (BUFFA, 2002). Entendemos o trabalho como base da economia e da força social de produção de bens de serviço, sendo por isso que ele determina as relações, definindo os parâmetros de identidade social e cultural, tanto de cooperação quanto dos conflitos sociais. Essa definição configura os contextos socioeconômico e educacional, isto é,

O trabalho constitui objeto de ação e de intervenção de políticas governamentais: a regulação, o controle, a distribuição e a locação de postos de trabalho e o não-trabalho também fazem parte da construção de normas e instituições para disciplinar e controlar seu funcionamento como atividade social.  
(DEREYMEZ, 1995, p. 5-6)

Esse é o caráter com que o trabalho configura os contextos, que, por sua vez, expressam suas determinações e dicotomias no processo de criação da instituição. A partir dessa afirmação, fez-se necessário entender a diferença dentro da classe comercial e das divisões de trabalho. Com isso, podemos compreender a constituição das dualidades no ensino técnico: enquanto o ensino básico foi pensado como forma de doutrinar seletivos grupos para o exercício do comando, o ensino para o trabalho veio de um processo informal na própria dinâmica da vida social.

O ensino técnico e suas práticas intencionais é algo recente, fruto do crescimento capitalista industrial, que trouxe a necessidade de preparação para o mercado de trabalho. E foi desse significado histórico exposto por Manfredi (2002) que pudemos perceber a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral e sua relação com a necessidade para o mercado de trabalho local – o comércio. Compreendemos a Instituição Escolar, objeto de nossa pesquisa, como fruto de uma organização econômica do município de Mossoró, que apresentava necessidades de trabalhadores especializados. Percebemos que “os sentidos, as perspectivas e os projetos [dessa escola] variam quando analisados com base no lugar social de onde se originaram” (MANFREDI, 2002, p.60). Portanto, o ensino técnico fornecido pela escola tinha como base a relação entre educação e trabalho, conclusão essa da qual nos apropriamos e trouxemos para as nossas análises. Isso só foi possível quando investigamos a dialética entre essa instituição escolar e os contextos determinantes.

A relação entre trabalho e o cenário de ensino técnico configurada pelas dicotomias pode ser reconhecida nas primeiras práticas sistematizadas desse ensino, em 1809, com a criação do Colégio das Fábricas (MOURA 2007). Para esse início de práticas sistematizadas de ensino profissional, é direcionado um caráter assistencialista, de modo que

Essa lógica assistencialista com que surge a educação profissional é perfeitamente coerente com uma sociedade escravocrata originada de forma dependente da Coroa Portuguesa, que passou pelo domínio holandês e recebeu a influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando em uma ampla diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história – uma marca concreta nas condições sociais dos descendentes de cada um destes segmentos. (MOURA, 2007, p.6).

Entretanto, esse ensino não se resumia, nesse início, a um atendimento assistencialista puramente. Era mais forte a intenção de disciplinar essa camada social, pois, ao fornecer uma educação de ofício, buscava também corrigir atitudes de rebeldia e o que ia de encontro aos bons costumes, possuindo, assim, cunho socioeducativo (MOURA, 2007).

A partir de 1920, o ensino profissional deixa de atender prioritariamente a crianças e jovens em situação desvalida e passa a direcionar seu fornecimento à formação de trabalhadores e operários, somando-se ao seu objetivo disciplinar o fator controle e domínio dessa camada agora atendida pelos patrões e pelo próprio Estado (MOURA, 2007). Isso se deve a como os trabalhadores passaram a se organizar, principalmente os operários urbanos, que iniciaram grandes mobilizações, unindo-se em associações, sindicatos e partidos políticos, tornando os espaços de trabalho palcos de consideráveis lutas sociais (MANFREDI, 2002).

Foi nesse panorama social que a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral passou a ser pensada e a ganhar significação no plano do pensamento pela Sociedade União Caixeiral. Esse ensino também encontrava campo fértil nas necessidades oriundas das mudanças socioeconômicas<sup>11</sup>. Com a década de 1930, ocorreram mudanças profundas, com o processo de industrialização do Brasil, que exigia um contingente mais especializado para a indústria, o comércio e a prestação

---

<sup>11</sup> Cunha (2000) afirma que aconteceram, na Primeira República, profundas mudanças, que se fortaleceram com o fim da escravatura e a consolidação do projeto de imigração (trazendo consigo ideais anarquistas). Com isso, houve uma aceleração dos processos de industrialização, urbanização e modernização da tecnologia.

de serviços. Junte-se a isso o fator Segunda Guerra Mundial, quando os países desenvolvidos estavam concentrados na indústria bélica, dando espaço aos países emergentes e a seus avanços industriais (MOURA, 2007) (CUNHA, 2000) (MANFREDI, 2002)

Nessa década, a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral se constitui em instituição escolar, tendo sido pensada e criada com base no objetivo de desenvolver a atividade comercial que se fortalecia no município de Mossoró. Tinha por objetivo inicial especializar os trabalhadores já inseridos no comércio e os seus filhos com idade de usufruírem desse ensino, para que atendessem à demanda de especialidades e de desenvolvimento dessa economia.

Esse cenário emergencial caracterizou, mais ainda, como dual o cenário educacional mossoroense, que era determinado pelo contexto nacional. Quando comparamos o ensino técnico ao ensino básico, acentua-se a “vertente mais instrumental [que] é permitida aos filhos das camadas populares, enquanto a educação básica de caráter mais propedêutico é dirigida à formação das elites” (MOURA, 2007, p.5). Na verdade, a dualidade fez parte do pensar quaisquer práticas sistematizadas de caráter profissional no que tange a quem era direcionado esse ensino e sua qualidade. Como dito anteriormente, o ensino profissional era, inicialmente, direcionado aos desvalidos, enquanto o ensino de humanidades e ciências era direcionado aos filhos das camadas mais altas (CUNHA, 2000).

Kuenzer (1997) afirma que a dualidade existia desde o curso primário. Enquanto o percurso do ensino básico (primário e ginásial) a que eram direcionados os filhos da elite fornecia preparação e maiores oportunidades para adentrar no ensino superior posteriormente, aos filhos dos grupos sociais mais baixos era destinado ensino que tinha caráter de finalidade, como os cursos técnicos. Na Constituição Federal de 1937 é perceptível essa dualidade quando é posto que

Art 129 - À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (Art. 129).

Mesmo com todas as modificações após a década de 1930, quando houve uma atenção maior à educação, partindo de todo o processo de crescimento da industrialização do país, e ao ensino profissional sob outra visão – de especialização para o trabalho – as dualidades ainda permaneceram e se fortaleceram nas décadas seguintes, com as Leis Orgânicas, por exemplo (CUNHA 2000).

Quando Buffa e Nosella (1996) pensam a Escola Normal e a Escola Profissional de São Carlos, relatam princípios opostos. Essas dualidades também possibilitaram perceber fatos semelhantes no cenário educacional em Mossoró. Enquanto a Escola Normal era direcionada para a educação dos filhos da elite – apesar de ter, por criação, caráter profissional – assim como escolas secundárias (por exemplo o Colégio Diocesano Santa Luzia<sup>12</sup>), a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral era para acesso dos filhos das famílias com menos recursos financeiros. Quando pensamos a Sociedade União Caixeiral, grupo de comerciantes que pensa e cria a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, e seus objetivos como grupo de caráter econômico, percebemos ser ela dual na própria configuração dentro do município de Mossoró.

Em um primeiro momento, essa Sociedade tinha por objetivo pensar melhorias na prática do comércio do município. Porém, no seu caminhar histórico, esse grupo vai se constituindo com objetivos diferentes, que vão além do contexto estritamente econômico. Com isso, ampliam-se as intenções iniciais, passando a objetivar também ser grupo de influência política e construtor de educação. Essa diferença dos princípios se confirmou ao pensar a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, pois as necessidades econômicas disputaram lugar com os novos passos em campos sociais e educacionais dos atuantes na Sociedade União Caixeiral, constituindo divergência entre o caráter que alega e o que se busca na verdade.

Unido ao desejo de destacar-se dentro do município, a Sociedade União Caixeiral traz as dualidades para o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral quando se encontra em uma posição elitizada e pensa em uma educação para os trabalhadores. E esse pensar tem uma iniciativa e um fim nas necessidades dessa associação, representante da elite. Forma-se berço para as

---

<sup>12</sup> O Colégio Diocesano Santa Luzia foi criado em 1901, no município de Mossoró, e, até hoje, é uma instituição de caráter privado e de cunho religioso. Os sujeitos a quem atendia eram, em sua maioria, filhos da elite local. Grandes nomes políticos do estado estudaram nesse local.

dicotomias que determinaram o processo de criação quando percebemos que essa mesma elite pensa educação diferenciada para os seus filhos.

Quanto à Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, analisamos as determinações e dualidades que permaneceram. Quando afirmamos investigar a institucionalização da escola, admitimos que refletimos sobre o que consideramos como objeto particular na relação aqui proposta. Tivemos condições de analisar as dicotomias existentes nas análises do quadro inicial, sujeitos atendidos e, especialmente, nos espaços existentes e silenciosos, pois investigar os espaços de uma instituição escolar é compreender que estes são recortados de intenções e significados (FRAGO; ESCOLANO, 2001). Portanto, responder-nos-ia as questões quanto às dualidades. Apropriando-nos dessa afirmação, entendemos que o espaço é concebido a partir de objetivos definidos e não é diferente quando nos referimos à Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Nela pudemos investigar sua fachada, a caracterização, a organização espacial e o uso do espaço físico. Associamos os espaços à percepção das dualidades que permaneceram ou que foram criadas.

Observando o quadro inicial da escola, refletimos sobre os sujeitos que atendiam e a quem era direcionado aquele ensino; o que se pensava para aquela escola que se firmava no município; e como se pensava a organização do curso. Com isso, foi possível visualizar as relações de poder e influência sociais e econômicas, as diferenças em relação ao ensino de outras escolas e as razões para oferecer formação utilitária. Contudo, analisar esses espaços nos possibilitou desconstruir algumas dicotomias ou criar novas. Apesar de ser fornecedora de ensino que tem, na sua essência de constituição, as dualidades – social, econômica e educacional – a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral apresentou alguns pontos divergentes de suas determinações. Um exemplo marcante foi a sua fachada. Pelo ensino técnico ser direcionado aos trabalhadores, o prédio que fornecia o curso comercial em Mossoró era vistoso e de grande porte.

Sabendo que a arquitetura de uma instituição escolar pode transmitir “hierarquias, valores, princípios de ordem e classificação, representações mentais e, como tal, linguagem, significados simbólicos ou reais mais ou menos evidentes” (BENCOSTTA, 2005, p.18), a sua análise possibilita responder quanto às dicotomias que se estabeleceram ou não na escola. Para entender as respostas da escola no diálogo com seus contextos, não nos prendemos aos espaços administrativos e aos

sujeitos atuantes. Além da fachada, observamos os espaços que nos foi possível acessar.

Refletir sobre o espaço escolar não pode ser considerado neutro, uma vez que ele apresenta uma lógica social que o transforma também em um objeto de mesma natureza, sendo derivado de sua condição de lugar e território ocupado, demarcado, construído e utilizado sob finalidades ou funções determinadas (FRAGO; ESCOLANO, 2001). Observamos a estrutura, os diferentes usos, a organização e as funções, de forma que, observando esses elementos, debruçamo-nos sobre a escola, percebendo que esses aspectos refletiam as concepções determinadas pelos contextos socioeconômico e educacional, pelo papel da Sociedade União Caixeiral e pela importância da escola dentro de sua comunidade (BENCOSTTA, 2005).

Outro ponto que a análise dos espaços (organização e físicos) nos possibilitou foi a percepção dos silêncios existentes. A existência de bibliotecas (ou não), por exemplo, respondeu-nos até onde essa escola foi determinada por um ensino instrumental, característico no contexto do ensino profissional (BUFFA; NOSELLA, 2002), pois, inclusive os silêncios – espaços que não foram construídos – são passíveis de análises (BENCOSTTA, 2005). Isso, comparado aos aparatos existentes em outros espaços educacionais, nos permitiu responder até onde as dualidades foram determinantes nos espaços físicos, construídos ou não (CUNHA, 2000), do prédio que sediou a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral.

Ao pensar nossa escola inserida no contexto educacional de Mossoró e conseguindo observar as outras instituições escolares, compreendemos o significado desses silêncios, como a falta de uma biblioteca na escola fornecedora de ensino para os trabalhadores, uma vez que era certa a existência dela nas que ofereciam ensino para os filhos da elite. Compreendendo que esses espaços eram característicos em outras escolas do município, principalmente na Escola Normal de Mossoró, o ensino comercial se afirmava como local destinado ao ensino profissional simples, resumido.

Acreditando que o espaço educa (FRAGO; ESCOLANO, 2001) e sendo esses espaços simples fornecedores de ensino instrumental, pensamos o que transmitiam esses silêncios. Outro ponto característico na criação dessa escola foi o destaque dela dentro do município, no qual seu prédio se igualava aos prédios públicos que representavam prestígio e se destacavam dentro de Mossoró. Verificamos que, se o

prédio se sobressaía a outros prédios do município e das residências da proximidade, isso se deve ao fato de que

Não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular. A produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal e excrescente. (FRANGO; ESCOLANO, 2001, p. 28)

Pudemos entender que o prédio sede da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral não teve como objetivo apenas sediar aulas. Ia além de institucionalizar as práticas informais exercidas dentro da residência de um dos sócios da Sociedade União Caixeiral. Eram fatores sociais, buscando representatividade da Sociedade União Caixeiral dentro do município, visando ser forte dentro das relações de poder existentes.

Essa intencionalidade também era presente nos objetivos na construção da fachada do prédio, que também afirmava os propósitos da escola dentro de Mossoró. Uma área frontal elaborada, monumental, retrata à comunidade em que está inserida sua onipotência como fornecedora de educação e símbolo de construtores de ensino e desenvolvimento. Na investigação desse conceito no nosso objeto, pudemos afirmar quão dual foi o pensar e a relação com os contextos, pois, se por um lado, a escola era determinada por seus contextos e por um grupo que tinha na sua essência diferenças nos princípios de sua dinâmica de existência, por outro, ela se configurava por um caráter próprio, assimilado por dicotomias oriundas da relação, desconstruindo outras e construindo novas características. Isso se deve à própria gênese de uma instituição. A Escola Técnica de Comércio União Caixeiral não fugiu a essa configuração institucional.

Com isso, conseguimos perceber em que medida os contextos socioeconômicos e educacionais determinaram o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral e sua constituição em instituição dentro do município de Mossoró, percebendo as dualidades que determinaram e configuraram essa escola. Foi, portanto, substancial a compreensão desses conceitos sob a abordagem dialética, através do referencial escolhido. Só assim conseguimos investigar o momento decidido nas suas essência e totalidade.

No próximo capítulo, expomos nossas investigações sobre o contexto socioeconômico do município de Mossoró. Consideramos ser essa totalidade a base da construção das dualidades que determinaram o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Isso se deve ao fato de ser espaço das desigualdades sociais existentes e palco das relações de poder. Assim, as dicotomias que se constituíram nesse berço caracterizaram o cenário educacional, o que conferiu ao fornecimento do ensino técnico comercial um cunho dual em relação aos outros tipos de ensino.

## **2 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO: RELAÇÕES DE PODER E DESIGUALDADES SOCIAIS**

“É uma história nova sem nenhuma novidade, e uma perpétua novidade sem nenhuma causa de novo” (VIEIRA, [1971], p.173)

Entender o processo de criação de uma instituição escolar é, primeiramente, compreender a comunidade que a recebe e que também a determina. Uma escola inserida em uma sociedade é constituída mediante organização e sistematização, assim como é modelada pelas demandas que vão se acentuando no seu desenvolver. Seja de que ordem for a instituição, ela estará em constante relação com sua comunidade envolvente, assim como afirma Magalhães (2004):

As instituições educativas, de forma particular e na sua dimensão sistêmica, são realidades dentro de uma outra realidade. São instâncias que, sendo diferentes na sua natureza, finalidades e dimensões organizacionais, se identificam num mesmo processo de institucionalização. (p.62)

Quando pensamos o processo de constituição em instituição da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, compreendemos que ela foi pensada e determinada diretamente proporcional à maneira como o município de Mossoró se organizava e, conseqüentemente, pelas demandas existentes na dinâmica das relações que eram estabelecidas nos contextos socioeconômico e educacional. Esses contextos, na dialética escola – comunidade, formam a totalidade da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Devido a isso, este capítulo tem importância fundamental para entendermos o processo da criação dessa escola.

Neste capítulo, traremos os resultados de nossas investigações sobre as relações socioeconômicas do município de Mossoró, que caracterizaram o recorte temporal pensado nesta escrita. Direcionamos nossas análises a entender a camada dirigente e a configuração que o comércio e seus sujeitos ganharam com o crescimento dessa economia no cenário local e estadual, bem como a perceber a constituição de uma elite comercial e as relações de poder estabelecidas entre essa elite e os trabalhadores do comércio.

Dispomo-nos a ir além de uma simples contextualização do município onde a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral se inseria, trazendo as relações de poder da elite local e os jogos de influências exercidos por ela, como isso configurou as

relações entre as diferentes camadas sociais e, por conseguinte, a construção dos diferentes âmbitos do município de Mossoró. Isso é essencial, uma vez que a Sociedade União Caixeiral, criadora e mantenedora da escola, fazia parte dessas relações sociais, que englobavam e modelavam esse momento de criar um espaço de ensino. Trabalhamos, neste capítulo, a totalidade socioeconômica na relação contextos – escola objetivada nesta pesquisa.

## 2.1 GRUPOS SOCIAIS

O município de Mossoró está localizado no estado do Rio Grande do Norte, sendo conhecido popularmente como a capital do Oeste potiguar. No ano vigente, possui estimativa populacional de 291.937, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Encontrando-se em lugar estratégico na ligação entre a capital do estado, Natal, e os municípios interioranos, como também entre os estados da Paraíba e do Ceará, Mossoró tornou-se ponto de idas e vindas de caixeiros viajantes. Com isso, desenvolveu as relações comerciais, que chegaram ao seu apogeu econômico no final do período imperial e nas primeiras décadas da República (BANDEIRA, 2016). Atualmente, possui 29 bairros, que são subdivididos em conjuntos habitacionais.

Foi através da Resolução nº 246, de 1852, reconhecido como Vila de Mossoró e, com a Lei nº 620, do ano de 1870, elevado à categoria de cidade (FAUSTINO, 2014). Mossoró se constituiu a partir do exercício da pecuária, nas margens do rio Apodi-Mossoró. Em 1857, apesar de ter tido um desenvolvimento lento, chegava a exportar couros, algodão, sal, carne seca, cera de carnaúba e resina de angico (SOUZA, 1979) através do porto de Areia Branca, considerado porto<sup>13</sup> de Mossoró até 1950 (FELIPE, 2001).

Esse crescimento nas exportações e importações iniciou uma gradativa configuração da economia do município, que passava a ter o comércio como meio econômico principal, semelhante ao que aconteceu nos municípios de Parnaíba, no

---

<sup>13</sup> O porto de Areia Branca era o meio de escoamento dos produtos comercializados no município de Mossoró, principalmente até a chegada da linha férrea, sendo de suma importância para a dinâmica da atividade econômica da cidade. Isso fica provado em uma passagem nos Relatórios dos Presidentes dos Estados (1930): “Consegui com o sr. Ministro da Viação que o engenheiro Hor Meyll, que esteve fazendo estudos no porto de Fortaleza viesse a Areia Branca para examinar este porto, cuja desobstrução e obras de fixação de dunas são de real interesse para o comercio da praça de Mossoró” (p. 20).

Piauí, Sobral, Ceará, Campina Grande, Paraíba, e Pajuí, Pernambuco, (NONATO, 1964). Mossoró passou a viver um empório comercial, destacando-se no cenário do estado por sua importância econômica e geográfica, uma vez que se localizava entre a economia do litoral e a do sertão, tendo possibilidades de participar “da divisão internacional do trabalho, como centro sertanejo de exportação e importação de mercadorias” (FELIPE, 2001, p.35).

Entre 1883 a 1885, o porto de Mossoró recebeu “113 embarcações nacionais e 143 estrangeiras” (LIRA apud FELIPE, 2001, p.40). Uniu-se a esse desenvolvimento a grande quantidade de mão-de-obra dos retirantes nos períodos de estiagens, “25.000 pessoas que a tudo expunham-se para receber um litro de farinha” (GUERRA; GUERRA *apud*, FELIPE, 2001, p.43). A força braçal dos retirantes também foi utilizada na construção de prédios públicos, como a Cadeia Municipal, na busca de melhoramento nos equipamentos simbólicos da cidade.

Com isso, a cidade, em pleno desenvolvimento comercial, passou a atrair investimentos de comerciantes estrangeiros de diferentes nacionalidades, como o suíço Henri Burly, e o italiano Teles Filizola (NONATO, [1949]). Soma-se a estes a vinda de comerciantes também dos estados vizinhos, famílias que iriam obter poderes além do comercial, como o político.

De acordo com o estudo de historiador Renato Amado Peixoto (2010), o Rio Grande do Norte pode ser dividido em três espacialidade: a natalense, a seridoense e a mossoroense, cada qual dirigida por determinada oligarquia. Diferente das outras, as famílias do espaço mossoroense “permitia[m] a entrada de outras famílias no poder” (FERNANDES, 2014, p. 91). Nessa cidade, as famílias que comandavam, inicialmente, eram a Gurgel e a Brito Guerra. No período do empório comercial, chegaram a Amorim Garcia, a Amintas Barros, a Almeida Castro e a Rosado.

No final do Período Imperial e no início da República, houve uma quebra na dinâmica das relações comerciais do município. A seca de 1877 pode ser apontada como forte razão para essa modificação da situação econômica mossoroense. De um lado, favoreceu os comerciantes locais, que eram pagos pelo governo para o fornecimento de alimentos aos retirantes (e assim tiveram renda para manter seus pontos comerciais), e os trabalhadores das salinas, por terem sido os que mais exploraram os retirantes como mão-de-obra abundante.

Por outro lado, enfraqueceu o comércio de importação e exportação de mercadorias, prejudicando os mercadores estrangeiros, que fecharam suas firmas e saíram da cidade. Unida ao problema da seca, estava a dificuldade do deslocamento das mercadorias, devido ao trem ainda não circular por Mossoró, apesar de a autorização da construção da linha férrea haver sido concedida desde 1875 ao suíço Ulrich Graf.

Com isso, a atividade comercial sai da situação de núcleo máximo, fazendo com que Mossoró perdesse “o posto de empório comercial para a praça de Campina Grande, na Paraíba” (FERNANDES, 2014, p. 166), reconfigurando, assim, a economia mossoroense. Felipe (2001) esclarece essa nova dinâmica da economia do município quando afirma que Mossoró

[...] mantém o seu comércio em evolução, agora tocado, especificamente, pelos capitais locais que, segundo recenseamento (1890-1900) publicado no Boletim Bibliográfico de nº 39, constava das seguintes firmas: Romualdo Lopes Galvão (algodão e peles), Borges Irmãos (exportadora), Souza Nogueira e Cia (importação e exportação), Oliveira Irmão (importação e exportação), Aderaldo Zózimo e Filhos (exportadora), Viúva Reis, Horácio Cunha e Cia., Manoel Tavares Cavalcante e Cia., Bento Oliveira e Cia., Leite e Irmãos, Benício e Mota, Cirilo e Nogueira, e, ainda, os comerciantes: Antonio Silva de Medeiros, Manoel Cirilo dos Santos, Silvio Policiano de Miranda, Manso Valente Cavalcanti, Frederico Sabóia, Manuel Lucas da Mota, João Valério de Medeiros e Rocha Limeira (Brito, 1982). Esse comércio se recompõe também com a chegada de outros sujeitos: é o caso do farmacêutico Jerônimo Rosado, que 27 de abril de 1890, requeria licença para estabelecer sua farmácia e drogaria na rua do Graf. (p.48-49)

Mossoró passa, nesse momento, a ser um “escoadouro natural das matérias primas. O comércio local supre os pedidos do sertão inteiro. Tem-detudo, com abundância, variedade, modernice” (CASCUDO, 1967, p.48). Acrescido a isso, essa cidade também passa a se dedicar à atividade extrativista e a beneficiar produtos como algodão, sal e gipsita, comercializando-os com as regiões centro e sul do Brasil. Mossoró continuou a ser o empório comercial até meados de 1924. Além disso, atuava na produção agrícola, como demonstra a tabela a seguir. O alimento mais produzido foi o milho, seguido por farinha de mandioca, algodão, cera, feijão, coco, arroz e tabaco, conforme produção especificada na figura 1 a seguir:

FIGURA 1: PRODUÇÃO CORRESPONDENTE A SAFRA 1926 - 1927

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE											
INSPECTORIA AGRÍCOLA FEDERAL DO 6º DISTRITO											
Estimativa da produção correspondente á safra 1926-1927.											
N. Ord.	Município	Ks. Assucar	Ks. Rapadura	Ks. Algodão (descar.)	Ks. Farinha mandioca	Ks. Milho	Ks. Feijão	Ks. Arroz	Ks. Tabaco	Ks. Cera	Caca (fructo)
1	Acary . . . . .	—	45.000	448.000	12.000	50.000	35.000	—	—	—	8.000
2	Angicos . . . . .	—	—	875.000	60.000	650.000	500.000	2.500	—	—	—
3	Assú . . . . .	—	86.400	864.000	650.000	200.000	450.000	400.000	25.000	300.000	35.000
4	Apody . . . . .	—	344.000	130.000	640.000	100.000	55.000	12.000	—	75.000	5.000
5	Arez . . . . .	216.000	30.000	5.600	650.000	60.000	320.000	5.500	—	—	45.000
6	Ceará-Mirim . . . . .	2.640.000	65.000	162.000	1.200.000	1.150.000	450.000	2.000	20.000	—	30.000
7	Canguaretama . . . . .	540.000	20.000	22.500	900.000	80.000	10.000	2.000	1.800	—	95.000
8	Caicó . . . . .	—	306.000	960.000	130.000	250.000	180.000	120.000	—	—	—
9	Curraes Noves . . . . .	—	27.000	563.000	100.000	150.000	12.000	3.000	1.000	—	15.000
10	Flores . . . . .	—	36.000	2.500.000	95.000	1.150.000	800.000	300.000	1.500	—	—
11	Goyanninha . . . . .	756.000	16.000	97.000	140.000	85.000	65.000	4.000	2.500	—	45.000
12	Jardim do Seridó . . . . .	—	5.000	104.000	5.000	80.000	8.000	4.000	—	—	15.000
13	Lages . . . . .	—	—	216.000	800.000	1.400.000	1.200.000	2.100	9.000	—	4.000
14	Macahyba . . . . .	100.800	144.000	356.000	500.000	200.000	220.000	8.000	1.500	—	120.000
15	Macau . . . . .	—	28.800	840.000	35.000	90.000	15.000	5.000	—	15.000	3.000
16	Mossoró . . . . .	—	14.400	234.000	250.000	300.000	120.000	4.000	1.000	150.000	4.500
17	Natal . . . . .	—	4.000	2.000	60.000	12.000	8.000	—	—	—	100.000
18	Nova Cruz . . . . .	—	—	1.080.000	650.000	700.000	150.000	4.000	500	—	2.000
19	Pau dos Ferros . . . . .	—	200.000	150.000	20.000	40.000	10.000	15.000	3.000	—	—
20	Patú . . . . .	—	250.000	960.000	96.000	320.000	80.000	160.000	28.000	—	—
21	Papary . . . . .	—	225.000	25.000	180.000	130.000	40.000	10.000	2.000	—	35.000
22	S. Miguel de P. dos Ferros	—	619.000	200.000	500.000	400.000	150.000	130.000	1.800	—	—
23	Port'Algre . . . . .	—	300.000	200.000	550.000	250.000	50.000	80.000	2.500	—	—
24	S. Gonçalo . . . . .	342.000	180.000	480.000	1.300.000	900.000	650.000	8.000	3.000	—	40.000
25	Santa Cruz . . . . .	—	5.000	1.100.000	1.800.000	1.600.000	300.000	25.000	2.500	—	500.000
26	S. José de Mipibú . . . . .	480.000	20.000	37.500	70.000	40.000	500.000	40.000	—	—	50.000
27	Areia Branca . . . . .	—	—	50.000	10.000	16.000	10.000	—	—	—	—
28	Caruabas . . . . .	—	50.000	60.000	36.000	240.000	160.000	16.000	—	—	—
29	Luiz Gomes . . . . .	—	225.000	460.000	190.000	250.000	180.000	300.000	7.500	—	—
30	Martins . . . . .	—	350.000	400.000	40.000	30.000	25.000	30.000	500	—	—
31	Taipú . . . . .	—	160.000	445.000	340.000	675.000	120.000	16.000	—	—	8.000
32	Serra Negra . . . . .	—	500.000	300.000	20.000	800.000	5.000	200.000	1.500	—	—
33	Augusto Severo . . . . .	—	45.000	810.000	30.000	400.000	40.000	20.000	—	—	—
34	Sant'Anna do Mattos . . . . .	—	—	378.000	150.000	45.000	400.000	35.000	—	—	5.000
35	Sant'Antonio . . . . .	—	—	189.000	300.000	180.000	90.000	—	—	—	—
36	Touros . . . . .	54.000	2.500	252.000	450.000	30.000	18.000	5.000	—	—	60.000
37	Pedro Velho . . . . .	—	5.000	120.000	180.000	60.000	35.000	—	—	—	—
	Somma . . . . .	5.128.800	4.308.100	16.075.000	13.139.000	14.213.000	7.461.000	1.968.100	116.100	540.000	1.224.000

Fonte: Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros, 1926, p. 50

No estado do Rio Grande do Norte, nas três primeiras décadas do Período Republicano, de acordo com Santos (1994), o algodão era o principal produto da economia e, às vezes, o sal ficava em segundo (isso dependia das condições climáticas propícias<sup>14</sup>). Essa condição foi favorecida quando a oligarquia do Seridó, liderada por José Augusto e Juvenal Lamartine, passou a controlar o poder político do estado, na década de 1920 (SOUZA, 2008).

<sup>14</sup> De acordo com Santos (1994), a exploração de sal diminuía quando havia muita chuva. Nesse período, o sal caía de posição nas exportações do Rio Grande do Norte.

O sal exportado era principalmente produzido na região do atual município de Macau e, em segundo lugar, na região salineira de Mossoró<sup>15</sup> (atualmente municípios limítrofes, como Areia Branca), que também produzia sal comercializado. De acordo com o Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (1924), Mossoró produzia 391 baldes e tinha área ocupada para essa atividade de 1.141.012 metros quadrados.

Outro produto que também se destacava na lista dos exportados era a cera de carnaúba, também produzida nas regiões de Mossoró e da várzea de Assu. A exploração da gipsita era realizada pela família Rosado e também se constituía produto de comercialização do município. Diante desse cenário econômico, “o capital econômico empregado investido em Mossoró não era mais capital externo como fora na segunda metade do século XIX, [...]. O capital passa a ser local e regional” (FERNANDES, 2014, p.166).

É nesse novo cenário que se constituíram as relações base de nossa pesquisa, momento em que se estabeleceram novas relações sociais no município. Os comerciantes que faziam parte da elite comercial anteriormente, os estrangeiros, nesse momento, perderam espaço para a elite local. Então, essa nova constituição de elite – que passou a representar um poder além do estritamente econômico, adentrando no âmbito da política e, mais à frente, no educacional – representou o grupo de influência que interessa às nossas análises.

Em Mossoró, apesar dessa troca de representantes da elite, não houve uma mudança na posição social dos grupos existentes no município, como dos trabalhadores. Os setores mais ricos eram formados pelos grandes comerciantes e proprietários de terras ligados à economia agrocomercial, além de detentores dos poderes de influência econômicos e políticos de Mossoró. “A classe média era bastante reduzida, composta por profissionais liberais, pelo funcionalismo civil e militar, e por pequenos e médios comerciantes” (ALCÂNTARA, 2003, p.25).

Apesar de nova configuração, Mossoró manteve a busca por desenvolvimento, sempre alimentando a sede por ser uma cidade culturalmente desenvolvida. Isso será unido às práticas de modernização que se acentuam no início do período republicano. Desenvolvimento e reafirmação de poder continuaram lado a lado na República,

---

<sup>15</sup> Apesar da região salineira pertencer ao município de Areia Branca, no momento do nosso recorte temporal, eram comerciantes da cidade de Mossoró que exploravam, assim como também eram de Mossoró os trabalhadores (FELIPE, 2001).

influenciando os setores da sociedade, como os contextos socioeconômico e educacional. O desenvolvimento urbano e a organização das práticas sociais em instituições cresceram de forma considerável nos diferentes âmbitos. De acordo com os Relatórios dos Presidentes dos Estados, no ano de 1920, o número de propriedades existente no município chegava a 882.

Nos primeiros decênios da República, o Brasil vivia uma busca por desenvolvimento. Essas mudanças, aos moldes europeus, foram pensadas e executadas em diferentes âmbitos da sociedade: o higienismo, pensando práticas de saúde e disciplina nos espaços públicos e privados; modificações urbanas, com a construção de espaços e vias planejadas, como o movimento da *Belle Époque* na capital do país e outras cidades (expulsando a população mais carente para o subúrbio das cidades); criação de novos aparelhos educacionais, como os Grupos Escolares (FERREIRA, 2009). Sobre esse momento na capital do país, Carvalho (2004) afirma que

Não seria exagero dizer que a cidade do Rio de Janeiro passou, durante a primeira década republicana, pela fase mais turbulenta de sua existência. Grandes transformações de natureza econômica, social, política e cultural, que se gestavam há algum tempo, precipitaram-se com a mudança do regime político e lançaram a capital em febril agitação [...] (p.15).

Mossoró era um município que estava inserido nesse contexto nacional. Porém, não podemos afirmar que no município existiam práticas tão acentuadas como as que foram exercidas no Rio de Janeiro, por exemplo. Também não podemos alegar que ele esteve fora dessa busca por modernização urbana. A capital do Oeste norte-riograndense, agora direcionada pela elite comercial, buscou e executou práticas de desenvolvimento que influenciaram diferentes âmbitos do município. Além da elite comercial, percebemos existir mais dois grupos dentro da classe: os pequenos e médios comerciantes e os trabalhadores. Porém, no poder socioeconômico, a elite era quem comandava os jogos de influências.

No comando das atividades econômicas, os dirigentes justificavam as práticas de grupo refinado em função da busca por modernização de conjuntura nacional, buscando tornar a cidade de Mossoró exemplo de civilização a ser seguida. Homens que faziam de um município pequeno um espaço de desenvolvimento social (FELIPE, 2001). Essa elite comercial tentou copiar um comportamento cosmopolita, consumia produtos oriundos da França e Inglaterra, estimulava apresentações “[...] das

companhias teatrais nacionais e estrangeiras, o gosto pela leitura que induzia a formação de bibliotecas com livros adquiridos na Europa e no Rio de Janeiro” (ibid., p. 50). Some-se a isso

A criação de instituições culturais, bibliotecas, clubes literários, semanários, jornais, grupos de teatro amadores e sala de projeção cinematográfica [que] sinalizavam os novos hábitos da modernidade local que se completavam com a criação dos colégios para instrução secundária, no caso, o Colégio Sete de Setembro, criado em 1900 e o Colégio Diocesano Santa Luzia, em 1901. (FELIPE, 2001, p. 51).

Esses pensamentos de desenvolvimento, nas primeiras décadas da República, não estavam mais concentrados no círculo fechado dessa elite. Era preciso chegar à população o ideário de modernização construído pelos sujeitos que comandavam o país. Era necessário envolver o povo nesse ideário de desenvolvimento, mesmo que este não usufrísse dele. De acordo com Carvalho (2004), esse envolver “[...] não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele teria de ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como imagens, alegorias, os símbolos e os mitos.” (p. 10).

Oriundo de locais como a capital do país, Rio de Janeiro, a elite local passou a construir a base de um ideário, definindo “papéis dos vários atores, os títulos de propriedade que cada um julgava ter sobre o novo regime” (CARVALHO, 2004, p.35). Dessa maneira, colocavam-se como construtores de um município moderno e desenvolvido, construindo uma sociedade sob base da própria formação da nação brasileira.

Os representantes dessa elite inseriram-se em espaços necessários a qualquer comunidade, como saúde e educação, atuando na construção de prédios públicos, estradas, escolas, hospital, estrada de ferro, dentre outros. Além disso, incentivou-se a chegada de objetos símbolos de desenvolvimento, como automóveis, tornando-os redutos privados e utilizados para atender às necessidades próprias e de próximos. Além disso, firmavam a concepção de que famílias como Gurgel, Escóssia e Rosado seriam essenciais para uma Mossoró modernizada.

Esses símbolos de desenvolvimento como forma de fixar o mito de heroísmo em relação à elite comercial podem ser percebidos até os dias atuais. Essa geração é considerada a responsável pelo desenvolvimento e pela luta de tornar Mossoró novamente o empório comercial de outrora. “O passado heroico dos ‘Civilizadores de

Mossoró' é o grande espelho, que os Rosados transformaram em imaginário político e usaram essas imagens para criar outras, pois um lugar de tantos heróis e de tantas 'virtudes' se assemelha a um grande país – 'país de Mossoró'" (FELIPE, 2001, p. 64).

Em contrapartida da busca por desenvolver o município, encontrava-se uma população que sofria com problemas de infraestrutura e de assistência social. Em um espaço não tão glamoroso e cosmopolita, estavam os comerciantes menores, pequenos fornecedores de matérias primas e os donos das bodegas<sup>16</sup>. Esses pequenos comerciantes tinham seus pontos em lugares mais afastados das ruas com maior movimentação comercial, cujos pontos de concentração ficavam exatamente entre a praça, onde se localiza hoje a Catedral de Santa Luzia, e o próprio Mercado Central<sup>17</sup>.

Esses pontos de comerciantes menos favorecidos se localizavam, em sua maioria, em locais que era considerada a parte baixa da cidade (NONATO, 1957). A verdade é que a elite cosmopolita era uma pequena parcela da sociedade e que possuía o controle econômico, social e político da cidade. Mas esse poder foi construído em detrimento da qualidade de vida da maioria da sociedade mossoroense, que sucumbia na precariedade, sofrendo com período de seca e a falta sistemática de água e assolada por doenças que eram "reinantes na transição de uma estação a outra" (SANTOS, 1990, p.7).

Cascudo (1967), quando trabalha a aparência do município, possibilita-nos perceber a configuração da cidade quando se trata dos espaços ocupados pela parcela menos favorecida: "Estendia-se o mundo disperso, confuso, de casebres de taipa, de choupanas de palha, desarrumado e múltiplo, crescendo nas orlas fecundas do rio, padrinho e padraço dando água de mais ou de menos, raramente o equilíbrio da suficiência." (p.50). Nesses espaços sociais, conseguimos estabelecer a diferença entre os grupos sociais dentro do município, o que nos leva a pensar para quem era direcionado esse desenvolvimento, quem se beneficiava.

---

<sup>16</sup> Termo muito comum na sociedade mossoroense em tempos passados e trazido por Raimundo Nonato em sua obra Memórias de um Retirante (1957).

<sup>17</sup> O Mercado Central era espaço, inicialmente, de comercialização de carnes e autorizado em 1875 através do decreto nº 739. Devido a problemas de saúde pública, foi derrubado e construído um novo prédio, inaugurado em 1907. Atualmente, funciona no mesmo local, praça da Independência, no centro da cidade, e tem por denominação Mercado Público Manoel Teobaldo dos Santos desde 2005 (FAUSTINO, 2016).

É nessas diferenças entre os grupos sociais que compreendemos ser o berço das dualidades estruturais que irão determinar o fornecimento do ensino comercial no município e, conseqüentemente, o próprio processo de institucionalização da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Consideramos por dualidade estrutural a dicotomia constituída na relação social, na qual um grupo é favorecido em detrimento de outro(s), sendo característico no regime capitalista.

Essa desigualdade determinou a organização do cenário educacional e como o ensino profissional se estabeleceu. É desse espaço de diferenças que direcionamos nossas análises sobre o contexto socioeconômico, pensando as divergências existentes na classe comercial e como influenciaram no processo de pensar e implantar a escola pela Sociedade União Caixeiral. De um lado, uma elite que se fortalecia nos âmbitos da sociedade mossoroense; do outro, pequenos comerciantes e trabalhadores que se sustentavam diante de uma realidade que se distanciava da modernização que almejavam.

A elite administrava diferentes âmbitos da sociedade, atuando no âmbito político, acompanhando a construção de escolas e controlando os espaços econômicos. Essa camada social em Mossoró foi acrescida por outras, oriundas de estados limítrofes que se instalavam em Mossoró, como Jerônimo Rosado, que veio do município de Pombal, chamado pelo médico Almeida Castro (vindo do Ceará) e iniciou uma rede de poder e influência com sua família, no município, perdurando até os tempos atuais.

Mesmo não sendo mais o empório comercial após a década de 1920, Mossoró possuía uma elite com característica diferenciada de outras cidades, como explica Fernandes (2014) quando afirma que “a cidade de Mossoró não se enquadrava no estereótipo político existente durante a República Velha, sendo esse o de que apenas as elites agrárias tiveram acesso a cargos políticos” (p.95). Nesse município, profissionais liberais constituíram oligarquia, como Jerônimo Rosado, que era farmacêutico, o que Fernandes (2014, p.95) denomina de “oligarquia urbana”.

Comumente, comerciantes da elite uniam-se em firmas, que se dedicavam à comercialização de mais de um produto. De acordo com as fontes memorialistas que nos serviram de estudo, temos como exemplo: Leite & Irmãos, Vicente da Mota & Cia, Delfino Freire da Silva, Cavalcanti Alves & Cia, S. Gurgel & Cia, M. F. do Monte & Cia (NONATO, 1978). Algumas firmas ganhavam destaque nacional como a última citada,

M. F. do Monte & Cia, e a Tertuliano Fernandes & Cia, representando o Rio Grande do Norte na capital do país, Rio de Janeiro (RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS, 1923). A primeira trabalhava com o algodão (descaroçamento) e a segunda com sal. Esta ainda atuou no comércio de automóveis, sendo a primeira nesse ramo – foi responsável pela chegada do primeiro carro no município, um veículo da marca Westinghouse, de fabricação alemã, em 11 de maio de 1911 (ESCÓSSIA, 1983) – e tendo como principal sócio o comerciante Francisco Tertuliano. Aquisição apresentada na Figura 2 a seguir:

FIGURA 2: PRIMEIRO CARRO A CIRCULAR EM MOSSORÓ, ANO 1911



Fonte: Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

Para entender melhor como se dava o poder de influência socioeconômica no município, analisamos a construção social de Jerônimo Rosado, o primeiro da família Rosado a chegar em Mossoró, e filho do primeiro a chegar no Brasil (família oriunda de Portugal). Nascido em Pombal, na Paraíba, tinha como pai, também Jerônimo Rosado, homem com propriedades de terras e cabeças de gado. Formou-se farmacêutico, casou-se com filha da família Maia e foi convidado por Almeida Castro – médico que exercia a profissão em Mossoró – para abrirem, em conjunto, uma farmácia no município (CASCUDO, 1967).

Almeida Castro, atuante da política municipal, possuía interesses que iam além do comercial (farmácia) ao levar para Mossoró mais uma família de influência, ganhando força nas relações políticas, pois, além de ser médico, também atuava na intendência municipal. Apesar de os textos memorialísticos, principalmente Cascudo (1967), trazê-lo como homem heroico desde a sua chegada ao município de Mossoró,

Jerônimo Rosado chega à cidade com alianças políticas formadas e exercendo práticas de saúde, uma vez que as farmácias eram espaços necessários em locais onde hospitais eram escassos, como Mossoró. Assim, constituiu um emaranhado de poder, de influência e imposições sociais que trouxeram o sobrenome Rosado até os dias atuais.

FIGURA 3: JERÔNIMO E ISAURA ROSADO COM SEUS FILHOS, DÉCADA DE 1920



Fonte: Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

Na imagem anterior, encontram-se Jerônimo Rosado, sua segunda esposa, Isaura Rosado e 14 dos seus 18 filhos. Nela podemos perceber tentativa de demonstrar uma família unida em torno dessa figura paterna e sua companheira cuja base familiar sustentava. Também há a tentativa de explicitar a união de todos e a força que isso poderia representar. Uma família que possuía base nos valores de disciplina, pela forma que estão organizadamente sentados, tentando passar a ideia de constituição familiar exemplar para fortalecer sua posição social no município de Mossoró.

Assim com Tertuliano<sup>18</sup>, investiu em diferentes produtos e áreas comerciais. Não centrou apenas nele o peso do sobrenome, incluiu desde cedo os filhos nas relações sociais, destaque para Tércio Rosado, Dix-Sept Rosado e Vingt Rosado, o

---

<sup>18</sup> Tertuliano Aires Dias, de acordo com Silva (1984), foi comerciante de renome dentro do município de Mossoró. Além disso, foi pioneiro da indústria local e pessoa influente da maçonaria do estado. Seu nome denomina uma escola estadual no município de Mossoró.

primeiro inserido no cenário educacional, o segundo e terceiro na política. Mas não se resumiram nisso, eram possuidores de terras pelo município, como o sítio *Pautapuyo* (RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS, 1930, p.162) onde eram plantadas árvore frutíferas oriundas de outras regiões do país. No setor comercial, abriram outra farmácia e investiam na exportação da gipsita explorada no município de São Sebastião, aliás, exploração essa livre de imposto como determina o Decreto nº 400, de 6 de novembro de 1928 (esclarecendo que nesse mesmo decreto é informado que essa decisão é uma renovação de isenção autorizada no ano de 1923).

Fez-se também presente em diversos fatos da sociedade. Acompanhava a construção e funcionamento de escolas que forneciam ensino para filhos das família mais abastadas, como a Escola Normal; participava de campanhas políticas junto ao seu sócio e amigo Almeida Castro; era atuante nos símbolos de desenvolvimento como as construções de estradas e açudes além, e principalmente, na batalha para trazer a estrada de ferro. Fazendo-se ver, ouvir e, conseqüentemente, obedecer.

Apesar de ter falecido em 1930, antes da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral ter sido construída, seu poder de influência tinha sido instalado de tal maneira que perpassou aos seus filhos o exercício das práticas desse jogo de poder que exerceria essa influência nos diversos âmbitos da sociedade, como explica bem Fernandes (2014):

O poder do coronel não emanava apenas da terra, também estava relacionado a posse e manutenção de bens de fortuna, o exercício de certas profissões tidas como importantes na sociedade como Medicina, Direito, Engenharia, e, ter prestígio social. Jerônimo Rosado soube não apenas construir para si o lugar de homem de ciência, mas especialmente de homem a serviço de Mossoró e que teceu batalhas pela cidade [...] (p.96)

Cascudo (1967) narra um acontecimento que exemplifica o poder de Jerônimo Rosado em Mossoró:

O segundo exemplo obtenho das notas do sr. Francisco Sérgio Maia, genro de seu Rosado. Novembro de 1930 em Mossoró, na euforia da Revolução. Vicente Carlos de Saboia Filho, o último chefe do executivo municipal, perseguido, caçado pelos “revolucionários” como uma fera, foragira-se, ocultando-se nos arredores da cidade. Seu Rosado fora procura-lo no refúgio, confortara-o, e o trouxera para Mossoró, ostensivamente ao seu lado, deixando-o em casa. Saboinha não mais foi atormentado por ameaças de quem quer que fosse. (p. 30)

Nonato (1957) também conta um outro acontecido que demonstra o poder oligárquico dos Rosados, Mossoró era um município predominantemente católico. Na

década de 1920, chegaram ao município dois homens que se diziam protestantes e pregavam em praça pública, mas foram hostilizados. Prestes a sofrerem violência por um grupo de moradores do município, refugiaram-se em uma mercearia, Nonato narra que:

Logo, porém, foi percebido que alguma coisa de novo esta ocorrendo para o lado da casa de Colombo. E que daquele ponto vinha um homem andando, passando no meio do povo, abrindo caminho sem dificuldade, na direção da bodega onde se escondera o pregador. Ao atingir o local, bateu na porta e falou. O dono veio abri-la, com outros, de rifle em punho, em atitude de resistência. A conversa foi rápida. Laranjeiras [o pregador] saiu de braço com o seu novo companheiro, que o salvara da situação, e caminhará, entre aquela mesma gente, que, momento antes, queria rasga-lo, e que, agora, sem saber por que, olhava-o até com complacência, sem ódio, sem espírito de violência. No outro dia, o velho Beta, sabedor do acontecido, dando vaza à sua filosofia simplista e sem maiores horizontes, enquanto cuidava dos canários, ia conversando com a freguesia: □ Eita!... capa verde de uma figa, se não fosse seu Rosado, nem o diabo lhe salvava o couro!... (NONATO, 1957, p. 149)

Isso foi uma característica comum da elite local mossoroense: concretizar dentro da sociedade o sentimento de bem comum a todos os símbolos de desenvolvimento que interessavam, primeiramente, aos comerciantes. Com isso, Mossoró foi regida por esse grupo que estava impregnado em todos os âmbitos da comunidade, alimentando cada vez mais as relações de influências.

Semelhante a essa trajetória de poder socioeconômico e mito de construtor de desenvolvimento, outros sujeitos influentes também exerceram poder em diferentes âmbitos do município, como Hemetério Leite, que, além de grande firma dentro do município, Leite & Irmãos, teve parentes atuando no âmbito cultural, fundando o time Humaitá, e em entidades, como na própria Sociedade União Caixeiral, que tinha João Vieira Leite como 2º secretário.

A família Escóssia, até hoje presente na sociedade mossoroense, também inseriu seus representantes em diferentes espaços da cidade, mas foi no meio de comunicação que se estabeleceram, com a direção do jornal *O Mossoroense*, criado em 1872 por Jeremias da Rocha Nogueira. No período do nosso recorte, quem dirigia o jornal era Lauro Escóssia. Em 2015, esse jornal parou de fornecer jornais impressos, funcionando apenas em meio digital. Dessa maneira, mais um aparelho social tinha controle de um representante da elite local, o que fortalecia o controle do município. Até hoje, a família Escóssia também é reconhecida por seu “árduo” trabalho no meio jornalístico.

Outra forma de manutenção do poder social da cidade eram as ligações entre as famílias por contratos. A criação do time Humaitá foi pensada e criada pelas famílias Leite, Rosado e Escóssia, tendo possibilidade de fortalecer a concepção de que os dirigentes da cidade pensavam em seu povo. Os casamentos entre as famílias também foram muito utilizados como forma de manutenção do poder, formando uma forte rede de poder que não cessaria com a morte desses primeiros. Como exemplo, temos a união de entes da família Rosado com Escóssia, Gurgel e Cunha Mota: Jerônimo Vingt Rosado Maia com Maria de Lourdes Bernadeth da Escóssia Rosado; Jerônimo Lahire de Mello Filho casado com Francisca Gurgel Rosado; Lisete Rosado da Mota casada com Francisco Vicente de Miranda Mota, filho do Coronel Vicente Cunha Mota Intendente do município, de 1914 a 1916 (CARDOSO, 2001).

Nessa diferença dentro da classe comercial (que caracterizava as relações sociais), existiam, além da elite, os médios comerciante – estes, em sua maioria, comercializavam apenas uma espécie de produto e abasteciam polos próximos (municípios circunvizinhos). Já os pequenos comerciantes possuíam as bodegas – pequenos comércios variados – e se localizavam fora das ruas (e bairros) principais do exercício dessa economia, como a Rua do Comércio, atual Vicente Sabóia (NONATO, 1957). Essa rua, afirma Nonato (1957), era espaço de socialização dos comerciantes mais abastados, onde “podia observar a passagem dos homens importantes de Mossoró, seus grandes comerciantes, as autoridades e as pessoas de destaque no seu mundo econômico” (p. 20).

Apesar de possuírem pequenos comércios, esse lado da relação socioeconômica (pequenos e médios comerciantes) ainda assim fazia coro ao poderio comercial do município, participando e criando entidades que nele se destacaram. Essa dinâmica não se diferenciava do que ocorria no restante do país, o qual era regido pelos interesses impostos (muitas vezes, como algo essencial) pela elite. O fato de não fazerem parte, inicialmente, do círculo de influência mossoroense não impedia de almejarem e até conseguirem chegar a posições de renome. Faziam parte da classe comercial que estavam sob os direcionamentos do poderio da elite comercial, mas que não lhes diminuía o desejo dos de tentarem se inserir nesse espaço de poder.

Além desses dois grupos sociais, existia o dos trabalhadores que constituía a maior parcela social. Cunha (2005) aponta que a camada dos trabalhadores se encontrava, no contexto nacional, em divergência com a elite não só no âmbito

educacional. A própria origem desses trabalhadores relatava a sua condição diante dos comerciantes. Em sua maioria retirantes, fugidos dos períodos de estiagem, chegavam aos montes em Mossoró, buscando mínimas condições de vida. Muitos conseguiram ser inseridos no comércio e na exploração do sal e constituíram a camada trabalhadora do comércio. Apesar de ter existido uma mobilidade social, muitos continuaram nesse espaço, trabalhando assim como sua família, estabelecendo o que podemos considerar a sua condição como mão-de-obra no setor comercial em Mossoró.

Formando a maior parcela da população, esse grupo social vivia em condições bem diferentes da elite comercial. Moravam em bairros afastados e sofriam com problemas da infraestrutura e condições básicas. Eram os que mais sofriam com o desigual abastecimento de água e, em períodos chuvosos, com as enchentes do rio Mossoró. Ainda eram os que mais sentiam com a falta de médicos e mal tinham acesso ao ensino formal.

Em nossos estudos, pouco encontramos sobre a situação dos trabalhadores do comércio. A maioria dos escritos sobre a Mossoró do nosso recorte temporal, principalmente no período da República Velha, são textos que remetem aos grandes comerciantes e seus feitos. Isso se deve ao fato de os autores desses escritos terem feito parte dessa elite comercial ou possuírem algum tipo de ligação pessoal com ela, como Raimundo Nonato. Esses estudos memorialísticos também foi maneira de incutir na sociedade a elite como construtora de desenvolvimento e essencial à Mossoró. Porém, não podemos resumir a participação social dos trabalhadores a sujeitos submissos e apagados da história mossoroense, eles se organizaram e atuaram de forma veemente.

Eles também deram face à estrutura do município na luta por melhores condições de vida e atuando em espaços como forma de protesto contra as condições a que eram submetidos, principalmente quanto às situações de trabalho. A forma que podemos considerar mais veemente foi a formação sindical. No panorama estadual, no Rio Grande do Norte, as primeiras organizações do grupo dos trabalhadores surgiram nas cidades portuárias, onde o contato com ideias que circulavam nos centros populacionais mais desenvolvidos do país efetuou-se mais facilmente. Essas organizações foram criadas com o apoio do Partido Comunista, principalmente na região salineira de Areia Branca e Macau. O município de nossas análises se tornou

um polo de organização sindical no século XX, destacando-se as organizações dos trabalhadores na exploração do sal (ALCÂNTARA, 2003).

De acordo com Antunes (1982), os trabalhadores enfrentavam duras tentativas de desmembramento do seu grupo, mas não deixaram de tentar novas articulações e organizações de resistências, principalmente quanto às péssimas condições sociais. Trazendo isso para a realidade mossoroense do nosso recorte, essas manifestações de insatisfação se acentuavam, uma vez que, à medida que a população do município aumentava, maiores se tornavam os problemas como a falta de moradia, com a remodelação do centro comercial da cidade e o remanejamento das camadas populares para lugares mais afastados do município, e a saúde pública, que era precária, quase inexistente, uma vez que o Hospital da Caridade, que atendeu à maior demanda, só veio a ser inaugurado em 1938.

A criação de entidades laborativas funcionou também como forma de expressão do grupo de trabalhadores, tendo sido algumas criadas por estes. Batista (2015) afirma que os trabalhadores possuíam “organização em entidades de classes superior à do patronato” (p. 39). Em Mossoró, apesar de a maioria ter sido criada e controlada pelos dirigentes e justificadas pela modernização da cidade, as entidades organizadas pelos trabalhadores conseguiram avanços nas suas condições de trabalho. Havia o embate entre a elite que se organizava para que a camada dos trabalhadores fosse “um povo manso e resignado, respeitoso e discreto, um povo para quem os patrões sempre tenham razão” (PONCE, 1996, p. 171), e o grupo trabalhista, que se organizava contra essa submissão.

O município de Mossoró foi marcado pela criação de entidades e associações trabalhistas (tendo sido a Sociedade União Caixeiral a primeira), as quais se direcionavam às diferentes atividades profissionais e foram além de organização dos trabalhadores, sendo forma de controle pela elite e meio de destaque social (trabalhado adiante). Alguns exemplos de entidades organizadas por trabalhadores são: Liga Operária, 1910; Sindicato dos Trabalhadores em Padarias, 1932; Clube Revolucionário 3 de Outubro, 1932; Sindicato dos Retalhistas de Mossoró, 1933; Círculo Operário São José, 1936. Nonato (1973) afirma que

Nos quadros, as associações mossoroenses congregavam artistas, homens de atividades as mais diversas, artesãos em geral, trabalhadores rurais e operários das fábricas, das salinas e das prensas de algodão. Foram elas, realmente, precursoras do

movimento de sindicalização das classes, cuja marcha, durante anos, nem sempre foi a mais pacífica. (p.28)

As entidades mesmo sendo organizadas por dirigentes e patrões, algumas atitudes beneficiaram, em certa parte, a camada trabalhista ao pensarem formas de organização das atividades. A Sociedade União Caixeiral, em sua primeira ação como associação, regulamentou os horários de funcionamento do comércio e, posteriormente, criou escolas direcionadas aos trabalhadores (apesar de ter oferecido um ensino instrumental).

Diante dessa participação ativa dos trabalhadores, não podemos considerá-los meros expectadores do contexto socioeconômico do município de Mossoró. As associações organizadas pela camada trabalhista eram organizações sindicais no município. A expressão mais forte dessa organização foi o Sindicato do Garrancho, e o seu estudo nos possibilitou compreender como se articulavam os sujeitos dentro dessa forma de luta.

O sindicato do Garrancho foi uma associação dos trabalhadores da região salineira. Seus ideais têm como berço a Liga Operária que, de acordo com Alcântara (2003), era uma entidade beneficente criada para dar suporte aos trabalhadores de Mossoró. Nas palavras de Souza (1998) sobre o Garrancho,

O sindicato surgiu porque os trabalhadores eram muito explorados, e mesmo o modo de habitação nas salinas era muito difícil, era muito ruim. É tanto, que a água era em tonéis de ferro, cheios de ferrugem, e no meio do sol a gente tomava aquela água (SOUZA *apud* ALCÂNTARA, 2003, p. 43).

As concepções da luta por melhores condições de trabalho tinham abertura no porto do município de Areia Branca e, como os trabalhadores eram de Mossoró, trouxeram-nas para a cidade, estimulando a criação de outras associações e fortalecendo a rede em prol dessa camada. Foi em 1928 que Mossoró passou a ser espaço de organizações sindicais e teve seu momento auge de sistematização, com a criação do Partido Comunista.

Assim, os trabalhadores, organizados em suas entidades, tentaram alcançar outros âmbitos da cidade. Criaram o jornal *O Trabalhador*, que ajudava a divulgar situações dessa camada social. Também construíram sua sede, biblioteca e espaços de práticas educativas para a educação dos filhos de trabalhadores. Apoiaram a

organização das mulheres desse grupo social com a fundação da *Associação das Mulheres Trabalhadoras de Mossoró*.

A própria conjuntura nacional delineava a organização trabalhista em Mossoró. Ainda no final da década de 1910, as greves operárias ganharam força, com destaque para a realizada em 1917, que teve grande repercussão, paralisando os operários de São Paulo (CUNHA, 2005). Com a Revolução de 1930, a esperança de que finalmente esse grupo social seria ouvido foi destruída pela repressão violenta do governo Vargas e pelo combate ao comunismo.

Logo se tornou claro que o Decreto de Sindicalização era uma maneira de atrelar os sindicatos ao Estado, fomentando as maneiras de controle dos trabalhadores pelos seus dirigentes. O grupo trabalhista passou a também se organizar em greves. Percebemos a articulação entre o grupo trabalhista quando, na segunda greve iniciada pelo Sindicato do Garrancho, em 1934, outras organizações aderiram, como ferroviários, padeiros, atuantes da construção civil e estivadores, apoiados pelo Partido Comunista.

Em 1935, com o levante comunista – que, em Natal, chegaram ao poder por três dias - o governo Vargas, alegando combater o comunismo, fortifica a perseguição aos trabalhadores reprimindo qualquer manifestação de insatisfação a situação em que se encontrava. No Rio Grande do Norte, a eleição de Rafael Fernandes – depois uma campanha violenta de ambos os lados que disputavam o governo do RN – reproduz as práticas nacionalmente exercidas:

Em 1935, Rafael Fernandes é eleito governador do estado, após uma das mais conturbadas e violentas campanhas que o Rio Grande do Norte já presenciou. Neste período ocorreram várias mortes no interior do Estado, sendo necessária a intervenção do Tribunal Superior Eleitoral para divulgar o resultado final das eleições, o que somente ocorreu no mês de outubro de 1935. Fernandes, mossoroense, dono de salinas e representante das forças políticas conservadora, promoveu intensa perseguição a seus opositores. Os comunistas eram o alvo principal. No entanto, mesmo os que não se enquadravam nesta categoria eram acusados de comunistas, sofrendo, assim, intensa perseguição. Neste contexto, a situação dos operários sindicalizados ficou ainda mais difícil. Frente à repressão, à perseguição intensa, os trabalhadores militantes tiveram que passar para a clandestinidade (ALCÂNTARA, 2003, p.37).

Na clandestinidade, trabalhadores envolvidos com movimentos sindicais passaram a se organizar em grupos armados que Ferreira (1986) chama de guerrilha. Criaram pontos estratégicos em Mossoró, Assú e Areia Branca. Os que ainda não

viviam na clandestinidade se organizavam para proteger os que estariam sendo perseguidos:

O governo queria dar uma lição ao movimento sindical que servisse como exemplo e desencoraja-se qualquer tipo de organização. Já havia por esta época, entre os trabalhadores, alguma experiência acumulada de defesa pessoal. Desde o início do movimento, constantes incidentes haviam mostrado a necessidade de se organizarem com essa finalidade. Dai nasceram os grupos de autodefesa que reuniam os trabalhadores mais fortes e mais experientes. Quando ocorria - e era freqüente - de algum operário ser molestado pela polícia, sofrer algum constrangimento físico, eram esses grupos os responsáveis pela defesa do companheiro, o que várias vezes os obrigava a confrontos armados com as forças repressivas

Essa perseguição se dava por todos os meios. Como exemplo, trazemos, na imagem a seguir, a lista de condenados por atuação no Movimento Comunista, divulgada no jornal A República do mês de dezembro de 1938:



Apesar de tamanha repressão, com as articulações sindicais expostas, fica claro que os trabalhadores não permaneceram na posição passiva que a elite local tentava impor em diferentes espaços sociais. O grupo social trabalhista criou uma rede por meio da qual buscavam melhorias nas condições de trabalho e na própria situação em que viviam no município, que era distante daquele desenvolvimento que os seus dirigentes construía. A preocupação das instâncias públicas com a união dos trabalhadores apareceu na Revista Potyguar (1935):

Afim de melhor estudar a situação entre empregadores e empregados, viajou ante-hontem, pelo avião da Panair, até Areia Branca o dr. Francisco Alexandre, comissionado pelo Ministério do Trabalho neste Estado. Sabemos que o referido funcionário se demorará nos municípios de Mossoró, Macau e Areia Branca. Informando-se de problemas de alcance econômico e social do Rio Grande do Norte, especialmente os que se relacionarem com a indústria salineira (n.13)

Para compreender essa luta do grupo do trabalhadores, é preciso entender as condições de vida destes. Um representante da camada trabalhadora que deu suporte na observação da desigualdade quanto à elite, apesar de fazê-lo de forma resumida – pois, como era próximo aos comerciantes, direcionou seus textos memorialísticos à narração de fatos sobre estes - foi Raimundo Nonato da Silva, Ensino.

O fato é que, devido a essa trajetória de vida, em seus escritos, conseguimos alguns pontos que nos deram subsídios para entender a posição dos pequenos comerciantes e dos trabalhadores dentro da classe comercial. Os acontecimentos vividos por ele quando ainda era funcionário de pequeno comércio nos deu orientação para compreender as divergências existentes na própria classe comercial, composta por pessoas que, pertencentes ao mesmo grupo social, possuíam condições e oportunidades de vida tão diferentes, tão distantes. Moravam em bairros distantes. Nonato morava no Alto dos Macacos, atual bairro Alto da Conceição<sup>19</sup>. Ele narra que, nas ruas, o esgoto era exposto e eram precárias as condições de higiene (NONATO, 1957).

---

<sup>19</sup> Apesar de o atual bairro Alto da Conceição, ou Alto dos Macacos, ter sido o primeiro espaço de movimento da atividade comercial, de acordo com Nonato (1978), devido a sua posição geográfica no município, uma vez que “convergiam os comboios e os tropeiros, que percorriam a estrada tronco” (p.40), acabou por se tornar um bairro afastado quando o centro comercial foi redirecionado com a construção do Mercado Público e a remodelação da Rua do Comércio, ficando o antigo Alto dos Macacos um bairro onde residiam pessoas com menos condições financeiras.

Também esclarece o difícil acesso ao ensino formal quando relembra o sonho de estudar, como foi alfabetizado em troca de serviços na escola Paulo Albuquerque. Quando pretendeu entrar na Escola Normal, a dificuldade do acesso ao ensino ficou evidente na descrença dos mais próximos:

A realidade, porém, era outra coisa. Não foi necessário das muitas voltas ao raciocínio para verificar o mundo de dificuldades que teria de enfrentar. Tanto assim que, ao tocar no assunto no grupo dos mais chegados ao meu entendimento, justamente, os que viviam na escola “Paulo Albuquerque”, cuidando da organização da Liga Operária, quase por uma voz, eles levantaram visíveis dúvidas sobre as possibilidades do meu êxito, naquele lance para eles arrogado demais. (NONATO, 1957, p.144).

A realidade de Raimundo Nonato, quanto funcionário do comércio, proporcionou-nos entender a realidade dos trabalhadores desse setor econômico, um cenário que disputava com a dos seus patrões e representantes econômicos. Podemos, portanto, afirmar que, dentro da classe comercial, houve o entrave entre os grupos diferentes, característica da própria realidade nacional e mundial. Um embate de forças revelador de que, por mais influência que tivessem os integrantes da elite comercial, não diminuía a existência e a atuação dos trabalhadores.

Haja sido por meio das entidades, de movimentos sociais ou de greves, o grupo dos trabalhadores sempre foi a base da classe comercial do município de Mossoró e, certamente, também do país. E por terem força social é que seus dirigentes pensavam formas de manutenção desse poder. Os símbolos de desenvolvimento traziam consigo uma busca por criar uma concepção de nacionalidade existente no país, do trabalho de todos pela construção e pela modernização do país. Assim, as precárias condições dos trabalhadores eram silenciadas e suas lutas deslegitimadas. Por isso, é necessário compreender esses símbolos de modernização, percebendo o lugar em que se encontrava a Sociedade União Caixeiral, pensando o ensino comercial, um ensino para seus funcionários que, muito além de especialização, necessitavam ser controlados.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

A cidade de Mossoró, inserida no contexto nacional, passou a ser pensada como espaço de modernização já nos primeiros anos da República. Edificações e

remodelações de espaços físicos, prédios e caminhos; construções de instituições escolares, criação de jornais e revistas; dentre outros. Essa busca por um desenvolvimento do município teve caráter elitizado e, mesmo que atuando em espaços públicos, a elite local teve como prioridade interesses socioeconômicos próprios.

Essa organização em busca de um município modernizado foi a base para a criação da Sociedade União Caixeiral e, também, para que esta pensasse a necessidade de ensino especializado para os trabalhadores da atividade comercial. Mesmo que a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral tendo sido criada já na metade da década de 1930, esse panorama, os ideais e sentimentos das primeiras décadas da República alimentaram o que pensavam os homens dessa comunidade, sendo essa instituição escolar fruto do pensamento de desenvolver a cidade, principalmente, a economia.

Antes de qualquer panorama sobre os pontos de desenvolvimento do município que determinaram o pensar o ensino para os trabalhadores pela Sociedade União Caixeiral (e todos os outros grupos privados que pensaram educação nesse período), faz-se necessário compreender para quem era pensada essa modernização local. Nos livros memorialísticos a que tivemos acesso, a narração é realizada de modo a enaltecer os grandes comerciantes, como Jerônimo Rosado. Então, quando algo era realizado, sempre era trabalhado como pensado pela elite para o usufruto e crescimento de todos do município de Mossoró. Isso se deve à criação de um símbolo de si como construtor de desenvolvimento. O Mercado Público era exemplo desse símbolo.

FIGURA 5: MERCADO PÚBLICO, DÉCADA DE 1930



Fonte: Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

Podemos citar o filho de Jerônimo Rosado, Vingt-un Rosado, que se utilizou de suas influências políticas e econômicas para enaltecer o nome de sua família como responsável por vários benefícios ao município (FERNANDES, 2014), sendo um dos meios os livros que escreveu e publicou na Coleção Mossoroense (que também pertence à família Rosado). Outro exemplo foi Raimundo Nonato - quando estava na posição de elite, atuando na educação e na cultura do município - que também se utilizou de seus escritos para elevar a sua figura como criador e organizador da educação de Mossoró e de regiões vizinhas, além dos sujeitos com quem se relacionava.

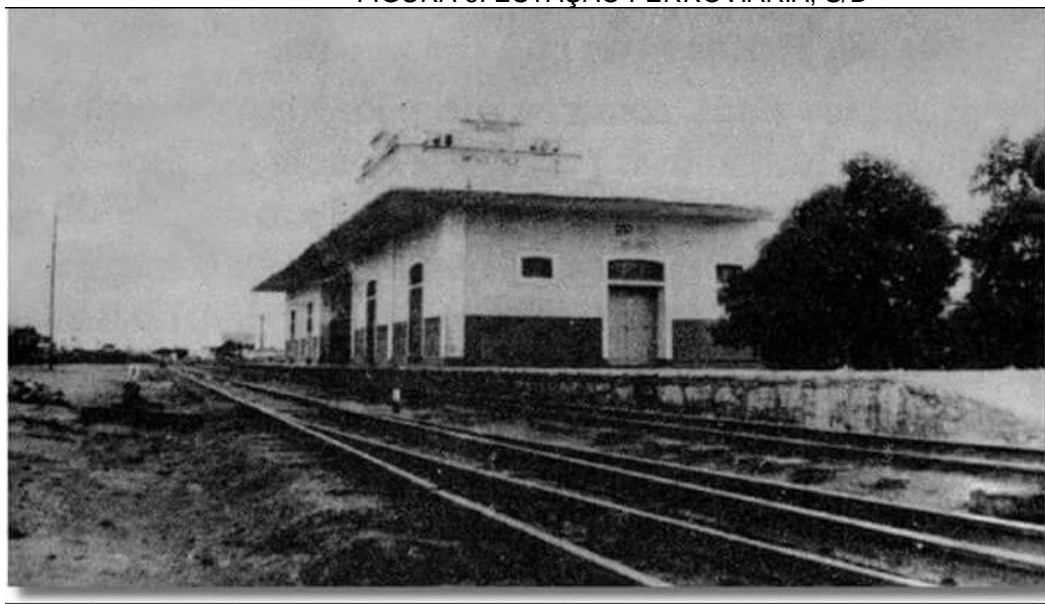
Em nossas análises, percebemos que os aspectos que eram apontados como desenvolvimento beneficiavam, em grande parcela, a própria elite comercial. A população sofria com o abastecimento de água, infraestrutura, moradia (FELIPE, 2001). Mas poucas foram as ações direcionadas a uma maior igualdade na condição de vida dos mossoroenses que iam além do círculo elitista. Isso fica claro na própria condição dos trabalhadores do comércio, assim como de outros setores, mencionados anteriormente.

Antunes (1982), quando pensa os conceitos trabalhados por Gramsci, traz a concepção de revolução passiva, na qual as classes populares são excluídas de processos sociais, sendo postas à parte de quaisquer iniciativa e decisão. Isso acaba por tornar qualquer modificação na dinâmica da sociedade em rearranjos dessa elite para ela mesma. Essa concepção no contexto socioeconômico de Mossoró possibilita

observar essa mesma relação, na qual a elite comercial pensa uma modernização para interesses próprios, tentando manter a mesma posição das camadas sociais e suas relações.

Um exemplo desse jogo de interesse foi a própria construção da estrada de ferro. Entre 1877 a 1879, a estrada de ferro já estava sendo batalhada pelo suíço Graf, responsável pela firma J. U. Graf & Cia (NONATO, 1964), havendo sido concedida “por meio da lei provincial nº 742, de 26 de agosto de 1875 [...] e sairia de Mossoró, passando por Apodi, Pau dos Ferros até chegar ao Rio São Francisco” (FERNANDES, 2014, p.154). Uma das razões que fizeram com que os estrangeiros saíssem do município de Mossoró foi o fato de o trem ainda não ser acessível, e este era um importante meio de transporte no trânsito de produtos. Quando Jerônimo Rosado foi Presidente da Intendência Municipal, intensificou a campanha para que fosse construída a linha férrea e o trem passasse a circular no município.

FIGURA 6: ESTAÇÃO FERROVIÁRIA, S/D



Fonte: Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

Os grandes comerciantes fizeram coro nessa campanha, com destaque para Vicente Motta, Almeida Castro, Delfino Freire e a Sociedade União Caixeiral, Camilo Figueiredo, Tertuliano. Enviaram telegramas para autoridades na capital do país, fizeram campanhas em jornais. Inclusive as esposas de alguns grandes comerciantes - como Justa Nogueira Couto, Bendita Filgueira, Pautilha Praxedes, Maria Brito Guerra, Noemi Nogueira, Isaura Rosado, Maria Souza Mello, dentre outras – assinaram uma carta que solicitava o consentimento e a construção da estrada de

ferro. Essa carta foi enviada à primeira dama do país, esposa de Nilo Peçanha, e foi assinada pelas “damas de Mossoró” (CASCUDO, 1967).

No início de fevereiro de 1915, chegava a Mossoró o primeiro trem da Companhia Estrada de Ferro de Mossoró. No jornal Comércio de Mossoró, a edição 546 relata que “toda a população correu à estação: eram homens, mulheres, meninos, de todas as classes e todas as idades. O trem entrou grave e solene, devagar para não atropelar o povo que apinhara em filas ao longo da estação, saudando-o, vibrando”. Mas voltamos a questionar: a quem a chegada da estrada de ferro favorecia? Quando pensamos na precariedade em que boa parcela da população ainda vivia, questionamo-nos a quem esse desenvolvimento atendia. A chegada do trem a Mossoró supriria uma demanda quase que estritamente econômica, uma necessidade dos grandes comerciantes para o transporte de suas mercadorias e não uma necessidade dos pequenos comerciantes, por exemplo, que ainda se serviriam das estradas carroçáveis.

Jerônimo Rosado ainda continuou a sua campanha, agora, para que a estrada de ferro chegasse a São Sebastião (atual município de Governador DixSept Rosado), uma vez que ele iniciava a exploração de mina de gipsita nesse território e necessitava de meio de transporte para os equipamentos e, também, para o escoamento do produto de forma mais facilitada que a que vinha sendo feita por estradas de terra (CASCUDO, 1967).

Nesse pensar a quem eram direcionadas as práticas de desenvolvimentos é que conseguimos perceber as diferenças. Em um mesmo cenário que recebia ações de crescimento, era a elite comercial que pensava essas ações e, conseqüentemente, quem usufruía delas na sua plenitude. Isso se torna contraditório quando pensamos na construção do mito (FELIPE, 2001) de que foram esses homens os responsáveis por Mossoró se tornar um oásis no oeste potiguar (CASCUDO, 1967), com base em atitudes e ações em benefício do próprio crescimento econômico e comercial, no qual os trabalhadores mantiveram as mesmas condições socioeconômicas.

Percebendo para quem eram pensadas as ações de desenvolvimento do município, precisamos entender sua estrutura, percebendo onde e como se encaixava a Sociedade União Caixeiral, compreendendo, assim, o cenário em que foi pensada a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Apesar de as ações de desenvolvimento terem sido seletivas, reconfiguraram algumas estruturas, e essas

modificações foram centrais para a existência e a vivência da entidade que pensou e criou a instituição escolar objeto de nossas análises.

Além de percebermos o fator privilégio de um grupo em detrimento de outro, também podemos compreender, nessas ações de desenvolvimento, a busca pelo controle dos espaços no município. Foram ações em diferentes âmbitos da cidade que, nas práticas por modernização, acabavam por caracterizar o domínio pela elite, o que possibilitava esse grupo social decidir e controlar os planejamentos e modificações, como remodelação de avenidas, construção de escolas, dentre outros.

Os gostos refinados da classe comercial, como afirma Felipe (2001), fizeram com que fosse estimulada a prática e a vinda de grupos teatrais e outras manifestações de artes. Grupos de artistas, inclusive de outros países, apresentavam-se no município. Em prol do sentimento de crescimento de uma comunidade desenvolvida também em sua cultura, a elite estimulava os artistas locais a criarem grupos e entidades com direcionamentos à cultura e espaços educacionais, como a Fundação da Sociedade Beneficente União dos Artistas, em 1919; a Arcádia Lítero-Cívica de Mossoró, em 1923; e a instalação do Coro Orfeônico da Escola Normal de Mossoró, sob a regência do maestro Irineu Wanderley dos Santos, em 1932. Esses grupos e entidades, unidos às associações com direcionamentos econômicos, estavam sempre promovendo pequenos eventos em datas cívicas e comemorativas (ESCÓSSIA, 1983).

Nas quatro primeiras décadas da República, a criação de associações cresceu rapidamente, assim como rapidamente deixaram de existir. Nos relatos memorialísticos dos homens que viveram esse período, conseguimos perceber que essas entidades, além de algumas terem sido espaço de organização e resistência dos trabalhadores ditos anteriormente, eram criadas como forma de exaltar determinado grupo dentro do município e até de conseguir alguns benefícios. Como exemplo, temos a Sociedade União Caixeiral, como meio de controle. Isso fica claro na obra de Escóssia (1983) quando ele comenta sobre a criação da Liga Operária:

Fundada a sociedade Liga Operária, instalada com posse de sua primeira diretoria a 1 de maio. Foi a primeira entidade de Mossoró destinada a supervisionar a classe operária da cidade, prestando à mesma, assistência social e previdenciária” (p.85)

Essa necessidade de controle é mais intensificada nas décadas de 1920 e 1930. De acordo com Batista (2015), à medida que Vargas, representante do governo nacional, implementava políticas pensando a industrialização do país, também introduzia formas de manutenção do poder do Estado e dos dirigentes sob os trabalhadores, por meio de políticas que limitavam a ação destes, como o controle dos sindicatos. Em Mossoró, também trazia para as relações socioeconômicas essa necessidade de controle e submissão da camada dos trabalhadores.

A criação de entidades como forma de manutenção de força, como, por exemplo, a *Sociedade Mossoró-novo*, vem também de uma concepção nacional oriunda dessa busca de controle da massa de trabalhadores. Batista (2015) afirma que as elites se organizavam em associações, articulando interesses específicos:

No transcorrer da década de 1920, o patronato aumenta o número das suas organizações por setor [...] a formação de uma entidade de classe industrial geralmente visava à defesa dos interesses econômicos mais imediatos do setor industrial nela congregado (p. 39)

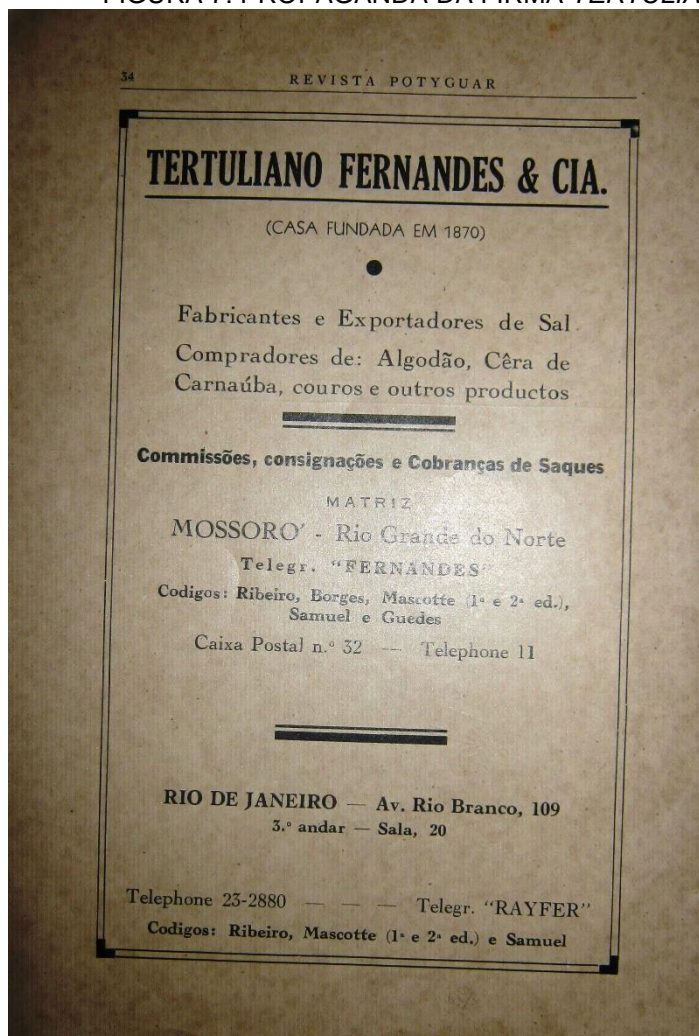
Além disso, também representava o poder de determinada classe dentro da cidade. A Sociedade União Caixeiral foi criada por um grupo de comerciantes inseridos na elite local, pensando regras para a atividade comercial e seus trabalhadores e, acrescido a isso, possuíam maior controle dos funcionários dessa economia e ganhava destaque no município.

Outras entidades que foram criadas como forma de controlar a classe trabalhadora: Sociedade Mossoró-Novo (por Tércio Rosado), também conhecido por Sindicato Rural Sertanejo, em 1915; Associação Comercial de Mossoró, 1918; Associação de Normalistas, 1922; Arcádia Lítero-Cívica de Mossoró, 1923; União de Chauffeurs e Mecânicos de Mossoró, 1931; Associação de Professores de Mossoró, em 1932; Cooperativa dos Salineiros Norte-riograndenses Ltda., 1941, todas com representantes da elite local atuando ou, em sua maioria, dirigindo-as.

Em nosso recorte temporal, os meios de comunicação também tiveram força social, como os jornais, revistas e boletins informativos. Havia aqueles que tinham o intuito de transmitir informes políticos, socioeconômicos – como O Mossoroense (existente até a década atual, apesar de alguns períodos de fechamento); Revista ABC (da Associação das Normalistas); jornal O Nordeste – e outros direcionados a notícias de festas e manifestações culturais: o Festeiro e o Correio Festivo

(encabeçados por Raimundo Nonato e Lauro Escóssia). Inclusive, era comum a presença de notícias e propagandas dos dirigentes nos jornais e revistas de circulação estadual. Em contrapartida, comum também era o silêncio de outros grupos sociais. As propagandas mais comuns eram da Farmácia de Jerônimo Rosado e da firma de Tertuliano Fernandes.

FIGURA 7: PROPAGANDA DA FIRMA *TERTULIANO FERNANDES & CIA*, ANO 1937



Fonte: Arquivo Particular

Ainda no sentido de tornar Mossoró uma cidade modernizada, foram pensadas remodelações da estrutura urbana do município (FERNANDES, 2014). O Presidente da Intendência Municipal, Sebastião Gurgel, contratou o engenheiro Henrique de Novaes para planejar uma reorganização da área central, no sentido de conter a forma desarranjada com que crescia. Esse espaço seria direcionado aos comércios desenvolvidos e às famílias mais abastadas, uma remodelação nos moldes da que acontecia no Rio de Janeiro. Enquanto isso, os trabalhadores e os pequenos

comércios iam sendo afastados da Rua do Comércio (já citada anteriormente). A seguir, as reformulações a serem cumpridas, publicadas no Jornal *O Mossoroense*:

A Intendência Municipal considerando que a planta da Cidade levantada pelo engenheiro Novaes modificou de alguma forma diversas ruas e travessas antigamente construídas, de sorte que é necessário retirar diversas construções velhas e proibir novas em continuação à quellas, decreta:

Art 1º. – Será respeitada a planta da Cidade levantada pelo engenheiro Novaes em toda a sua integridade.

§ 1º. Em virtude da planta acima referida estão condenados e serão oportunamente retirados os armazém de propriedade dos Snrs. Francisco Galvão de Miranda e Amaro Duarte Ferreira, sitos a rua Cel. Gurgel e travessa Zeferino

§ 2º. Fica proibida a edificação nos terrenos sitos ao fundo o armazém de Amaro Duarte Ferreira e no alinhamento deste. (Jornal *O Mossoroense*, 9-05-1916, nº420, p.1. c.5 *apud* FERNANDES, 2014, p.163)

Pensando ainda nas ações de desenvolvimento de infraestrutura, percebemos que o município sofria com as péssimas estradas, com locais com acessos difíceis na sua ligação com outros municípios, como relata Nonato (1973): “[...] a viagem para Natal era quase uma aventura. Saía-se muito cedo de Mossoró, num caminhão [...] fazendo-se almoço em Açú, no Hotel Pátria, de Antônio Sabóia, depois de 12 horas do dia. A chegada à cidade de Lajes davase por volta das seis horas [...]” (p. 144).

Com a Inspetoria Nacional de Obras Contra a Seca, tanto foram abertas novas estradas como melhoradas as existentes. Feito importante nesse sentido foi a construção de estradas para automóveis com patrocínio da firma Tertuliano Fernandes & Cia. Isso se deve ao fato de que o primeiro automóvel foi dessa firma, sendo esta também a primeira a comercializar esse produto. Isso foi um acontecimento de avanço social que podemos perceber na própria narração de Escóssia (1983):

Trouxe motorista do Rio, Cesário Martins, que durante o período de sua permanência na cidade ministrou ensinamentos a várias pessoas que mais tarde se tornaram motoristas famosos. O povo acolheu a chegada do esquisito invento portando-se de joelhos nas calçadas da praça da Redenção e rua Almeida Castro, por onde passou o veículo, mesmo empurrando, pois vinha com uma peça quebrada. (p. 101).

Em 1939, a escritora Lola de Oliveira, em sua obra *Minhas viagens ao Nordeste do Brasil*, retrata um pouco essas modificações físicas quando diz que “rasgam-se

avenidas, calçam-se artérias, constroem-se jardins, estendem-se por toda parte os fios da iluminação e é sempre mais elevado o índice das edificações particulares” (OLIVEIRA *apud* NONATO, 1978, p. 179-180)

Apontamos, assim, a inauguração da luz elétrica da cidade (mediante um contrato de 99 anos entre a administração do município e a Companhia Força, Luz e Melhoramento de Mossoró S.A.), em 1916; a criação do time de futebol Humaitá Esporte Clube (inaugurado no sítio “Canto”, de Jerônimo Rosado), estando à frente representantes da elite, como Hemetério Leite e Lauro Escóssia; a remodelação interior do Mercado Central, em 1931; a inauguração do cinema falado no espaço do cine-teatro Almeida Castro, em 1932; a fundação do Banco de Mossoró S/A), em 1937; a inauguração do Hospital de Caridade de Mossoró<sup>20</sup> (iniciativa de comerciantes do sul do país), em 1938; a fundação do Aero Clube de Mossoró, em 1940; a instalação da Casa Bancária S. Gurgel, em 1942.

Esses espaços de desenvolvimento reafirmaram o que fora dito, ou seja, tratava-se de pontos de desenvolvimento pensados por uma elite para si, alimentando seus gostos culturais, educacionais e econômicos. O Hospital da Caridade, lugar que podemos considerar de usufruto de outras classes, foi pensado e construído por iniciativa privada de outras regiões do país, relatando um descaso da elite local para com interesses da população de uma forma geral.

Rosado (2003) faz um panorama do município ainda em 1915 que nos dá dimensão do desenvolvimento de alguns pontos do município, quatro anos depois da criação da Sociedade União Caixeiral, sendo, portanto, a realidade dos associados:

Em 15, três eram os médicos: Francisco Pinheiro de Almeida Castro, Antônio Soares Júnior e Rafael Fernandes Gurjão, um engenheiro: Rufino Franklin de Lima, superintendente da Estrada de Ferro de Mossoró. Dois farmacêuticos: Jerônimo Rosado, [...] e Tércio Rosado. Bacharéis em Direito: Felipe, Silvério de Souza, Manoel Benício de Melo Filho e Antônio de Oliveira. Educadores: Eliseu Viana e Francisco Izódio. (p. 10, 11).

Esse contexto socioeconômico do município de Mossoró foi o berço das determinações duais que caracterizaram o cenário educacional e, em consequência,

---

<sup>20</sup> Esse hospital teve sua proposta inicial lançada ainda em 1925, após uma reunião com comerciantes de diferentes locais do país. Em 1976, recebeu a denominação de Hospital Duarte Filho e foi fechado em outubro de 2008.

a implantação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Isto é, as desigualdades que se constituíam entre as camadas sociais do município delinearão o processo de criação dessa instituição, uma vez que a Sociedade União Caixeiral estava inserida nas relações de poder e nas redes de interesse nos diferentes grupos sociais. E nessa inserção, essa associação pensou e criou uma proposta de ensino para os seus funcionários.

O cenário educacional também foi âmbito de mudanças em prol da modernização buscada pela elite local. Mossoró também contou com a criação de um considerável número de escolas, a maioria direcionada aos filhos da seletiva elite, poucas direcionadas aos filhos das famílias com menos condição, como as dos trabalhadores. O fato é que a maioria da população era analfabeta e, apesar de algumas ações em prol da alfabetização dessa parcela (CASCUDO, 1967), pouco se conseguiu para diminuir esse problema. Entender o contexto educacional, perceber o meio que influenciou a Sociedade União Caixeiral a pensar um novo espaço de ensino técnico de comércio e depois institucionalizá-lo, faz-se necessário, uma vez que a própria dinâmica desse cenário educacional foi determinante no processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, principalmente para entender as dualidades existentes entre os objetivos e os ensinamentos dessas instituições escolares.

No capítulo a seguir, trazemos a concepção de ensino profissional na sociedade vigente no nosso recorte temporal, como o ensino comercial era pensado e sua constituição no cenário educacional do município de Mossoró. Além disso, apresentamos os aparelhos educacionais existentes na cidade, construídos com o intuito de reafirmar um município desenvolvido, modernizado. Esse contexto, oriundo da formação do contexto socioeconômico, trouxe consigo as relações de desigualdade que o caracterizaram e determinaram o cunho dual do ensino técnico. Esse contexto, oriundo da formação do socioeconômico, trouxe consigo as relações de desigualdade que o caracterizaram e determinaram o ensino técnico.

### 3. CONTEXTO EDUCACIONAL: DUALIDADES DETERMINANTES

No organismo social esse absurdo é tentado de várias formas e as chamadas lutas de classe não são mais do que uma luta de órgãos que pretendem dirigir o organismo, isto é, fígados e estômagos que pretendem ser cérebros, de vez em quando (REVISTA IDORT *apud* BATISTA, 2015, p. 28).

O contexto educacional de uma comunidade é caracterizado pelas interações existentes no âmbito socioeconômico. As relações entre os grupos sociais, acentuando as desigualdades e promovendo lutas por poder e condições de vida, determinam os aparelhos da sociedade, de forma que esses se tornem palco de reafirmação de influência ou de luta. A educação é espaço formador e como tal, possui a força de doutrinar gerações que poderão fazer perdurar uma ideologia através de gerações à frente, e dentro desse mesmo espaço podem prevalecer diferentes ideologias ao longo do caminhar de existência. Devido a isso, é espaço de batalha de diferentes influências.

Compreendemos que o contexto educacional de Mossoró é caracterizado pelo socioeconômico e, por consequência, delineia a forma como as instituições escolares são oferecidas, suas estruturas e a que sujeitos atendiam a partir do grupo que as pensa. Entender essas determinações e dualidades, que se concretizam no contexto educacional do nosso recorte de análise, possibilita-nos perceber as dicotomias presentes (trabalhadas no próximo capítulo) no ato de implantação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral.

Dessa caracterização, faz-se necessário compreender como o cenário educacional do município de Mossoró se constitui. No advento da República, existiam poucas escolas na cidade e, em sua maioria, funcionando em espaços residenciais. Com o processo de modernização do país e, conseqüentemente, a busca pelo desenvolvimento do município, esse contexto educacional passou a ser pensado como aparelho a ser configurado aos moldes europeus.

De acordo com os Relatórios dos Presidentes dos Estados do ano de 1923, em Mossoró, havia 5 escolas estaduais e 39 particulares. Somando-se todas as matrículas realizadas nessas escolas, dava um total de 1.658, com frequência de 1.451 alunos desses matriculados. Também afirma esse documento que “Só no município de Mossoró há, como vimos, 39 escolas e collegios particulares, quase todos subvencionados pela municipalidade” (p.20)

A partir de então, as escolas de ensino primário e as direcionadas ao trabalho começaram a ser pensadas e criadas em seus espaços próprios. Nesse momento, percebemos que as dualidades hierárquicas (em que uma classe é privilegiada em detrimento de outra), formadas nas desigualdades do contexto socioeconômico, caracterizaram o contexto educacional, principalmente quando comparadas aos diferentes tipos de ensino. É nesse contexto que conseguimos perceber diretamente o processo de institucionalização dessa escola desde as práticas informais e não sistematizadas até a percepção de que a continuidade e a formalização eram necessárias na sociedade vigente.

Em um primeiro momento, temos um panorama dos equipamentos educacionais do município de Mossoró, trazendo as escolas com mais destaque na cidade naquele momento (algumas com essa presença até os dias atuais) e sua configuração dentro do município. A apresentação desse cenário das escolas nos possibilitou perceber as diferenças existentes entre o ensino intelectual e o ensino para o exercício profissional. Essas diferenciações entre as escolas fortaleceram as dualidades que caracterizaram o ensino profissional oferecido no município, especificamente, as dicotomias presentes na implantação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral.

Em um segundo momento, fazemos referência as escolas de ensino profissional da cidade. Todavia, antes, faz-se necessário entender o próprio ensino profissional no âmbito nacional, seus sentidos e significados. Assim, compreendemos seu desenho a partir do advento da República, como, por exemplo, sua utilização como meio de controle dos trabalhadores pela camada dirigente e como forma de manutenção da condição de ensino instrumental, diferenciando-se da educação pensada para os filhos da elite. Com essa introdução, especificamos nossas análises sobre o ensino comercial no país e no estado do Rio Grande do Norte, pensando a partir das leis e decretos criados.

Então, direcionamos nossa investigação sobre o ensino para o trabalho construído em Mossoró, pensando suas instituições de ensino e identificando o fornecimento do ensino comercial oferecido pela Sociedade União Caixeiral. Com essas análises, podem ser percebidas as desigualdades sociais do contexto socioeconômico, configurando o educacional e, por conseguinte, determinando o

processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral e a própria gênese dessa instituição escolar.

### 3.1 INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Ainda em 1900, foi criado o Colégio Sete de Setembro. Fornecia ensino secundário e foi o primeiro a oferecer esse ensino no município de Mossoró. De acordo com Escóssia (1983), também atendia aos jovens de comunidades dos municípios de Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Martins, Carnaúba dos Dantas e Pau dos Ferros. Foi dirigido pelo educador Antônio Gomes de Arruda Barreto e encerrou suas atividades em Mossoró no ano de 1904, porque, atendendo a um público maior de outros municípios do que do próprio de sua localização, acabou por ser transferido para Martins. Apesar de não fazer parte do nosso recorte temporal, é importante destacarmos ter ele contribuído para o contexto vivido pelos fundadores da Sociedade União Caixeiral.

FIGURA 8: COLÉGIO SETE DE SETEMBRO, 1904



Fonte: Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

Em 1901, foi instalado o Colégio Diocesano Santa Luzia (no primeiro prédio, onde hoje funciona uma agência bancária) e, em 1936, no local em que funciona até os dias atuais. Uma iniciativa de Dom Adauto de Miranda Henrique – Bispo da Paraíba. Oferecia o ensino secundário e atendia, inicialmente, aos alunos do sexo masculino. Possuiu internato, o que permitiu também receber sujeitos de outras localidades. De cunho religioso, atendia aos filhos da elite mossoroense: “vários

cidadãos que tiveram atuação nos misteres profissionais seguidos e cultuados em vida, como médicos, farmacêuticos, bacharéis em Direito, engenheiros civis, figuraram como matriculados nos primeiros anos de existência do Colégio Santa Luzia”. A primeira direção foi entregue ao Cônego Estevão Dantas, figura religiosa de grande influência no município (ESCÓSSIA, 1983). Essa escola existe até os dias atuais e fez parte do cenário educacional do município, reafirmando as dualidades existentes quando pensamos a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, suas condições de funcionamento e o público atendido.

FIGURA 9: COLÉGIO DIOCESANO SANTA LUZIA, S/D



Fonte: Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

No início da República, a educação foi um dos aparelhos utilizados como símbolo de modernização. Em Mossoró, o cenário educacional, nesse período, foi constituída de nova configuração. Uma dessas ações, trazida dessa concepção nacional de modernização para o município, foi o Grupo Escolar, nesse caso denominado 30 de Setembro e instalado através do Decreto n. 180 de 15 de novembro de 1908 (MOREIRA, 2005). Foi assumido pelas professoras Maria Leão e Perpétua de Souza Noronha e possuía salas com capacidade para 30 alunos. Essa Instituição tinha como base uma concepção nacional de modernização, transmitindo os objetivos sociopolíticos do momento:

A política de construção escolar, promovida pelos governos republicanos, eleva os edifícios escolares à altura da importância atribuída à educação nas primeiras décadas do período correspondente à República Velha. Ao implantarem os primeiros grupos escolares, em níveis diferenciados estão os Estados de São Paulo (1894), Santa Catarina (1911), Rio Grande do Norte e Espírito

Santo (1908), Minas Gerais (1906), Paraná (1903), dentre outros (MOREIRA, 2005, p. 40).

Em nossos estudos sobre o cenário educacional, percebemos que o grupo Escolar, criado no Período Republicano, foi o primeiro aparelho que possibilitou um acesso para além da parcela elitizada de Mossoró. Apesar de ter sido criado ainda em 1909, é importante para nossa pesquisa por ter introduzido um dos símbolos de desenvolvimento abrindo caminho para a instalação de outros Grupos Escolares.

FIGURA 10: COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA, DÉCADA 1920



Fonte: Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

Direcionado ao ensino feminino, foi instalado, na década de 1910, o Externato 3 de Maio. Criado por Jerônimo Rosado, atendia apenas a estudantes do sexo feminino e recebia subvenção, como afirma o Relatório do Presidente de Estado (1929, p.44). Também no mesmo sentido, mas de caráter religioso, foi instalado o Colégio Sagrado Coração de Maria, em 1912. Ainda de acordo com os textos memorialísticos de Escóssia (1983), essa criação ocorreu a partir da união de forças de uma parcela da população junto a autoridades do município, “dentre estas o Ten. Cel. Cunha da Mota, Vice-Presidente do Conselho Municipal, em exercício, o Padre André de Araújo, Diretor do Colégio Diocesano Santa Luzia, o Cel. Bento Praxedes e Tércio Rosado Maia” (p. 140). Sua direção administrativa ficou sob a responsabilidades das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas. Essa escola funciona até os dias atuais.

Em 1917, foi criada a Escola de Paulo Albuquerque, com incentivos de Jerônimo Rosado. Essa escola era “dedicada aos trabalhadores de armazéns, ganhadores das ruas, meninos paupérrimos” (CASCUDO, 1967, p.143). Raimundo Nonato estudou nesse estabelecimento, em troca de trabalho no local, e relata sobre os alunos desse espaço: “A turma dos alunos de PAULO DE ALBUQUERQUE era um mesclado humano, uma verdadeira cobertura de tacos” (NONATO, 1978, p. 132, grifo do autor). Essa escola atendeu aos alunos que buscaram ser alfabetizados após o decreto criado e executado por Jerônimo Rosado quando Intendente do município. Com esse decreto, tornou-se obrigatório que os homens de 14 aos 35 anos, que não soubessem ler, teriam de mudar essa situação. Caso não fossem alfabetizados, os parentes responsáveis pagariam uma multa e, caso trabalhassem, os seus patrões também pagariam por aceitar funcionários analfabetos na faixa etária informada em seu estabelecimento. Cascudo (1967) traz o texto desse decreto:

- O Farmacêutico Jerônimo Rosado, Presidente da Intendência Municipal de Mossoró, na forma da lei. Faz saber que a Intendência Municipal em sessão de ontem aprovou e êle faz publicar a seguinte lei: A Intendência Municipal decreta:

Art. 1º - Os analfabetos de 14 a 35 anos de idade que não frequentarem a ESCOLA CORRECCIONAL PAULO DE ALBUQUERQUE ou qualquer outra ficarão sujeitos à multa de 10\$000 consignada no § 3º do Art. 1º da lei orçamentária vigente.

Art. 2º - Quando o infrator for empregado de qualquer categoria de casas comerciais ou particulares nesta Cidade, os seus patrões ficarão sujeitos à multa de cem mil reis, os páis, tutores, e curadores em relação aos seus filhos menores tutelados e curatelados.

Art. 3º - As multas no caso do art. 1º serão impostas mensalmente e no caso do art. 2º em cada infração que se verificar.

Art. 4º - A ESCOLA CORRECCIONAL será franqueada às pessoas do sexo masculino de 14 a 35 anos de idade, que já souberem ler e escrever e que quiserem se aperfeiçoar nas matérias ali ministradas.

Art. 5º - revogam-se as disposições em contrário.

Mossoró, 3 de julho de 1917.

Jerônimo Rosado – Presidente

Francisco chagas de Albuquerque – Secretário (p. 142-143)

Essa lei é criada em um momento em que o país discutia a situação do analfabetismo tão acentuado, por ser contrário à modernização que era buscada. O analfabetismo era visto pelas elites políticas e intelectuais como uma doença que precisava ser curada, “como inimigo maior a ser vencido pela sociedade brasileira, tendo motivado um verdadeiro combate cívico” (SHUELER; MAGALDI, 2008, p. 46). Associações foram criadas para pensar essa situação, com destaque para a Liga

Brasileira de Combate ao Analfabetismo, em 1915. E esses debates estavam presentes no município de Mossoró, de forma semelhante, ou sejam a elite pensando esse combate para o desenvolvimento da sua comunidade. Criaram uma escola direcionada aos homens das camadas mais baixas, um ensino estritamente básico e longe dos espaços frequentados pelos filhos da elite comercial local.

Ao analisarmos essa atitude de Jerônimo Rosado como responsável pela administração do município, conseguimos perceber que as escolas anteriormente criadas não atendiam à parcela da população, e aos filhos desta, que estivessem fora do círculo da elite comercial. Grande porção da população ainda se encontrava fora dos espaços de ensino existindo uma seleção no atendimento à população. Essa exigência era fruto da busca para apresentar o município como espaço de modernização que se inseria em um contexto nacional. Em nenhum momento, houve uma discussão sobre as razões desse analfabetismo tão acentuado, apenas uma exigência que torna o trabalhador culpado por sua condição social e educacional. Ponce (1996), ao narrar uma situação de sua região, nos ajuda a entender essa situação quando afirma que

Ao invés de confessar que as crianças que abandonaram a escola primária são as mesmas crianças que a burguesia obriga desde cedo a trabalhar para ajudar a manutenção de um lar que essa mesma burguesia destruiu previamente, prefere-se jogar a culpa sobre os *'desgranados escolares'*, para usar a expressão com que se começa a designá-los, sobre a insuficiência dos programas, sobre a dificuldade do ensino, sobre a rigidez dos horários (p. 156 – 157, grifo do autor).

Com isso, conseguimos afirmar que não se pensava um combate ao analfabetismo, mas sim, um interesse de atender aos objetivos individuais socioeconômicos. Isso é perceptível quando observamos, principalmente, que ações como essas eram consequência do crescimento da econômica local, a necessidade de trabalhadores instruídos era cada vez maior. Uma cidade que crescia e pretendia se destacar no cenário estadual e nacional tinha de ter espaços de ensino, assim como trabalhadores com mínimo conhecimento para realizar, de forma mais eficiente, seu trabalho (CUNHA, 2005). Interesses de uma elite para atender às suas demandas.

No ano de 1937, foi fundada uma instituição ligada à Igreja Católica e que tinha o intuito de formar religiosos a serviço dessa religião, o Seminário Santa Terezinha. De acordo com Moraes (2012), “um dos objetivos da Igreja Católica, traçado ainda no início do século XX, sob o comando do Papa Leão XVIII, era a separação física entre

os Colégios e os Seminários” (p. 220). Atendia a crianças e jovens do próprio município como do interior e até dos estados da Paraíba e Ceará.

Essas eram as principais instituições escolares de ensino primário e secundário existentes na cidade, escolas de que necessitamos ter conhecimento para que seja possível compreender de que lugar educacional a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral fora pensada, uma vez que se constituíram as dualidades - no espaço físico, aparatos pedagógicos e currículo – quando comparado com as outras instituições escolares.

As fontes a que tivemos acesso não nos possibilitaram especificar outros espaços de ensino existentes no município. Nos Relatórios dos Presidentes dos Estados de 1924, percebemos que Mossoró não estava na listagem que contabilizava as escolas isoladas existentes em cada cidade, fazendo-nos acreditar que já existiam mais. Em 1925, funcionavam apenas duas escolas rudimentares e, segundo o relatório de 1927, funcionava Escola Modelo nos moldes da existente em Natal. O jornal *A Ordem* (1935) comenta sobre a escola Reunidas de Paredões. Essa configuração se constituía a partir da situação nacional, principalmente sobre a relação entre a chegada do Grupo Escolar e a inexistência de escolas isoladas ainda na década de 1920, esclarecida pela fala de Moreira (2005):

O grupo escolar, como novo modelo de ensino elementar de organização pública urbana, universalmente adotado, baseava-se na classificação homogênea dos alunos, na existência de várias salas de aula e vários professores. Configurado no projeto de educação republicana brasileira para funcionar em um só prédio várias escolas, surge como símbolo de um tempo inovador e renovador, em contraponto às escolas isoladas (p.17)

Compreendendo esse panorama do cenário educacional de ensino regular, conseguimos melhor entender o lugar do ensino para o trabalho dentro do município. Quando direcionamos nossos olhares para o ensino técnico, conseguimos diferenciar o ensino que era dirigido aos trabalhadores e aos filhos dessa elite local, mesmo que em instituições de ensino para o trabalho. Antes de adentrarmos no cenário do ensino profissional local, faz-se necessário compreendermos a educação técnica no âmbito nacional, pois, se o desejo de modernização vinha de um contexto nacional, outras ideologias também se formavam nos variados espaços do país, como a busca por controle da massa e as dicotomias do ensino técnico.

### 3.2 ENSINO PROFISSIONAL

De acordo com Schwartzman; Bomeny; Costa (2000), independentemente do tipo de educação que se defendesse,

O que dava à educação naqueles tempos a relevância política que ela já não mantém era a crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação (p. 69).

Por isso, seja qual fosse o caminho que se escolhesse seguir, era certo que poderia levar a sociedade a rumos totalmente distintos, e isso preocupava “tanto os políticos que conduziam seu jogo de poder com os recursos mais visíveis e grupos de interesse mais articulados” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 69). Em Mossoró, esse temor pelos grupos dirigentes e formadores da elite local fez com que se utilizasse a educação como aparelho de controle. Porém, foi na década de 1930 que o espaço educacional foi lugar de disputa e de busca por controle social.

Nesse espaço de luta, contexto educacional, os dirigentes utilizavam o irracional como instrumento de integração e controle político dos trabalhadores. Assim, reservava-se “com exclusividade o reino da racionalidade para aquele que comandará a ação política, sendo essa absolutamente bem sucedida se garantida pela aceitação total por parte das massas” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 81). Uma vez direcionada a irracionalidade aos trabalhadores, a elite conseguiria a aceitação de qualquer desmando que praticasse, reduzindo-os “ao estágio da irreflexão, da irracionalidade e da submissão que deriva do êxtase diante da pessoa do chefe” (p. 81).

Ao partir dessa concepção, a educação que a elite direciona aos trabalhadores teria de ter objetivo de especializar essa massa para o mercado de trabalho. Quando Francisco Campos<sup>21</sup> consagra o regime político totalitário como o ideal para

---

<sup>21</sup> Francisco Campos foi o primeiro Ministro da Educação do país, 1931. De acordo com Borges (2002): Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá, MG, em novembro de 1891 e faleceu em Belo Horizonte, MG, em 1968. Descendente de famílias tradicionais de Minas, cujos poder político tem suas raízes no Brasil Império, ainda muito jovem iniciou sua vida política, ocupando inúmeros cargos políticos, tais como: Deputado Estadual em 1917; Deputado Federal em 1921; Secretário da Educação de Minas Gerais, em 1927; Secretário do Interior de Minas Gerais, em 1930; Ministro da Educação e da Saúde, em 1931; Consultor-Geral da República; Ministro Interino da Justiça, em 1932; Secretário de Educação da Prefeitura do então Distrito Federal, em 1936. Enquanto Ministro da Justiça, de 1937 a 1942, presidiu a vasta reforma do sistema legal brasileiro, de onde emerge “o impulso para a elaboração de novos códigos, tais como o Código Penal,

arregimentar a população a um ideário único em seu livro *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*, mesmo que lançado em 1940, traz consigo um pensamento de que a educação era o campo de unir a massa trabalhista aos interesses de seus dirigentes.

Analisando as falas na *Revista Idort*, os trabalhadores que se manifestassem contra qualquer desmando da elite dirigente eram considerados a parcela doente da sociedade que buscava desenvolvimento, pois causavam desarmonia na união da pátria. Como meio de controle, a elite paulista, por exemplo, via o ensino profissional como forma de amenizar qualquer questão social. Trazida como forma de combater a violência na cidade, o ensino para o trabalho era muito mais uma forma de manutenção da submissão dos trabalhadores do que qualquer combate aos 'baderneiros'.

Quando Simonsen incute a justificativa de um país pelo progresso e que, como tal, deveria estar em harmonia e união, tenta desvincular qualquer ideal que levasse o trabalhador a pensar sua condição. Batista (2015), ao analisar o pensamento desse representante da burguesia industrial, afirma

[...] que ele defendia, por um lado, o desenvolvimento da técnica e da educação profissional para melhorar a produção e, por outro, o investimento no trabalhador, preparando-o para a produção, o que, na verdade, contribuía para que colaborasse com os industriais e não tivesse ideias e defesas sobre a luta de classes (p. 57).

Compreendemos que, nesse contexto educacional, o ensino profissional não visa apenas a atender a parcela com menos recurso financeiro da população, mas vai além, buscando controlar o grupo de trabalhadores que se constituía na sociedade e especializar a mão-de-obra para as novas exigências socioeconômicas. Diante disso, esse ensino se distancia do fornecimento informal, predominante em outros momentos, e direciona a atenção para a institucionalização de instituições escolares fornecedoras da educação para o trabalho.

O ensino comercial passou a ser incentivado, organizado, sistematizado e regimentado pelo Estado, que direcionou a criação e a manutenção dessa educação

---

o de Processo Civil e o de Processo Penal.” Ele foi o cérebro jurídico do Estado Novo, exercendo vários cargos, desde sua fundação, em 1937, até 1942. (Bonavides, 1979, p. XXIX) Praticamente ausente da política, desde o término da Ditadura Vargas (1945) até a tomada do poder pelos militares, em 1964, reaparece a partir de então, “inspirando e redigindo o Ato Institucional nº 1, de que é reconhecido como principal autor (p. 1).

ao incentivo privado. Na década de 1920, foram criados espaços para pensar o ensino profissional, o que culminou na fundação do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico (em 1931, transformou-se na Inspetoria do Ensino Profissional Técnico e, em 1934, na Superintendência do Ensino Profissional Técnico).

Apesar dessa maior atenção, o ensino profissional ainda era negligenciado quanto a manutenção e investimentos quando comparado aos outros ensinos, como o secundário e o superior. Houve um incentivo para que cursos técnicos fossem criados, mas não fornecidos pelo Estado e, sim, pelo setor privado, ficando assim sob o controle dos grupos dirigentes. Então, esse tipo de ensino acabou por ser desvinculado de um ensino formal de ascensão como o ensino secundário, que permitia o acesso ao ensino superior, diferentemente da educação técnica (ROMANELLI, 2006).

Com a efetivação de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública (em 1930) desde a sua criação, as dicotomias existentes no ensino técnico se estabeleceram nas séries de decretos e reformulações constituídas por ele e conhecidas por Reforma Francisco Campos. De acordo com Batista (2015):

No nível profissionalizante, essa reforma cuidou apenas do ensino comercial, com o decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizava e regulamentava a profissão de contador no nível médio. Só havia possibilidade de acesso à educação de nível superior no curso de finanças. No entanto, este não tinha nenhuma articulação com o ensino secundário de então e não dava acesso ao superior de outras áreas (p. 167).

Então, apesar de uma maior atenção ao ensino profissional em relação à concedida no período Imperial, o Estado ainda o tratava com descaso em relação aos outros ensinos, mantendo-o marginalizado e direcionando à parcela menos favorecida da sociedade, como os trabalhadores. Tratava-se de um ensino pensado pela elite para seus operários/funcionários, que alimentavam os objetivos desses dirigentes de se manterem na posição privilegiada, combatendo qualquer manifestação contrária. Com isso, as dualidades se fortaleceram, pois o ensino profissional existente no Brasil continuou marcado pela precariedade, formador da massa de mão-de-obra destinada às necessidades do sistema produtivo, enquanto o ensino intelectual e acadêmico era mantido para a elite dirigente, sendo esse, de acordo com Romanelli (2006), o próprio retrato da organização social brasileira.

Mossoró, que não fugia ao contexto nacional, também possuiu práticas de desenvolvimento pensado pela elite local (como já trabalhado no capítulo anterior). Esse ideal de modernização estava diretamente ligado ao ideal de sociedade segundo o qual a elite dirigia e os outros grupos sociais aceitavam. Além de formas repressivas, as que mais se sobressaíram foram a formulação de espaços que reafirmassem essa lógica de classe trabalhadora submissa. As entidades trabalhadas anteriormente condizem com essa concepção, assim como o ensino técnico também era utilizado nessas reafirmações pelos dirigentes comerciais.

Somando-se ao objetivo do controle dos funcionários, houve a necessidade de atender ao município, que crescia principalmente sua zona urbana e suas atividades econômicas. Devido a isso, foram criados cursos informais e instituições escolares de ensino para o trabalho. Como exemplo, temos a Escola Normal de Mossoró. Essa escola vinha da concepção nacional de que “foi *locus* privilegiado de formação institucionalizada de professores. Além disso, nesse momento histórico, os grandes nomes da educação nacional atuavam e discutiam a educação de dentro das escolas normais” (SARMENTO, 2013, p.38).

O país, palco de lutas de classes nas quais havia o embate entre reafirmações das desigualdades sociais pela elite dirigente e melhores condições pelas classes menos favorecidas, fortalecido a partir da década de 1920 (CUNHA, 2005) (MAFREDI, 2002), influenciou nos objetivos do pensar um ensino para o trabalho. Ao pensar o ensino comercial em Mossoró, institucionalizado na Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, as razões não podem ser resumidas a apenas um objetivo, visto que se tratava da soma da demanda econômica de especializar funcionários do comércio; do fator do controle social - visto pelos dirigentes como contenção de ideário de emancipação econômica por parte dos trabalhadores –; e de manutenção de poder pelos dirigentes, bem como pelo Estado, na tentativa de silenciar a parcela desfavorecida da sociedade.

### 3.3 INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO PROFISSIONAL

Partindo dessas concepções, o panorama das instituições escolares fornecedoras de ensino profissional recebeu maior atenção quando comparado à conferida pelo regime Imperial, que se caracterizava por “episódico e individual [...] nas primeiras décadas do regime republicano, além desse tipo de manifestação, foi possível encontrar formas novas de veiculação de ideias sobre o ensino profissional”

(CUNHA, 2005, p. 197). Ainda na década de 1910, práticas informais de ensino profissional começaram a ser exercidas.

FIGURA 11: ESCOLA NORMAL DE MOSSORÓ, DÉCADA DE 1920



Fonte: Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

Foi na década de 1920, precisamente em 1922, que em Mossoró a primeira instituição escolar, nessa concepção republicana de ensino para o trabalho, foi institucionalizada: a Escola Normal de Mossoró. Pelo Magistério ser profissão, essa escola é caracterizada como fornecedora de ensino profissional. Trouxe consigo o objetivo de formar professores para atender ao âmbito educacional que crescia na região. Nonato nos informa que

O PRÉDIO E AS INSTALAÇÕES – A Escola Normal iria funcionar no mesmo e velho edifício, onde se encontrava, desde 1909, o Grupo Escolar 30 de Setembro. A casa tinha tradição de ensino. Ali, vivera seus dias áureos o colégio do pedagogo paraibano Antonio Gomes. Muitos outros serviços também por lá tinha vivido, acolhidos a sua sombra. Os trabalhos de adaptação foram dirigidos pelo farmacêutico Jerônimo Rosado, que fez daquela obrigação uma espécie de sua casa, pois até o almoço (o depoimento é de sua filha Seize Rosado) hoje, falecida, sua mãe mandava-o numa marmita, e ele se alimentava sentado a sombra de um pé de tamarindo que dava sombra ao pátio. A água, segundo a informante, era mandada pela vizinhança, em quartinha resfriada. Ali, passava o dia inteiro, discutindo com o mestre-de-obra, o pedreiro João Dias, que também era teimoso como Rosado. Com essa dedicação a obra foi executada sem transtornos, e o prédio ficou em condições de receber a nova escola (NONATO, 1973a, p. 10-11).

Nessa narração de Raimundo Nonato, percebemos a atuação de Jerônimo Rosado. Essa presença na construção dessa escola ia além das razões até então

expostas – controle e especialização da mão-de-obra. É interessante ressaltarmos que, apesar de a Escola Normal ser, teoricamente, uma instituição escolar de natureza profissional para a formação de professores, em algumas cidades, ela foi direcionada ao ensino dos filhos da elite local. Como exemplo, podemos citar a Escola Normal de São Carlos, no estado de São Paulo, que atendeu aos filhos e filhas das famílias tradicionais locais, oferecendo um ensino além do que comumente era fornecido pelas instituições escolares de ensino profissional (BUFFA; NOSELLA, 1996).

A Escola Normal de Mossoró também direcionou seu ensino intelectual aos filhos da elite local. Nonato (1957), em suas narrativas memorialísticas, expõe ações dos que dirigiam essa escola, fato que bem exemplifica a prioridade pelos sujeitos elitizados: “[...] pois vinha sabendo que, dias antes, o próprio diretor, acompanhado do Dr. Eufrásio de Oliveira, visitara as casas das famílias importantes onde havia jovens em idade escolar, e tinham pedido que os mesmos concorressem ao exame” (p. 145). Também relata o quanto as pessoas não acreditavam que ele conseguiria passar no exame de admissão e, quando aprovado, acompanhar os estudos. Além disso, conta como era diferente dos outros alunos quanto às suas vestimentas e à sua origem social (NONATO, 1957), reafirmando o que concluímos sobre a Escola Normal de Mossoró e a quem atendia.

Após a Escola Normal, foi o ensino comercial que passou a ser pensado e sistematizado no município. Ele começou a ser pensado ainda na década de 1910. Porém, como foi direcionado aos trabalhadores, sua institucionalização foi um processo lento, bastante demorado. Apesar de a atividade comercial ser importante para a economia local e para a região, um ensino para o trabalho não tinha a urgência presenciada na construção das escolas direcionadas aos filhos dos grandes comerciantes, como a própria Escola Normal, trabalhada. Em um contexto nacional, o ensino comercial foi um dos primeiros a ser organizado através da Reforma de Francisco Campos.

A atividade comercial, existente desde a antiguidade, acompanhando as sociedades nas atividades de seus governantes (GOMES JUNIOR, 2012), teve seu ensino informal ofertado no Brasil ainda no Período Colonial, sob forte influência de Portugal, devido às demandas políticas e econômicas, com contadores trabalhando diretamente ligados à Coroa. Foi com a chegada da Família Real que esse ensino passou a ser ofertado de forma sistematizada, com a criação da aula pública de

ciência econômica, a cargo do Visconde de Cairu, no Rio de Janeiro. Foi regulamentada em 1846 e, dez anos após, criado o Instituto Comercial, sofrendo mudanças no currículo nos anos de 1861, 1863 e 1880, vindo a encerrar suas atividades em 1902, por baixa procura. Ainda sobre as práticas desse ensino no período Imperial, nos últimos anos, podiam ser percebidas disciplinas avulsas de contabilidade em faculdades de Direito e Engenharia (SAES, 2001).

No advento da República, esse era o quadro do ensino comercial – assim como do ensino técnico de uma forma geral - no país: práticas isoladas direcionadas aos sujeitos em estado de mendicância. Porém, na constituição dessa nova realidade política, a instrução comercial ganhou novos objetivos e direcionamentos que, mesmo marcados ainda pela dicotômica relação com o ensino intelectual (objetivando a formação de dirigentes e, portanto, direcionado às elites), passou a buscar a sistematização e a implantação. Isso se deve ao acentuado crescimento de sua oferta pelo país, com a criação de novos espaços para a realização das práticas, mudando, assim, o próprio caráter do ensino, que se objetivava para a formação dos trabalhadores.

Como o ensino comercial ofertado pelas escolas em Mossoró estava ligado ao que se pensava sobre esse fornecimento no país, principalmente no que tange à legislação, conecta-se o que analisamos sobre o contexto local ao que se pensava nacionalmente. Em 1905, direcionado ao ensino técnico comercial, foi criada a primeira legislação que reportou atenção a esse ensino, o Decreto nº 1.339/1905. Um caráter do ensino comercial, oriundo do próprio ensino profissional (e que perdura para além do nosso recorte temporal), é o fator privado quanto se trata de fornecimento e manutenção. Sujeitos e entidades, comprometidos com as mais diversas propostas sociais e educacionais, estiveram à frente na criação e na sustentação das instituições escolares de ensino técnico (PERES, 2013).

Esse início de oficialização do ensino comercial em São Paulo e no Rio de Janeiro estimulou iniciativas em outros locais, multiplicando o número de espaços fornecedores desse ensino no período republicano. Com o Decreto nº 4.724-A/1923, os diplomas de instituições pelo país se equiparam aos emitidos pelas escolas do Rio de Janeiro e São Paulo, citadas anteriormente. Com o crescimento desses espaços, o Estado lançou mão de decretos que aprofundassem o regulamento do ensino que estava sendo fornecido como, por exemplo, o nº 17.329/1926, que delimitou o regime

escolar, as disciplinas que deveriam ser oferecidas, as estruturas mínimas (laboratórios de química e bibliotecas, por exemplo), os critérios para os exames de admissão e a validações dos diplomas e as exigências mínimas para matrículas.

Ainda no ano de 1926, o relatório do ministro da Agricultura afirmou que o Estado objetivava, com esses Decretos e Lei, assegurar a eficiência e a uniformização além da graduação para todos os estabelecimentos, em constante estímulo e aperfeiçoamento (BRASIL, 1952). Os relatórios de 1927, 1928 e 1929 ainda reafirmam o discurso do poder público de buscar, com essa atenção legal, inserir os formados no ensino comercial no exercício de trabalhos que ajudassem o Brasil a crescer, organizar os cursos já existentes e os novos, bem como o crescimento dos cursos pelo país<sup>22</sup>, de modo que, nesses cursos, fosse ministrado o ensino de línguas estrangeiras. O Decreto 19.402/1930 fecha a Primeira República com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, anexando a Superintendência dos Estabelecimentos de Ensino Comercial, dando-nos aparato para afirmar que o ensino comercial passa a ser reconhecido como importante no contexto nacional, sendo normatizada e estimulada a sua oferta, mesmo que a iniciativa fosse predominantemente particular.

A nova fase do Regime Republicano inicia, quanto ao ensino técnico, com a Reforma Francisco Campos, que traz a intenção da União de ir além da regulamentação, buscando uma centralização na estrutura orgânica para o ensino comercial, assim como para o secundário e o superior, de acordo com Romanelli (2002), assemelhando-se, nesse momento, com os almejos dos educadores reformistas (VIEIRA; FREITAS, 2003). Especificando,

A reforma de Francisco Campos redefiniu toda a estrutura do ensino comercial, ao criar um curso propedêutico de três anos, cursos técnicos (de um, dois ou três anos), um curso elementar de auxiliar de comércio de dois anos e um curso superior de administração e finanças, de três anos. Os cursos técnicos eram: de secretário (um ano); de guarda-livros (dois anos); de administrador-vendedor (dois anos); de atuário (três anos); e de perito contador (três anos). O referido decreto também estabeleceu as disciplinas de cada curso, assim como o detalhamento de seus programas (PERES, 2013, p. 8).

---

<sup>22</sup> O relatório do ministro da Agricultura do ano de 1928 informava que existiam 21 escolas oficializadas e 27 fiscalizadas em processo de serem oficializadas. No relatório de 1929, afirmava-se que já existiam 70 estabelecimentos de ensino comercial fiscalizados (BRASIL, 1952).

Apesar de hoje ser possível perceber o quanto a reforma de Francisco Campos acentuou o ensino comercial como educação instrumental e dicotômica em relação ao ensino para os filhos da elite, conseguimos perceber, na fala dos que faziam parte da elite, a paisagem que esses decretos representavam. Na fala de Lima (1947)<sup>23</sup>, quando este trabalha a história do ensino comercial na Paraíba, no seu livro *O Ensino Comercial na Paraíba*, dentre suas exaltações às concepções que norteavam o ensino comercial, ele glorifica a reforma de Francisco Campos quando diz que

Seu papel é nobre. Constroio o futuro sôbre bases sólidas. Sim, porque somente uma educação especializada e técnica pode preparar o homem para as suas funções do mercado, com os seus problemas próprios, os seus tipos particulares de atividade social e econômica, os seus processos técnicos definidos e inconfundíveis (p. 60).

Os principais decretos que organizaram e sistematizaram o ensino comercial, em uma dimensão nacional, no nosso recorte temporal, foram: Decreto nº 4.724-A/1923, equiparando os diplomas de outras instituições fornecedoras desse ensino aos da Academia de Comércio do Rio de Janeiro; Decreto nº 17.329/1926, que aprovou o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial; Decreto nº 20.158/1931, que organizou o Ensino Comercial e regulamentou a profissão de Contador; Decreto nº 21.241/ 1932, consolidando as disposições sobre a organização do ensino comercial (LIMA, 1947).

A Escola Técnica de Comércio União Caixeiral foi criada com base na organização do Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Esse decreto, conhecido popularmente por Reforma Francisco Campos, não só regulamentou a profissão de Contador, mas também organizou o curso comercial, esclarecendo quais cursos eram autorizados – propedêutico, secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e perito-contador. Além disso, determinou quais disciplinas deveriam ser oferecidas por cada curso. Possui 82 artigos e ainda descreve a Superintendência do Ensino Comercial.

---

<sup>23</sup> Clóvis dos Santos Lima foi diretor da Academia de Comércio Epitácio Pessoa na década de 1940. Também atuava como professor de Geografia nessa instituição e era membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Quando, no início do decreto, Francisco Campos descreve os motivos da criação desse regimento, ele traz a concepção de ensino para suprir as demandas econômicas

A crescente complexidade da vida moderna, a divisão do trabalho cada vez mais acentuada nos organismos sociais, dia a dia, exigem dos profissionais um tirocínio mais amplo e seguro, uma especialização de mais em mais preponderante e cada vez mais reclamam dos que se iniciam nas carreiras técnicas conhecimentos adequados. Si é assim em todas as profissões, si os novos processos de trabalho não mais permitem a aprendizagem nas oficinas e escritórios, também os que se destinam ao comércio aí devem chegar trazendo as indispensáveis noções básicas, já adquiridas e largamente exercitadas nas escolas (CAMPOS, 1931, p.3)

No Rio Grande do Norte, o ensino profissional aparece em alguns decretos no que tange à sua posição na organização da educação estadual. No Decreto nº 239/1910, o ensino comercial aparece dentro da divisão Ensino Profissional, junto ao curso de Agronomia e Zootecnia. No artigo 114, esse regimento educacional repassa a responsabilidade do ensino técnico no estado, quando declara que “O Governo entrará em acordo com os proprietários e gerentes de fábricas, afim de estabelecerem escolas primárias e práticas para seus operários, mediante subvenção oficial” (p. 134).

Fica claro o fator ensino para o trabalhador, em que o que era negligenciado não era apenas a educação para o trabalho, mas, sim, tudo o que era direcionado ao trabalhador, uma vez que a Escola Normal, direcionada para o trabalho de lecionar, não possuía o mesmo descaso que o curso técnico comercial, devido aos diferentes sujeitos a que atendia (filhos da elite local). Nesse mesmo decreto, a Escola Normal possuía atenção própria e era custeada pelo governo.

No período do nosso recorte, poucas alterações foram apresentadas. No Decreto nº 261/1911 e nº 405/1916, por exemplo, houve uma maior especificação sobre o ensino comercial, elencando as matérias mínimas exigidas – Português, Francês, Inglês, Geografia, Escrituração e Contabilidade, legislação comercial e fiscal, noções de economia, noções de política e estudo das mercadorias. Além disso, regulamentou as regras para que as instituições escolares mantidas por grupos privados recebessem subvenções (disponibilizando bolsas para alguns alunos

carentes), sempre apresentando incentivos aos grupos privados construtores de educação e pontuando responsabilidade apenas na fiscalização.

O ensino comercial em Mossoró começou a ser pensado dentro do ambiente de trabalho, no qual se repassavam os conhecimentos próprios do exercício dessa prática, sendo incluso no processo de organização dessa atividade econômica em associações e entidades como a Sociedade União Caixeiral, criada em 1911, e a Associação Comercial de Mossoró, 1918. Ambas possuíam iniciativas que objetivavam pensar, organizar e regularizar a atividade comercial no município. Acompanhando o processo nacional, no período do nosso recorte, o ensino comercial já estava sendo pensado de forma sistematizada.

Em 1912, foi criado o Curso de Comércio da União Caixeiral. De ordem privada, teve como mantenedora a Sociedade União Caixeiral. Com duração de quatro anos, ofereceu práticas informais e instrumentais que eram direcionadas aos já inseridos no trabalho comercial (NONATO, 1968). Não possuía organização de uma escola já institucionalizada, e seu fornecimento dependia dos próprios associados da entidade criadora.

Apesar de sua curta duração, abriu caminho para que essa mesma entidade criadora e mantenedora começasse a pensar em uma instituição escolar sistematizada e institucionalizada, oferecendo o mesmo ensino e atendendo às suas demandas. Escóssia (1983) ainda acrescenta que era um curso “para os associados, para o que foi conseguido professores como dr. Felipe Guerra, acadêmico Manuel Benício Filho e o próprio Francisco Isódio, ministrando aulas diariamente, durante quatro anos, sem ônus para a sociedade nem para os alunos” (p. 152).

Como Magalhães (2004) esclarece, uma instituição escolar tem seu percurso de existência nas práticas informais. Determinada comunidade, na dinâmica da sua existência, possui demandas que tendem a ser supridas em práticas não sistematizadas. À medida que essas práticas se tornam constantes e organizadas, tendem a ser sistematizadas e são efetivamente institucionalizadas. É nessa dialética com a comunidade e seus variados contextos que essas práticas informais vão respondendo às demandas, tornando-se essenciais àquela sociedade naquele momento, constituindo-se em instituição (SAVIANI, 2007).

Quando compreendemos e explicamos a história de uma instituição, integramos-la no quadro mais amplo do sistema social que a pensou e a criou, nos contextos e

nas circunstâncias históricas, de forma interativa e que implica na evolução da comunidade, dos públicos e das zonas de influências em que estão inseridos. Pesquisar a origem da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral é perceber o fornecimento do ensino técnico (o ensino comercial, especificamente), entender as conjunturas socioeconômicas do município de Mossoró, compreendendo que o percurso histórico dessa escola está imbricado na sociedade mossoroense. Isso acontece pela própria dinâmica de formação de uma instituição.

Uma instituição não surge repentinamente, mas é constituída a partir de práticas informais, práticas cotidianas que passam a ser pensadas como necessárias e vão sendo sistematizadas. Contudo, não são todas as atividades sociais exercidas que se constituem em instituições, apenas as que, em seu processo de sistematização, conseguem resolver problemas surgidos dentro da comunidade e se tornam essenciais. Com as permanências e rupturas da existência dessa comunidade, essas ações se reinventam e continuam a suprir as demandas, modificando também os contextos que a determinam, na constante relação dialética, até que esse diálogo não funcione mais e a instituição deixe de existir.

Portanto, essas atividades sociais se constituem a partir de problemas reais, concretos e não apenas existentes no plano do pensamento. Nesse sentido, as instituições possuem caráter de solução, sendo – no processo de institucionalização – planejadas, sistematizadas e concretizadas (SAVIANI, 2007). Essas ações informais e espontâneas, no ato de percepção da necessidade de sistematizar e institucionalizar, deixam de ser práticas primárias e passam a ser consideradas secundárias e intencionais. Com isso,

[...] podemos dizer que, de modo geral, o processo de criação de instituições coincide com o processo de institucionalização de atividades que antes eram exercidas de forma não institucionalizada, assistemática, informal, espontânea. A instituição corresponde, portanto, a uma atividade primária que se exerce de modo difuso e intencional. (SAVIANI, 2007, p. 5)

Na Primeira República, a Sociedade União Caixeiral, principalmente na figura de Francisco Isódio (associado da entidade), começa a pensar uma instituição escolar sistematizada, não mais um ensino informal. As práticas iniciais de ensino técnico de comércio no município não suprimiram as demandas econômicas e, nos anos 1920, a

necessidade de trabalhadores mais especializados mostrava que o fornecimento desse ensino era cada vez mais essencial. Isso se fortalecia com o próprio caráter desse ensino no cenário educacional nacional. O ensino técnico – atividade sob preceitos científicos e não apenas com base em saberes da tradição – no país ganhava uma nova configuração, deixando de ser apenas socioeducativo e passando a ser um meio de especializar a mão-de-obra necessária para as novas demandas econômicas (BANDEIRA, 2015).

Os primeiros exercícios de ensino técnico de comércio em Mossoró, o Curso de Comércio da União Caixeiral, foi o que Magalhães (2004) e Saviani (2007) consideram como práticas informais que atendiam a demandas, nesse caso, a econômica. A Escola Técnica de Comércio União Caixeiral seguiu a natureza de uma instituição escolar, com práticas informais de ensino comercial oferecidas pela Sociedade União Caixeiral em um primeiro momento, na década de 1910. Quando estava sob a direção de Alcides Dias e Thiers Rocha, a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral foi instalada em Mossoró, tendo como seu primeiro diretor o próprio Thiers Rocha. Para a sua organização, foi solicitada a ajuda da Escola de Comércio de Natal, que enviou instruções indispensáveis para a organização do processo de pedido de verificação prévia, iniciando com o curso propedêutico.

O prédio sede (e que faz parte do cenário do município até hoje) só foi construído em 1937. Também, nesse ano, a escola foi vistoriada pelo Inspetor Federal Abdon Pimentel, que fora recomendado pelo professor Tércio Rosado, autorizando, assim, o funcionamento da escola sob o regime da Inspeção do Ministério da Educação. Porém, a portaria que o autorizou foi do dia 13 de agosto de 1940 – Portaria Ministerial nº 166 – publicada no Diário Oficial da União de 30 de agosto do mesmo ano. Constituindo, de forma concreta, uma solução para as demandas socioeconômicas mossoroenses, a escola viera para atender “estudantes pobres que precisavam de procurar durante o dia os meios com que estudar a noite” (NONATO, [1949], p. 5). Essa instituição escolar, que possuía caráter de especializar a mão-de-obra, também supriu a educação de famílias menos favorecidas economicamente, pois, apesar de ser uma escola privada, concedia bolsas aos alunos mais carentes.

O processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral reafirmou, além das características do ensino técnico no cenário nacional, também as dualidades existentes em relação ao ensino básico. Enquanto o ensino técnico era

oferecido por instituições privadas ou por incentivo civis, atendendo aos filhos dos trabalhadores, o ensino básico possuía direcionamentos do Estado e era espaço de maior concentração dos filhos da elite (CUNHA, 2005). A forma como era oferecida e os investimentos também eram diferenciados quando comparados os dois ensinos. Kuenzer (1997) afirma que as dualidades entre esses tipos de ensino existiam desde o curso primário.

No contexto educacional mossoroense, as dicotomias caracterizavam esse espaço de forma determinante. Por um lado, o ensino direcionado aos filhos da elite era institucionalizado em curto espaço de tempo, isto é, quando pensada a necessidade de uma escola para educar esse público era imediatamente implantada por ser tida como essencial. Entretanto, o ensino direcionado à mão-de-obra permanecia no plano da necessidade, sem ser implantada, por período acentuado. Isso nos permitiu perceber o descaso das instâncias políticas com esse ensino e o quanto estava vinculado a atender apenas às demandas socioeconômicas.

As práticas de ensino comercial, tanto quando ainda eram informais quanto as institucionalizadas e fornecidas na Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, em Mossoró, tiveram como criador e mantenedor o grupo privado constituído na Sociedade União Caixeiral, permanecendo nessa situação até o fim do exercício da escola e, mesmo recebendo subsídios da instância estadual, teve sua organização e seu funcionamento sob interesse de grupo privado. O que acentua a gravidade de ser de ordem privada era somente ela possuir o ensino comercial com essa característica, enquanto outros ensinos possuíam opções na rede pública.

Entre as instituições escolares de ensino profissional no município, a Escola Normal e a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, as dualidades também se estabeleciam. A Escola Normal de Mossoró fornecia o ensino para o trabalho aliado a um ensino intelectual, atendendo aos filhos da elite comercial e era financiado pelo Estado. Desde o início foi institucionalizada, por ter sido considerada prática essencial pela sociedade. A Escola Técnica de Comércio União Caixeiral sempre foi pensada e direcionada aos trabalhadores, inicialmente, e depois aos que desejavam ser inseridos nessa atividade econômica. Fornecia um ensino instrumental, distanciando-se do intelectual oferecido pela Escola Normal e, somando-se a isso, a precariedade e o não acesso a espaços exigidos para a educação, como bibliotecas.

Os investimentos por ordem pública eram inexistentes quando se pensava no incentivo ao ensino comercial dentro do município. Quando ainda eram exercidas práticas informais, a responsabilidade ficava a cargo da Sociedade União Caixeiral exclusivamente. E como era direcionado à classe que não deveria pensar e sim executar, foi sendo oferecida espontaneamente. Quando institucionalizado esse ensino na Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, a manutenção das suas práticas era precária. A entidade era liderada por comerciantes de destaque social, cujas prioridades eram direcionadas para esse destaque no contexto socioeconômico, como a construção do prédio sede da associação, e não para o ensino fornecido aos seus funcionários.

Ainda podemos perceber as dualidades do ensino técnico na comparação com outras instituições escolares fornecedoras de ensino regular e espaços de sujeitos inseridos na elite. A escola em que pudemos perceber maiores diferenças de atenção do município e até do próprio estado (que sempre fornecia subsídios mesmo que essa fosse muito bem amparada pela Igreja Católica) foi a Escola Diocesano Santa Luzia. O Diocesano até hoje é uma escola de cunho religioso. No período em que pesquisamos, tinha considerável destaque no município de Mossoró e atendia aos filhos dos maiores comerciantes da cidade. Seus representantes administrativos eram atuantes no município e o primeiro diretor, Cônego Estevão Dantas, estava presente nos principais eventos sociais de Mossoró.

O Colégio Sagrado Coração de Maria, também de caráter religioso, atendia às filhas de grandes e médios comerciantes e recebeu investimentos tanto da administração pública do município quanto dos próprios comerciantes. Diferentemente da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, que só veio receber algum tipo de financiamento pelo Estado na década de 1940, próximo a quando decidiram criar a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, mas sempre teve como mantenedora a Sociedade União Caixeiral (NONATO, [1949]).

Durante nossas pesquisas, percebemos que as dualidades se acentuavam entre o ensino comercial e outros quando percebidas nos meios de comunicação e nos escritos sobre esse recorte temporal. Os jornais estavam sempre relatando sobre as instituições que atendiam aos filhos da elite comercial, mas sobre a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral pouco se relatava. Nos eventos sociais, como os desfiles cívicos, era comum ver notícias e imagens dos alunos das escolas secundárias citadas

anteriormente. Em contrapartida, poucas são as referências sobre a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral.

Ainda sobre a diferença quanto à atenção dos veículos de alcance social, nos textos memorialísticos da Coleção Mossoroense, também pode ser percebida a desvalorização do ensino comercial no município. Todos os que utilizamos são de autores que, assim como Raimundo Nonato, Lauro Escóssia, Vingt Rosado, vivenciaram também o período do momento que pesquisamos. Porém, em seus escritos, comparando-se a outras instituições escolares, fala-se bem menos. Raimundo Nonato faz pontuações quando cita o período em que trabalhou na direção da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral e quando descreve sobre Alcides Dias – diretor da Sociedade União Caixeiral na época da implantação da escola. Lauro Escóssia menciona apenas a Sociedade União Caixeiral, e Vingt Rosado faz citações em alguns escritos deles. Isso só reafirma as dualidades existentes entre o ensino direcionado aos filhos da elite e o ensino para os trabalhadores, tratamentos duais que iam além do âmbito educacional.

Com essas interpretações, podemos afirmar que as dualidades existentes no ensino profissional pensado no país, com o advento da República, continuaram com o sentido de atender às classes menos favorecidas, mas não mais os desvalidos de forma prioritária. Esse ensino também se tornou meio de controle da massa dos trabalhadores que, principalmente a partir da década de 1920, inicia fortes lutas contra a situação inferior socioeconômica a que eram submetidos. Conseguimos também concluir que o ensino profissional era entregue aos grupos privados e às instâncias públicas ficava o dever de supervisionar.

No nosso recorte temporal, o ensino comercial em Mossoró esteve sempre nas mãos da Sociedade União Caixeiral. Teve seu processo de institucionalização lento em relação a outras instituições escolares, vinte anos após as suas práticas informais. A Escola Técnica de Comércio União Caixeiral veio como meio de controle e forma de especializar a mão-de-obra para atuar na atividade comercial do município que buscara a volta do período de empório da região.

Assim, o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral trouxe consigo as crias da desigualdade social que vivia o país, o Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, Mossoró: as dualidades. Presentes na constituição da educação do município, as dualidades determinaram a formação do ensino comercial

na cidade. Com isso, foi base da gênese da instituição escolar que aqui analisamos. Foi o que caracterizou o processo mediante o qual o ensino comercial se constituiu em instituição e o seu quadro inicial, que apresentava um ensino precário e instrumental.

No próximo capítulo, trazemos o outro lado da relação entre os contextos e a escola. Analisamos a inserção da Sociedade União Caixeiral na comunidade envolvente, assim como as determinações que influenciaram no processo de pensar a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral e quais as dualidades que se estabeleceram, ou não, na constituição da escola em instituição escolar. Entender o Mossoró do nosso recorte foi essencial para entendermos esse processo de criação e pensar a escola se faz necessário para entender a própria comunidade, um constante diálogo, uma eterna dialética.

#### **4. ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO UNIÃO CAIXEIRAL: UMA INSTITUIÇÃO É PENSADA**

“Seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica” (FREIRE, 1984, p. 89).

Decidimos analisar o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral a partir da relação com sua criadora – Sociedade União Caixeiral – percurso esse que se iniciou na criação da entidade até o momento em que a escola foi implantada. Nos capítulos anteriores, investigamos os contextos que dialogaram diretamente com essa associação, primeiro refletindo as relações sociais, depois entendendo a organização do cenário educacional. Chegamos ao ponto em que refletimos sobre o caminhar da entidade e percebemos como a relação aqui analisada caracterizou a implantação da escola.

Inicialmente, analisamos a Sociedade União Caixeiral, seu surgimento no município de Mossoró, seus objetivos e sujeitos, sua dinâmica nas relações sociais e de influência socioeconômica, a participação na busca de modernização do município de Mossoró e a possível mudança de grupo com objetivos estritamente econômicos para construtores de educação na cidade. Assim, compreendemos como essa constituição da Sociedade União Caixeiral fê-la pensar um ensino para seus funcionários, as razões para esse pensar e como procederam no processo de institucionalização da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral.

Percebemos que a Sociedade União Caixeiral estava inserida em processos que aconteciam nacionalmente. Inicialmente, os que possuíam direcionamento às atividades comerciais foram pensadas diante do crescimento dessa economia nas práticas dos caixeiros viajantes. Seu caráter se modifica quando passaram a serem criadas como forma de controle dos trabalhadores pela elite dirigente dessa atividade econômica no processo de nacionalização/modernização do país. Então, a Sociedade União Caixeiral, que inicialmente possuía objetivos estritamente econômicos, alargou seus horizontes e trouxe o nome da entidade para as diferentes práticas de modernização da cidade de Mossoró. Ela está inserida no grupo dos dirigentes e, como tal, possui as mesmas ações e características (trabalhadas no capítulo anterior) no ato da fundação da escola.

Após compreender a Sociedade União Caixeiral, chegamos à implantação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Nessa etapa, apresentamos nossa interpretação sobre a organização, a sistematização e a oficialização dessa instituição escolar. Analisando o quadro inicial, sujeitos atuantes, espaços físicos e silêncios na sua fundação como instituição, constatamos como esta escola se organizou e as dualidades determinantes. Compreendemos, por fim, como essa instituição escolar se tornou instrumento de força e poder para a Sociedade União Caixeiral no município de Mossoró.

#### 4.1 SOCIEDADE UNIÃO CAIXEIRAL

Mossoró vivia seu empório comercial quando os sujeitos dessa atividade econômica começaram a se estruturar e organizar suas práticas. Dia vinte e sete do mês de agosto do ano de 1911, comerciantes locais criaram a Sociedade União Caixeiral. Sua inauguração foi realizada no salão do primeiro prédio do Colégio Diocesano Santa Luzia. Teve seu prédio sede construído em 1937 na antiga casa do associado Gaudêncio Noronha (SILVA, 1984).

Apesar de ter sido criada no ano de 1911, foi apenas em 1921 que o Estado reconheceu a Sociedade União Caixeiral como de utilidade pública, mediante a Lei nº 509. Mais adiante, foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Serviço Social como Sociedade civil, beneficente, filantrópica e educacional, em quinze de dezembro de 1952, por meio do processo nº 107.390.

Até os dias atuais, essa associação é vista como um marco no município, fator benéfico para os trabalhadores do comércio. Isso nos traz a noção do quanto ela firmou-se na cidade de Mossoró e nas relações sociais. Apesar de não existirem estudos que trabalhem diretamente essa entidade e sua formação no município, conseguimos encontrar, em nossas leituras pertinentes a este trabalho, várias citações sobre a Sociedade União Caixeiral.

Autores considerados intelectuais no Estado do Rio Grande do Norte trouxeram a Sociedade União Caixeiral em diferentes momentos, como, por exemplo, em trabalhos sobre a atividade comercial de Mossoró e região circunvizinha; em estudos sobre modernização da cidade e ações nesse sentido; e quando se pensa o cenário

educacional do município, principalmente no fornecimento de ensino comercial/técnico/superior<sup>24</sup>.

Raimundo Nonato – por ter sido trabalhador do comércio, manter relações com a elite local e ter sido Vice-Diretor da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral – sempre cita essa associação em suas obras. Na obra *Evolução urbanística de Mossoró*, lançada pela Coleção Mossoroense (como a maioria dos seus livros), menciona a Sociedade União Caixeiral:

Um grupo formado de Francisco Izódio de Souza e outros, funda a sociedade União Caixeiral, a mais antiga entidade classista de Mossoró. Na sua vida, a entidade tem realizado um vasto plano de iniciativas da classe dos empregados do comércio, sendo a mais notável a campanha que encetou pelo fechamento das casas de negócio às 18 horas! Depois, criou aulas de comércio. Criou biblioteca. Publicou jornais. (NONATO, 1975, p. 54).

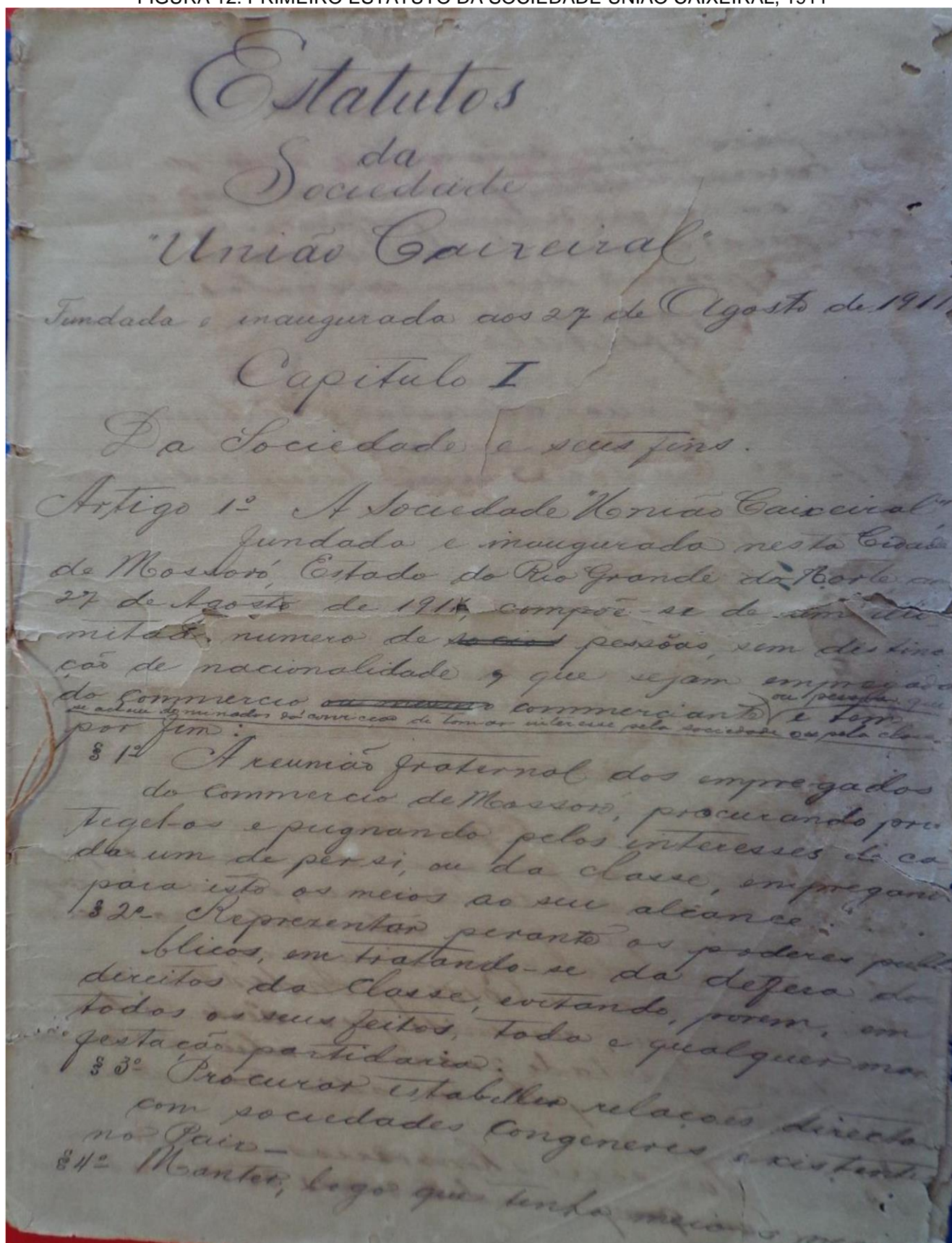
No discurso escrito de Raimundo Nonato (2015), conseguimos perceber que o objetivo inicial da Sociedade União Caixeiral era a organização da atividade econômica comercial. Mas, ainda no mesmo trecho, conseguimos ver que atingiu novos patamares na cidade. Para entender esse crescimento no município, faz-se necessário compreender como pensaram a associação no momento de sua criação. A Sociedade União Caixeiral é uma entidade e, como tal, foi institucionalizada a partir de práticas informais que se direcionaram a uma necessidade de sua organização. Porém, nosso objetivo neste trabalho é entender como essa instituição pensou a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Por isso, analisaremos essa entidade já institucionalizada.

Debruçando-nos sobre o primeiro estatuto da Sociedade União Caixeiral, observamos que, logo no início, é deixado claro o objetivo da criação desta: reunir os empregados do comércio e os comerciantes de Mossoró na busca por organizar e cuidar dos interesses de cada um e da classe comercial, representando-a perante os poderes públicos e pensando em melhoramentos dessa atividade econômica. Essa finalidade de proteção e representação perdurou por anos, podendo ser vista na figura 12 as reformas do estatuto realizadas posteriormente, como a Terceira Reforma, que entrou em vigor 1948, e a Quarta Reforma, em 1975.

---

<sup>24</sup> Ensino Superior pelo fato da Sociedade União Caixeiral ter criado e mantido, por um período, a Faculdade de Contabilidade hoje anexada a Uern.

FIGURA 12: PRIMEIRO ESTATUTO DA SOCIEDADE UNIÃO CAIXEIRAL, 1911



Fonte: Arquivo particular da Sociedade União Caixeiral

Nesse primeiro estatuto, foram especificados os objetivos (falados anteriormente), as categorias em que os sujeitos se encaixariam, os deveres e direitos dos sócios, a estrutura da diretoria e suas atribuições, as sessões (reuniões), seus tipos e o que caracteriza cada uma. De acordo com esse estatuto, qualquer um que tivesse interesse poderia se associar, desde que fosse maior de doze anos e tivesse bons antecedentes. Além disso, teria de pagar uma espécie de taxa de inscrição no valor de 3.000 mil réis.

Os associados teriam de ser encaixados em uma das seguintes categorias a seguir: Fundadores, que congregaria os que tomaram a iniciativa de criar essa entidade e se inscreveram até o dia da inauguração (27 de agosto de 1911); Efetivos, os que exerciam função de caixeiro, qualquer auxiliar comercial ou mesmo negociante; Correspondente, residentes fora da cidade de Mossoró que demonstrassem auxílio à Sociedade União Caixeiral; Honorário, os que não se encaixavam em nenhum anterior e que houvesse contribuído para com a criação com 100 réis ou objeto de mesmo valor; Benemérito, o mesmo caso que o Honorário, mas que tivesse realizado donativo de 200 réis.

Nesse início do estatuto, é possível perceber a distinção social. Primeiramente, apesar de ser aberto a quem se interessasse, havia a cobrança de uma quantia, que acabava por barrar a entrada de uma grande parcela dos trabalhadores. Quando nos direcionamos para os deveres, reafirmamos que cada associado teria de contribuir mensalmente com 1:000 réis. Apesar de os sócios terem como direito a dispensa da mensalidade quando se encontrassem desempregados, a barreira estava na porta de entrada de uma possível associação.

Também tinham, os associados, os deveres de comparecer a todas as sessões e aceitar qualquer cargo para o qual fosse eleito (dentro da entidade). Tinham o direito de apresentar propostas à diretoria; de proteção de acordo com sua pecuniária – ratificando uma diferença de tratamento, dependendo da condição socioeconômica do associado; de requerer contra qualquer sócio que infringisse alguma regra. Caso deixasse de pagar (exceto por razão de demissão), difamasse a Sociedade União Caixeiral ou se portasse de maneira desrespeitosa com outro associado, sofreria a pena de ser desligado da entidade.

As sessões eram divididas em: ordinárias, que ocorriam duas vezes ao mês, sempre realizadas aos domingos e pelos sócios efetivos; extraordinárias, que eram

convocadas por razões urgentes; e assembleia geral, planejada a ocorrer no segundo domingo de cada mês de agosto de cada ano, com o intuito de eleger a diretoria e os outros cargos da administração da Sociedade União Caixeiral. Quanto à estruturação da administração, de acordo com o primeiro estatuto, a entidade possuía na diretoria os cargos de presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro, orador, vice orador e comissão de parecer.

Escóssia (1983) acrescenta o cargo de comissão de estatutos. A pessoa ficava apenas um ano no cargo. Após o ano de 1942, foi criado o Conselho Consultivo de Educação, que se constituía de três membros, escolhidos e nomeados pela diretoria e possuía a função de fiscalizar o funcionamento da, já institucionalizada, Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, centralizando, assim, as atividades de natureza escolar, como elaboração de planos das práticas e propondo à Sociedade União Caixeiral aplicação de medidas úteis ao desenvolvimento da instituição escolar (SOCIEDADE UNIÃO CAIXEIRAL, 1948).

Quanto às obrigações de cada cargo dessa diretoria da associação, o estatuto só esclarece as atribuições do presidente, que, durante o ano de seu exercício, tinha por tarefa: julgamento dos sócios; tomar conhecimento de acontecimentos nas relações dos seus associados; presidir as sessões da diretoria; abrir, rubricar e fechar os livros (atas); ordenar os pagamentos; vigiar os bens dados à Sociedade União Caixeiral.

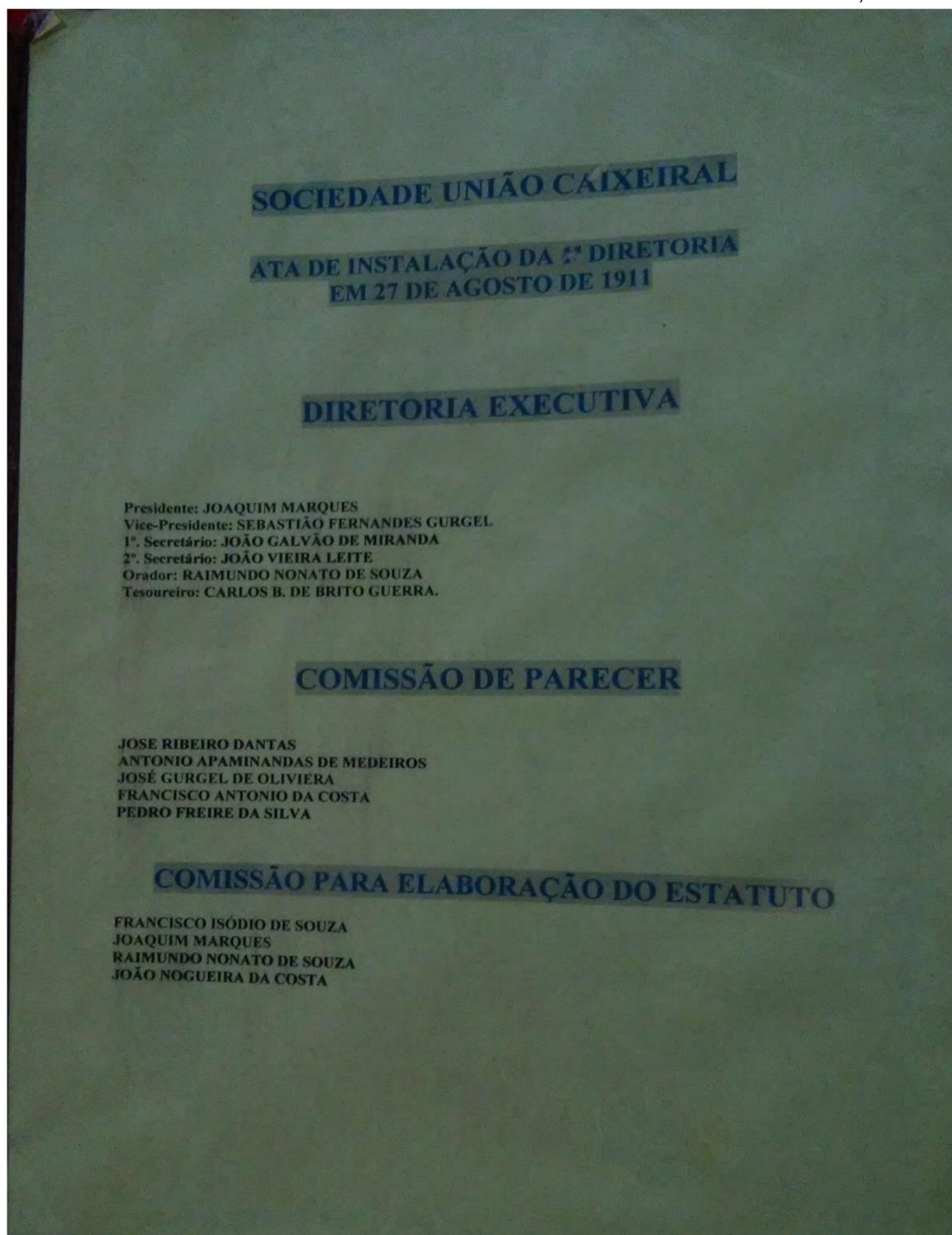
No ato de criação da Sociedade União Caixeiral, Escóssia (1983) afirma que tinha como diretoria

[...] seu primeiro Presidente o comerciário Joaquim Marques de Souza, sendo seus demais companheiros – Sebastião Fernandes Gurgel, vice-Presidente, João Galvão de Miranda – 1º Secretário, João Vieira Leite – 2º Secretário, Raimundo Nonato de Sousa – Orador, Carlos Borromeu de Brito Guerra – vice-Orador, Bernardo de Souza Coutinho – Tesoureiro, Comissão de Parecer – José Ribeiro Dantas, Antonio Epaminondas de Medeiros, José Gurgel de Oliveira, Francisco Antonio da Costa, Pedro Freire da Silva. Comissão de Estatutos – Francisco Isódio de Souza, Joaquim Marques, Raimundo Nonato de Souza, João Nogueira da Costa e Antônio Martins de Miranda. Dentre estes que formavam a diretoria, foram sócios fundadores – Afonso Freire de Andrade, Francisco Dantas da Silva, Luiz Zeferino Pereira (Luiz Bom), Antônio Filgueira Mendes e outros (ESCÓSSIA, 1983, p.152).

Apesar de ele ter acrescentado Bernardo de Souza Coutinho ao cargo de tesoureiro (e fica a dúvida se este realmente atuou como tesoureiro em conjunto com

Carlos Brito Guerra posteriormente à elaboração da Ata ou se foi equívoco do memorialista), os sujeitos que fizeram parte da diretoria da Sociedade União Caixeiral, relatada na escrita de Escóssia (1983), pelo que somos levados a perceber, eram os associados dessa entidade.

FIGURA 13: PRIMEIRA DIRETORIA DA SOCIEDADE UNIÃO CAIXEIRAL, 1911.



Fonte: Acervo particular da Sociedade União Caixeiral

Nesse momento, reafirmaram as dualidades hierárquicas formadas no contexto socioeconômico de Mossoró. Alegaram, no estatuto, que a entidade estava sendo

criada para atender aos trabalhadores do comércio. Entretanto, ainda no estatuto de criação, foi imposta a obrigação de uma taxa para realizar a inscrição nessa entidade, além das mensalidades. Sabendo das condições em que os trabalhadores viviam, entendemos que a Sociedade União Caixeiral delimitou os sujeitos que a ela se associariam, sendo muito mais excludente quanto ao grupo trabalhista que democrática em relação às diferenças econômicas da classe comercial.

Na classificação dos tipos de associados, percebemos que também eram cobradas doações financeiras (mesmo que através de favores ou objetos de valor), aumentando mais ainda o muro que separava os funcionários e a entidade. Essa associação buscava a organização da classe. Uma ação que sempre é relatada pelos textos memorialísticos (e presente na citação anterior de Raimundo Nonato) foi a determinação dos horários de abertura e fechamento das casas comerciais. Em certa medida, os trabalhadores dessa atividade foram favorecidos por essa resolução. Porém, isso se direcionava ao exercício de atendimento ao público. Quando pensamos que essa não era a única atividade exercida por esse grupo, conseguimos compreender que essa regra serviu muito mais como ato de organização da atividade comercial que como uma espécie de direito dos trabalhadores.

Além disso, o fato de existir uma mensalidade e o seu não pagamento resultar em penalidade, podendo o inadimplente ser expulso da Sociedade União Caixeiral, sentenciava os sujeitos que conseguiam se tornar sócios. Com isso, a vantagem de ter direito à representação judicial ficava restrita aos que podiam pagar para manter-se nesse espaço, que, como conseguimos perceber, eram os dirigentes da atividade comercial. E, mesmo dentro do grupo dos associados, percebemos a diferença de classe, uma vez que, dependendo da quantia que doava à entidade, o associado era enquadrado em um determinado tipo, além do fato de que os direitos eram cedidos de acordo com as condições pecuniárias.

Observando os representantes da primeira diretoria da entidade, percebemos a presença maciça da elite mossoroense. À medida que buscávamos informações sobre os sujeitos dessa entidade, afastávamo-nos dos trabalhadores e das suas necessidades. Os que formavam a Sociedade União Caixeiral, inseridos na elite local, também atuavam nos jogos de influências e em ações justificadas por modernização. A listagem exibida na figura 14, a seguir, abaixo foi assinada em alguma assembleia geral ainda na década de 1910. Nela, assinam sobrenomes de famílias tradicionais de

Mossoró, como Gurgel, e de firmas da atividade comercial como Leite, Rodrigues Monte e Brito Guerra.

FIGURA 14: LISTA DE SÓCIOS, ANOS 1910

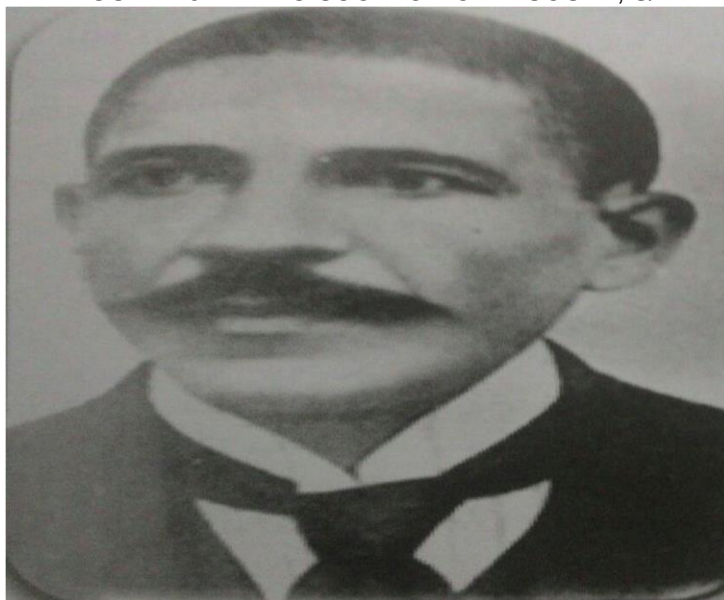
mrai por todos assignada. Eu, João Vieira Leite  
 2º Secretário a escrever e assignar.  
 Joaquim Marques - Presidente.  
 Justino Justino Justo - Vice - "  
 João Galvão de Miranda 1º Secretário  
 João Vieira Leite - 2º "  
 Raymundo Romatti - Orador  
 Carlos Romo de Azevedo - Orador.  
 Bernardo de Souza Coutinho - Orador  
 Meides Galvão de Miranda  
 Felício Leite  
 Francisco de Paula Costa  
 Raphael de Hollanda.  
 Manoel da Cunha Sobrinho.  
 Jesus Costa  
 Carmo Pizerra da Cunha.  
 Francisco Dantas da S.  
 Anunciato José de Souza  
 Pedro Meire da Silva.  
 Luis Leferino Pereira.  
 Francisco Piz.  
 Fernando Desvizi  
 Francisco Costa  
 Antonio Pizerra  
 José Gurgel d'Almeida  
 Sebastião Fernandes Almeida  
 Vicente Ferreira Leite  
 Lino Augusto Dantas.  
 Luiz Cavallante  
 Francisco Rodrigues do Monte  
 Manoel Justino Berra  
 Jacob Gurgel de Oliveira

Fonte: Arquivo particular da Sociedade União Caixeiral

Como a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, essa associação estava inserida na configuração que o município ganhou no advento da República. Os sócios também atuavam em outros âmbitos da comunidade, relacionando-se com a dinâmica socioeconômica. Assim, traziam para dentro dessa entidade o que se constituía nos diálogos com a sociedade mossoroense. Figuras de relevância no município fizeram parte dessa associação, tais como Felipe Guerra, Manuel Benício Filho, Sebastião Gurgel e Afonso Freire (NONATO, 1975). Um grande representante dessa associação e que foi de importância fundamental para a criação e o fortalecimento da Sociedade União Caixeiral na cidade foi Francisco Izódio de Souza.

Esse associado não pertencia a família tradicional no município, mas conseguiu, no exercício comercial, adentrar nos espaços elitizados. Em 1911, Presidente da Intendência Municipal, fundou a Sociedade União Caixeiral. Esteve presente em decisões de destaque como a insistente batalha pela chegada do trem a Mossoró, 1915, e na criação do tiro de Guerra, 1911. Mais à frente, outro representante da elite socioeconômica que associou-se à entidade foi Tertuliano Ayres, responsável por comercialização e exportação de diferentes produtos. Na figura 15, a imagem de do associado Francisco Izódio:

FIGURA 15: FRANCISCO IZÓDIO DE SOUZA, S/D



Fonte: FAUSTINO, 2014, p. 77

A Sociedade União Caixeiral vem de um movimento nacional em que as cidades que tinham o comércio em expansão se organizavam em entidades uniões caixeirais (remetendo aos caixeiros viajantes). Assim como em outras uniões

caixeirais, seus representantes eram donos de comércio e firmas, sendo, assim, constituintes da elite do município e, como dito anteriormente, atuantes nas relações de influências. No momento em que a Sociedade União Caixeiral foi criada, Mossoró estava em pleno ideário de modernização, sendo a própria entidade fruto dessa busca por desenvolvimento socioeconômico.

Criada essa entidade, seus representantes passaram a responder à dinâmica social em nome da associação. Atuantes nas relações de poder da cidade, estavam envolvidos nos acontecimentos símbolos da modernização almejada. Um ponto aqui já trabalhado foi a chegada do trem a Mossoró. Encabeçada por Jerônimo Rosado, a Sociedade União Caixeiral também esteve à frente desse movimento na figura de Francisco Izódio. Outra iniciativa foi a construção de espaços sociais no município, como a criação do Instituto Literário 2 de Julho, que ficaria responsável pelas comemorações cívicas. De acordo com Nonato (1968), a Sociedade União Caixeiral também criou folhetins jornalísticos, como *O Caixeiral* (1933), biblioteca e banda de música.

Diante de tamanha expansão das atividades da Sociedade União Caixeiral, percebemos que os objetivos iniciais, direcionados à economia somente, foram ampliados, alcançando novos âmbitos na sociedade. Nesse momento, a Sociedade União Caixeiral se reformula e sai de um âmbito estritamente comercial, ganhando caráter socioeconômico. Seus sujeitos, inseridos na elite local, levam a sua associação para as relações de controle do município, pensando os símbolos de desenvolvimento e as ações de poder.

Inserida e atuando nas ações de poder no município, bem como reproduzindo-as, a Sociedade União Caixeiral também dialogava com o ideário de controle dos seus trabalhadores. Controlada pelos dirigentes da atividade comercial, construíram essa entidade a partir de objetivos de proteção dos seus funcionários. Porém, como trabalhado anteriormente, nesse período, associações foram criadas como forma de controle dos funcionários, utilizando-se de regras para a atividade e construindo a figura de sindicato desses trabalhadores, criando um ideário de que defendiam seu grupo, conseguindo, assim, submetê-los às condições precárias em que viviam. A Sociedade União Caixeiral era uma entidade criada pela elite comercial para interesses próprios, reafirmando as próprias práticas exercidas pela elite local e nacional.

Contudo, foi no contexto educacional que a Sociedade União Caixeiral alcançou altos patamares sociais no município. Essa entidade criou desde curso na área comercial, ensino técnico, chegando a institucionalizar ensino superior de contabilidade. Com isso, conseguiu mais que destaque socioeconômico, deixando de ser apenas reconhecida pela atuação comercial e conquistando posição de construtores de educação do município de Mossoró.

Diante disso, conseguimos entender que a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral foi uma escada para a fixação de soberania dessa entidade. Nas fontes a que tivemos acesso, o que pulsa é a associação, seus sujeitos, suas influências. Podemos afirmar que a Sociedade União Caixeiral teve como objetivo central o poder social e utilizou a formalização do ensino comercial, tanto com a criação da escola como da Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró (1943), como instrumento de alcance, fortalecendo sua posição social.

Essa posição marcou a história da cidade, permanecendo até os dias atuais na memória da sua população. Assim como a família Rosado, a Sociedade União Caixeiral vinculou sua identidade ao desenvolvimento e modernização da cidade de Mossoró, chegando ao seu ápice de destaque social e histórico. Hoje, sua imagem é associada a um discurso de entidade que nasceu para proteger seus trabalhadores, possibilitando-lhes acesso à educação, fugindo de uma análise crítica das reais intenções, sem questionamentos quanto às suas ações, semelhantemente ao que acontece com famílias Escóssia, Rosado e Gurgel.

#### 4.2 UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR É IMPLANTADA

Quando fizemos um panorama das instituições escolares de ensino para o trabalho, trouxemos a informação de que o ensino comercial iniciara suas práticas ainda na década de 1912, logo após a criação da Sociedade União Caixeiral. Pensando a demanda da atividade comercial, diante de um momento em que se tentava manter a favorável situação comercial (ainda se vivia o empório comercial), a cidade necessitava de profissionais mais especializados. A carência de atuantes da contabilidade obrigava os comerciantes a trazerem, por exemplo, contadores<sup>25</sup> de estados vizinhos como o Ceará.

---

<sup>25</sup> Mesmo a profissão de Contador tendo sido regulamentada apenas no Decreto nº 20.158/1931, já estava em pleno exercício, principalmente, nas cidades onde o comércio teve amplo desenvolvimento.

Diante dessa situação, a Sociedade União Caixeiral, nas figuras de Francisco Izódio e Sebastião Fernandes, unidos a representantes da elite local - como Almeida Castro, Alfredo de Souza Melo, Raimundo Rubira e Teódulo Câmara – ministraram aulas direcionadas às práticas da atividade comercial, denominadas como Curso de Comércio União Caixeiral. Nonato (1968) afirma não terem recebido pagamento algum os que ministraram as aulas desse curso. Apesar de ter tido denominação e citações nas obras memorialísticas, esse curso não pode ser considerado um espaço institucionalizado. Seu exercício não era sistematizado, organizado. Suas práticas não tinham estrutura disciplinar, eram exercidas sob disponibilidade dos que ministravam as aulas e estas eram apenas destinadas ao exercício diário da função comercial. Diante disso, podemos considerar esse curso como as práticas informais do que a Sociedade União Caixeiral criaria como ensino comercial formal.

Esse curso teve duração de quatro anos, depois dos quais houve um espaçamento de vinte anos até que o ensino comercial fosse institucionalizado. Esse longo período, justificado por razão de condição financeira (NONATO, 1968), pode ser apontada a razão de ser direcionada aos trabalhadores. A Sociedade União Caixeiral era espaço de sujeitos da elite local, mas o ensino técnico era direcionado aos seus funcionários. Com isso, seguindo atitudes já existentes nas relações sociais do município e do próprio país, o que se pensava para o usufruto da camada alta tinha urgência na sua efetivação.

Mesmo com a busca pela modernização dessa elite local e o aparelho educacional sendo um dos âmbitos de atuação e remodelação para esse fim, o ensino direcionado aos trabalhadores não era pensado como urgente. Outras instituições escolares que foram construídas para os filhos dos dirigentes foram institucionalizadas em curtíssimos espaços de tempo. Devido a essa razão, a Sociedade União Caixeiral iniciou práticas informais de ensino comercial e priorizou a inserção em outros âmbitos da cidade, nos quais a associação se destacasse como esfera de homens influentes.

Com o comércio que perdera posição para o município de Campina Grande (Paraíba) e tentava recuperá-la e diante de um início de industrialização no município – através das firmas e processos de beneficiamentos – na década de 1920 e início de 1930, os associados da Sociedade União Caixeiral sentiram uma necessidade de possuírem funcionários mais especializados para essa configuração socioeconômica. Além disso, as ações dos trabalhadores que lutavam contra práticas de submissão a

situações de precariedade cresceram com um maior processo de organização desse grupo social, fazendo com que a entidade, incluída no processo nacional, percebesse a urgência de controle de seus funcionários.

Atrelada a essas razões, o país voltava sua atenção ao ensino profissional e passou a direcionar ações de organização e sistematização. Com a Reforma de Francisco Campos, na década de 1930, a estrutura do ensino comercial é toda regimentada, dando maior abertura aos grupos privados a criarem cursos, agora, legitimados. O estado do Rio Grande do Norte também traz iniciativas de estimular os cursos profissionais, incluindo esse ensino na disposição da educação estadual e oferecendo subvenções aos grupos privados que aceitassem adentrar nesse campo.

Com ambiente favorável unido a razões próprias, a Sociedade União Caixeiral institucionalizou o ensino que pensara anos antes e, em 1936,<sup>26</sup> a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral foi criada. A associação estava sob a direção de Alcides Dias Fernandes. Como já dito antes, no seu primeiro ano, a escola funcionou na casa de um dos associados, o que perdurou até o ano seguinte, período em que a associação construiu seu prédio sede e transferiu a escola também para lá.

Pensando a institucionalização da escola, compreendemos que a lógica de criação foi a fundação da Sociedade União Caixeiral em 1911, um ano depois, o exercício das práticas informais de comércio e, em 1936, a implantação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. O ensino comercial, como instituição, foi criado sob o argumento de que serviria aos trabalhadores e, até hoje, qualquer que seja a escrita sobre essa escola, é esse o objetivo apontado. Mas não existe estudo sobre os sujeitos e as práticas que realmente se efetivaram.

---

<sup>26</sup> Há uma diferença de datas quanto o ano de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Em alguns estudos, apontam como 1935 o ano que a escola foi criada; o próprio Raimundo Nonato afirma em 1936 em alguns momentos e 1935 em outros. Como, em nossa leitura de literatura pertinente e de documentos da Sociedade União Caixeiral encontramos o ano de 1936, trazemos como sendo esse o ano da criação da escola.

Figura 16: Prédio sede da Sociedade União Caixeiral, década de 1930



Fonte: Arquivo particular da Sociedade União Caixeiral

Alcides Dias Fernandes também teve sua imagem vinculada à Sociedade União Caixeiral onde esteve à frente por quase vinte anos além de diretor da escola. Homenageado nas formaturas da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, foi mais um dirigente do comércio associado à entidade. Sua casa comercial ficava na rua Coronel Gurgel (designada a médios e grandes comerciantes). Também dirigiu a Câmara Municipal de Mossoró. Na figura 17 a seguir, a imagem desse sócio:

FIGURA 17: ALCIDES DIAS, S/D



Fonte: Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

Essa escola, apesar de iniciar suas práticas sistematizadas em 1936, só conseguiu ser autorizada pelo Sistema Estadual de Ensino no ano de 1940 pela Portaria nº 166. Seu primeiro diretor foi o associado Thiers Rocha e, apenas em 1937, Raimundo Nonato tornou-se Vice-Diretor. Foram os textos memorialísticos desse último que mais nos permitiram ter acesso às informações do quadro inicial da escola. Ele esteve na direção até o ano de 1947. Suas obras sempre trazem suas experiências vividas em Mossoró e, principalmente, informações sobre o cenário educacional do município e da região vizinha.

Para a organização do processo de pedido de verificação prévia para a fiscalização do Estado e também para a estruturação da escola, foi pedida a ajuda da Escola de Comércio de Natal. Desse modo, a escola foi inspecionada no ano de 1937 por Abdon Pimentel, recomendado por Tércio Rosado. Apesar dessa ajuda inicial, a escola, já no prédio sede da Sociedade União Caixeiral, funcionava em condições mínimas. Nonato (1949) declara que “a escola, na verdade, só possuía, em ótimas condições, o prédio. Não havia nada além das salas de aula e da idéia de fazê-la sobreviver” (p. 31).

Esse era o retrato do quadro inicial da escola. Pensando essa imagem da instituição, remetemo-nos às dualidades existentes no ensino profissional do país, uma vez que grande parcela das escolas fornecedoras desse ensino vivia sob condições difíceis (CUNHA, 2005). Nas análises que fizemos sobre o contexto educacional em que o processo de criação da escola estava inserido, entendemos que essas condições foram reproduzidas de um cenário nacional, por ser um ensino oferecido principalmente aos trabalhadores.

Apesar de a Sociedade União Caixeiral ser uma entidade formada por dirigentes do comércio, pela elite local, o ensino por ela criado era direcionado aos seus funcionários. De acordo com Rosado (1949), a escola era direcionada aos que trabalhavam durante o dia, portanto, funcionando no período noturno. Não possuía especificação de sexo e, ainda sob a afirmação de Rosado (1949), era direcionada aos “estudantes pobres” e a “dezenas de rapazes e moças que ficariam sem a oportunidade da instrução secundária não fora a Escola Técnica de Comércio” (p. 5).

Quando Raimundo Nonato assumiu o cargo de Vice-Diretor, a escola possuía aproximadamente 18 alunos. Mesmo com a expansão da quantidade de alunos – de acordo com o Boletim Informativo da Diretoria do Ensino Comercial do Ministério da

Educação e Cultura, no ano de 1948, a quantidade de matrículas aproximava-se de 500 - essa escola só obteve grande quantidade de alunos após seu vínculo com a rede pública do estado do Rio Grande do Norte, em 1980, por não mais fornecer apenas o ensino técnico comercial.

A escola, por ter sido criada com o objetivo de atender aos trabalhadores, teve como direcionamento o ensino instrumental, como apresentado no seu quadro inicial. Aos filhos dos seus patrões eram destinadas escolas como o Colégio Diocesano Santa Luzia, para o sexo masculino, e o Colégio Sagrado Coração de Maria, para o público feminino, lugares que forneciam ensino intelectual, com direcionamento aos espaços sociais. Mesmo que a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral não tenha atendido a toda a camada trabalhista, seus alunos não estavam inseridos na elite local, como a organização do cenário educacional nos permite pensar.

Ao contrário desse entender e das dualidades existentes, a escrita sobre essa criação, até os dias atuais, está sempre fomentando a Sociedade União Caixeiral como benevolente, ao pensar nos trabalhadores de Mossoró. Conseguimos perceber essa necessidade de alimentar o mito que trouxemos quando trabalhamos o contexto socioeconômico do município e a construção heroica da elite como construtora de modernização e desenvolvimento da cidade em que essa elite estava inserida.

Ao alimentar esse mito, a criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, independentemente das condições em que funcionava, era trazida para a sociedade como uma ação pensada por homens bons e justos em prol dos pobres aos quais a vida não tinha dado oportunidade, isto é, essa escola fora utilizada como ação de bondade para os menos favorecidos.

Com essa consciência inculcada na população, as condições de fornecimento do ensino técnico eram distanciadas do foco. Devido a isso, o cenário do funcionamento inicial da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral fica aquém de um ensino intelectual com os mínimos aparatos necessários para a educação de qualidade. A entidade seria uma instituição formada por homens bons, e os estudantes da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral seriam cidadãos privilegiados. Isso fica mais claro quando observamos sua estrutura.

A escola começou com o curso propedêutico e, poucos anos depois, também passou a fornecer o curso de contador. De acordo com a Reforma de Francisco Campos, no curso propedêutico, deveriam ser oferecidas as disciplinas de Português,

Frances, Inglês, Matemática, Geografia, Geografia do Brasil, História da civilização, História do Brasil, Noções de Física, Química e História Natural, Caligrafia. Esse curso tinha duração de três anos e ia desde o exame de admissão até o curso técnico que especializava o estudante.

No caso da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, o curso que especializava era o de contador. Para o curso técnico, deveriam ser oferecidas disciplinas mais específicas, dentre elas Datilografia, Economia Política, Noções Preliminares de Contabilidade, Técnica Comercial e Processos de Propaganda. Da instituição escolar, não obtivemos todas as disciplinas especificamente. De acordo com alguns documentos encontrados no arquivo particular da Sociedade União Caixeiral, disciplinas como Datilografia não eram oferecidas, uma vez que, somente por volta da década de 1980, a escola inaugurou a sala de datilografia. Sabemos que eram oferecidas as disciplinas de Geografia, História, Caligrafia, Matemática, Português, Organização Técnica, Noções de Comércio e Elementos da Economia.

A não complementação da lei quanto ao oferecimento das disciplinas era justificada pelo próprio decreto que estrutura o conteúdo. No Decreto 20.158/1931, no Art. 21, Francisco Campos dá abertura aos professores de se organizarem e elaborarem os programas da melhor maneira que fosse possível. Assim, a escola delimitou o seu ensino às necessidades imediatas de especializar seus funcionários. Se as disciplinas, por lei, já não priorizavam um ensino também intelectual, tampouco o fazia a instituição escolar, que oferecia um ensino ainda mais resumido. São dualidades existentes no contexto educacional e que determinaram ao ensino profissional conhecimento instrumental, oposto ao ensino que os filhos dos seus patrões recebiam (CUNHA, 2005), correspondendo ao que diria Nosella (2005), ou seja, a predominância da 'escola para dizer' para a elite e da 'escola para o fazer' para os trabalhadores.

Outros sujeitos atuantes na escola eram os funcionários e o corpo docente. Na secretaria, trabalhavam Miguel Carrilho e Oliveira e Odir da Costa Oliveira. Ainda havia Vescia Maia, Felipe Francelino, Francisco Dias, João de Deus Leite, Bolivar Jácome e José Cesário de Queiroz que, em documentos, eram apontados como funcionários da escola. Nonato (1949) traz, em seu estudo, a lembrança de um servidor da escola: "Alcides Jácome de Mascarenhas era tudo, porteiro, contínuo, arquivista, uma verdadeira miscelânea" (p.31).

A constituição socioeconômica do corpo docente ia de encontro à dos estudantes e se equiparava à origem socioeconômica dos associados da Sociedade União Caixeiral. Alguns também eram associados à entidade. Quando fornecia apenas o curso propedêutico, na Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, lecionavam Solon Moura, Raimundo Gurgel, Antônio Francisco, Raimundo Andrade Araújo, Carlos Borges de Medeiros, Guiomar de Oliveira. Com o fornecimento do curso técnico, foram acrescentados aos docentes: Abel Coelho, Mário Negócio, José Romualdo de Souza, Licurgo Nunes, Robert Standar, Raimundo Nunes, Ewerton Cortez (Nonato, 1949) e José Augusto Rodrigues (NONATO, 1978). Além desses, Silva (1984) ainda acrescenta Joaquim de Moura e Manoel João.

Pertencente à Sociedade União Caixeiral, destacamos os próprios representantes da direção da escola, Alcides Dias e Raimundo Nonato, que ensinaram até a sua saída (Alcides por razão de falecimento e Nonato por mudança de cidade). Raimundo Nonato foi um intelectual que iniciou sua vivência em Mossoró como trabalhador do comércio, depois adentrou no âmbito educacional e, além de Vice-Diretor da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, também ensinou em outras instituições escolares pelo estado. Mantinha excelentes vínculos sociais com os representantes da elite local e escreveu inúmeros livros, que até hoje servem como fonte para entender a história de Mossoró. Em suas obras memorialísticas, está sempre narrando acontecimentos pessoais e do município, construindo sua representação na cidade.

FIGURA 18: RAIMUNDO NONATO DA SILVA, S/D



Fonte: Página pessoal: [http://blogdomendesemendes.blogspot.com.br/2011\\_12\\_18\\_archive.html](http://blogdomendesemendes.blogspot.com.br/2011_12_18_archive.html). Acessado em 2015.

Era comum, naquele período, pessoas de notório saber exercerem mais de uma atividade profissional. Então, a maior parte dos professores do cenário educacional do município de Mossoró exercia outras atividades no contexto socioeconômico. Do corpo docente da Escola Técnica, destacamos algumas figuras de influência no município: Abel Coelho era formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará e exerceu o cargo de advogado, promotor público, juiz de direito e vereador. Foi casado com uma das filhas de Jerônimo Rosado, Isaura Seiza Rosado Maia (Coelho), e hoje denomina uma escola pública estadual no bairro Nova Betânia (SILVA, 1984).

Joaquim de Moura foi atuante no comércio e integrante de muitas entidades “literárias, desportistas, sociais e classistas” (SILVA, 1984, p.170). Também há, atualmente, uma escola com seu nome, localizada no bairro Bom Jardim. Manoel João Evangelista foi atuante no cenário educacional do município, sendo conhecido por ter lecionado em diferentes escolas, como Diocesano, Escola Normal e a própria Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Há também, na cidade, uma escola que leva seu nome, no bairro Alto de São Manoel.

Mário Negócio foi atuante na área jurídica e, a partir da década de 1940, iniciou suas atividades na política municipal e estadual. Hoje, seu nome denomina o presídio no município de Mossoró e a Penitenciária Agrícola. Raimundo Nunes foi médico, jornalista, orador e professor em outras escolas, como a Escola Normal de Mossoró e a de Natal. Na figura 19 a seguir, a imagem dele:

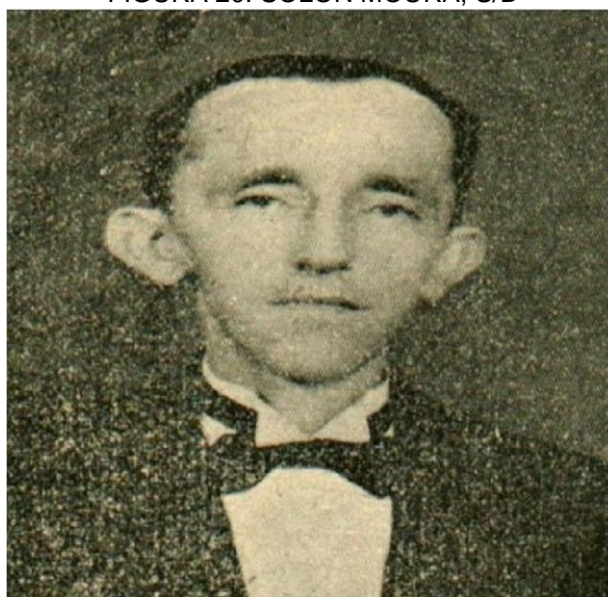
FIGURA 19: MÁRIO NEGÓCIO, S/D



Fonte: Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

Solon Moura foi um conceituado professor de matemática do município, no qual foi criada uma escola, pela rede estadual, que leva o seu nome, a qual, na década de 1980, funcionou no prédio sede da União Caixeiral – que abrigava a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Atualmente, funciona em prédio próprio, ainda na praça da Redenção. Na escrita de Silva (1984), Solon Moura “lecionou na Escola Normal de Mossoró, Colégio Diocesano Santa Luzia e Sagrado Coração de Maria. Foi ainda diretor da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral” (p.260), ressaltando que assumiu o cargo de diretor da escola após o nosso recorte temporal.

FIGURA 20: SOLON MOURA, S/D



Fonte: Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

O corpo docente apresentado era formado por homens influentes da sociedade, cujo desejo era o de estar em todos os espaços. Apesar de estarem inseridos em espaços de importância social, como o jurídico e o político, isso não garantia que oferecessem ensino além de instrumental, pois eram professores com as concepções sobre ensino profissional nacionalmente empregadas: ensino para os trabalhadores ainda distante do intelectual fornecido aos filhos da elite.

De acordo com a reforma do ensino do Rio Grande do Norte no início da República, o Estado podia disponibilizar ajudas financeiras aos grupos privados que se disponibilizassem a criar espaços de ensino profissional e, também, as ditas filantrópicas. A Escola Técnica de Comércio União Caixeiral era, no seu início, custeada integralmente pela Sociedade União Caixeiral e pela arrecadação tanto dos

sócios quanto das mensalidades dos estudantes da instituição escolar. Nonato (1968) alega que, nesse início, os professores lecionavam sem receber.

No estudo sobre Alcides Dias, Nonato (1949) relata que a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, criada pela Sociedade União Caixeiral, foi pensada a partir de um dinheiro recebido pelo Estado. Então, entendemos que, ainda nesses anos iniciais, a escola passou a receber as subvenções disponibilizadas pelo governo estadual. Além disso, esse autor (e nesse mesmo estudo) também explica que a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral tinha o dever de conceder dez bolsas integrais por ano, atendendo à exigência feita por lei de que a escola que recebesse a subvenção haveria de disponibilizar bolsas.

Contudo, mesmo com esse investimento, a escola sofria com a precariedade característica do próprio ensino comercial. De acordo com a Reforma de Francisco Campos, a instituição escolar fornecedora de ensino técnico comercial deveria ter outros ambientes além da sala de aula, como laboratórios, museus de história natural e biblioteca. Porém, no mesmo Decreto 20.158/1931, retira-se a exigência de ter esses ambientes educativos, autorizando o gasto mínimo com o fornecimento do ensino comercial:

Todo material deverá ser subordinado a finalidade dos cursos e não precisará exceder ao estritamente necessário, cabendo ao conselho técnico organizar a lista do mínimo permitido, dentro de variantes e sem uniformidade de aparelhos, atendendo às condições locais e oportunidade dos mercados (BRASIL, 1931, p.32 – 33).

A Sociedade União Caixeiral ratificou o mínimo necessário que o decreto autoriza, pois a escola não tinha nenhum desses ambientes, que também educam (FRAGO; ESCOLANO, 2001). A associação possuiu, como forma de exaltação de seu poder de influência dentro do município, biblioteca e jornal. Nonato (1967) fala sobre biblioteca particular dessa entidade. Mas o ensino para os seus funcionários não tinha, como aparato educacional, uma biblioteca. Situação dual quando nos direcionamos à Escola Normal, que possuía diferentes espaços educativos, além de biblioteca (aulas de músicas e revistas).

A Sociedade União Caixeiral solicitou a ajuda do Ministério da Educação para custeio da construção de uma biblioteca para a escola, reafirmando assim as dualidades em comparação com o ensino para os filhos dos dirigentes. Dicotômico

com a própria criadora e mantenedora, que tinha um aparato, mas o ensino que criara, não. Na figura 21 abaixo, a cópia do documento citado.

FIGURA 21: CARTA ENVIADA AO MINISTÉRIO DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, 1989

OFÍCIO Nº. 0013/89  
DA SOCIEDADE UNIÃO CAIXEIRAL  
AO EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO, FAZ

A SOCIEDADE UNIÃO CAIXEIRAL É UMA DAS MAIS ANTIGAS DO ESTADO E A ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO POR ELA MANTIDA JÁ FORMOU, ATÉ A PRESENTE DATA, 1904 TÉCNICOS EM CONTABILIDADE QUE, ABSORVIDOS PELO MERCADO DE TRABALHO OFERECIDO PELA REGIÃO PRESTAM INESTIMÁVEIS SERVIÇOS À COMUNIDADE.

DURANTE TODO PERÍODO DE FUNCIONAMENTO, DA ESCOLA TÉCNICA, A SOCIEDADE UNIÃO CAIXEIRAL ENVIDOU TODOS OS ESFORÇOS NO SENTIDO DE MANTÊ-LA SEM RECORRER AOS PODERES PÚBLICOS. NO ENTANTO, AS RECEITAS ORIUNDAS DAS TAXAS ESCOLARES E AS PEQUENAS DOAÇÕES FINANCEIRAS POR PARTE DA SOCIEDADE CÍVIL NÃO SÃO SUFICIENTES PARA COBRIR AS DESPESAS DE MANUTENÇÃO E INVESTIR EM MELHORAMENTOS NAS ESTALAÇÕES FÍSICAS DA NOSSA ESCOLA.

ISTO POSTO, URGE QUE SE BUSQUE, JUNTO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS AJUDA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA BIBLIOTECA PARA SERVIR COMO FONTE DE PESQUISA AOS QUE BUSCAM INGRESSAR NO RAMO DA CONTABILIDADE, O OBJETIVO MAIOR DE NOSSA ESCOLA.

A SOCIEDADE UNIÃO CAIXEIRAL VÊM, APÓS O QUE ACIMA EPI- GRAFOU, SOLICITAR DE V. EXCIA. AJUDA FINANCEIRA NO VALOR DE NCZ\$ 64.500,00 (SESENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS CRUZADOS NOVOS) PARA SER EMPREGADO NA CONSTRUÇÃO DE UMA BIBLIOTECA ESCOLAR.

NA EXPECTATIVA DO APOIO DE V. EXCIA, NÓS QUE FAZEMOS A SOCIEDADE UNIÃO CAIXEIRAL DESDE JÁ EXTERNAMOS NOSSOS AGRADECIMENTOS, NA CERTEZA DE QUE SE FORMOS ATENDIDO RATIFICAMOS O NOSSO PROPÓSITOS DE CONTINUARMOS OFERECENDO AO NOSSO MUNICÍPIO E À REGIÃO O CURSO PROFISSIONALIZANTE DE TÉCNICO EM CONTABILIDADE COM MAIS PRESTEZA E EFICIÊNCIA.

Fonte: Arquivo particular da Sociedade União Caixeiral

Cunha (2005) nos permitiu compreender a diferença da estrutura de ensino de acordo com os sujeitos a quem era oferecido, e essa relação dicotômica existente no ensino profissional em âmbito nacional também caracterizou o ensino comercial oferecido pela Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Quando pensamos a ausência de uma biblioteca em um ambiente escolar, embasamo-nos no estudo de Bencostta (2005), no momento em que ele afirma serem as lacunas de um espaço tradutoras de significados.

Esses espaços inexistentes, chamados por ele de silêncios, na Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, respondem-nos quanto à determinação da desigualdade existente na totalidade dessa instituição. Entendendo a concepção de Frago e Escolano (2001) de que o ato de educar vai além das aulas, afirmando que os

ambientes também educam, fica claro que não era a intenção da Sociedade União Caixeiral oferecer educação completa, mas apenas equipar suas firmas e casas comerciais com homens especializados.

O prédio sede da Sociedade União Caixeiral abrigou a escola que criou até seu último dia. Era um prédio que se destacava na cidade e que surgiu a partir do ideal de modernização também dos espaços físicos. Isso era oriundo da necessidade que essa entidade tinha de mostrar ser construtora de desenvolvimento. Buffa e Pinto (2002) afirmam que o caráter monumental de um prédio servia para maravilhar. O prédio, construído e reformado várias vezes, estava ali para realçar um poder da associação e, mesmo abrigando a escola, sua intenção era direcionar os olhos da cidade para os sócios. Buffa e Pinto (2002), pensando Frago Escolano (2001), afirmam que

Dessa forma, ao considerar a disposição espacial da escola no tecido de um espaço urbano determinado, os autores citados, Frago e Escolano (2001), defendem que isso pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal (p.5)

No caso da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, o seu destaque dentro do município elevava a soberania da Sociedade União Caixeiral, mas, como seu ensino era direcionado aos trabalhadores, então não era necessário o mesmo empenho nas condições de ensino e no investimento nos espaços educativos. Interessava apenas se o prédio e sua fachada encantavam a população e se sua localização era em uma posição privilegiada no município, como o era, na praça da Redenção, centro comercial até hoje.

FIGURA 22: PRÉDIO REFORMADO DA SOCIEDADE UNIÃO CAIXEIRAL, DÉCADA DE 1940



Fonte: Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

De acordo com Buffa e Nosella (2002), a ostentação de uma fachada com suas escadarias e, logo na entrada, um belo salão trazia uma ideia de prestígio. O espaço interno, de acesso apenas a quem estudava na escola e aos próprios associados, recuado que era, expressava as práticas exercidas na Escola Técnica de Comércio União Caixeiral: silêncios e ensino instrumental. Ficava exibida apenas a força da Sociedade União Caixeiral, tornando a escola apenas um instrumento de manutenção de poder dessa entidade.

Nesse momento de nossas análises, levantamos uma questão: a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral atendia mesmo a todos os funcionários inseridos na atividade comercial como fora proposto no pensar de sua criação? Fazemos essa indagação, partindo do fato de que grande parcela da população era analfabeta, sem possibilidade de acesso aos primeiros estudos, uma vez que, na década de 1920, existiam apenas 5 escolas estaduais para 39 privadas. Mesmo havendo espaço educacional direcionado ao ensino primário dos trabalhadores - Decreto obrigando todos os homens maiores de quatorze a entrarem na Escola Paulo Albuquerque – era um espaço precário quanto as suas condições educacionais.

Questionamos quem realmente teria condições de ser aluno da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, já que as barreiras eram impostas no início do acesso aos estudos. Assim, conseguimos perceber, no âmbito do que consideramos grupo

menos favorecido, uma divisão na qual, de um lado, havia os que tiveram acesso a um ensino primário em espaços como a escola Paulo Albuquerque (1917) e, do outro, os que não tiveram condições e permaneciam na grande parcela que sofria com o analfabetismo.

Pensamos que essa segunda parte da relação ficava ainda mais à margem da sociedade, uma vez que não conseguia ter acesso às poucas mudanças (justificadas em prol da modernização) pensadas pela elite local para o município, às quais a camada dos trabalhadores tinha acesso, como o ensino profissional. Então, quando nos direcionamos a esse grupo, estamos na verdade trabalhando com mais um espaço de desigualdade social e, quando analisamos os sujeitos que tiveram acesso ao ensino técnico comercial da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, na verdade, tratamos com uma parcela do grupo dos trabalhadores e não destes de uma forma geral.

Essa situação nos leva a questionar a que parcela da camada dos trabalhadores atendia realmente esse ensino. Ela foi criada com a justificativa de que atenderia aos funcionários do comércio, mas, além de ser espaço para sujeitos já alfabetizados, ainda teriam estes de arcar com a despesa das mensalidades. Voltamos ao mesmo ponto que afastara a camada trabalhista de se tornar sócia da Sociedade União Caixeiral, aos mesmos muros que barraram o seu acesso.

Perante esse quadro inicial da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral e sua relação com os contextos socioeconômico e educacional, compreendemos que as determinações caracterizaram essa instituição escolar na sua constituição. Desde as práticas informais de ensino comercial no município de Mossoró até a criação da escola, o que Magalhães (2004) apresenta como o processo de institucionalização, o diálogo estabelecido com o que consideramos ser a totalidade deu corpo e forma ao objeto particular aqui analisado. Elencando os elementos promotores para a criação da escola, podemos partir da implantação da Sociedade União Caixeiral, em 1911; depois o Curso de Comércio União Caixeiral, 1912; em 1931, a Reforma de Francisco Campos; 1936, o início das atividades da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral; 1937 o abrigo dessa instituição escolar no prédio sede da entidade criadora.

As desigualdades nas relações socioeconômicas que tornaram dicotômico o cenário educacional de Mossoró e modelaram a escola iam muito além de diferença com outras instituições escolares, constituíam dualidade estrutural que fragmentava o

cenário educacional, delineando o caminho da escola, de acordo com a camada social a que objetivava atender, afastando-a dos que estavam sendo educados para dirigir. Isso fomentava a separação dos sujeitos pelos seus postos de trabalho em um lado dos explorados e outro dos exploradores (BAUDELLOT; ESTABLET, 1971).

Na dialética entre a escola e a comunidade envolvente, sabemos que podemos encontrar relação de determinação e também de oposição. Compreendemos que o processo de institucionalização e as dualidades existentes nesse percurso desenharam a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, caracterizando seu ensino. Entretanto, acreditamos que até mesmo um ensino instrumental consegue abrir o horizonte a quem a ele teve acesso. A formação dessa parcela dos trabalhadores inseriu na sociedade não só novos profissionais, mas também olhares diferenciados.

A própria criação da escola, atrelada à dinâmica social, alimentou a urgência de novas formas de ensino. Um profissional técnico na área de contabilidade já não supria a necessidade de profissionais bacharéis, criando-se a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, em 1943. A Escola Técnica de Comércio União Caixeiral não só foi desenhada por sua totalidade, mas também trouxe novas concepções para os contextos socioeconômico e educacional. Com a criação desse ensino superior, essa instituição escolar, fornecedora de ensino técnico comercial, deixou de ter este como o ensino maior desse ramo do ensino profissional. Essa nova situação causa desigualdade dentro do ensino comercial. Antes apenas formava uma parcela de profissionais especializados, agora uma pequena parcela formava-se em nível superior e outra, em nível técnico, o que, no mercado de trabalho, acarretaria diferentes oportunidades, subdividindo cada vez mais a sociedade e tornando o fim dessas desigualdades, próprias de uma sociedade capitalista, cada vez mais utópico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar em que medida os contextos socioeconômico e educacional do município de Mossoró determinaram a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, chegamos ao fim de nossas investigações. O trabalho aqui finalizado investigou o percurso de institucionalização de uma escola, desde as práticas espontâneas à percepção da necessidade de sistematizar esse ensino informal, culminando na constituição de uma instituição.

Sabendo que a história de uma instituição escolar é imensamente rica, seria de grande valia para a História da Educação Brasileira o relato das práticas, principalmente pós-implantação, para que fosse possível conhecer as vivências da escola, os sujeitos que realmente foram atendidos, a sua cultura escolar e como se modificou com as novas dinâmicas sociais. Mas, infelizmente, este trabalho sofre com essa ausência, pois encontramos grandes dificuldades quanto às fontes.

Esses silêncios de fontes se devem a duas grandes razões: a desvalorização que o município de Mossoró confere à memória de suas escolas, sendo essa a maior reclamação de outros pesquisadores da área da História da Educação que pesquisam sobre o ensino nesse município; e a prática de se desfazer do arquivo das escolas que encerraram suas atividades, como ocorreu com a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. O fato de a escola haver sido fornecedora de ensino para o trabalho também agravou o acesso às fontes.

É importante levantarmos a questão da falta de fontes e a quem interessa o silêncio dessa história. Tratando-se de uma escola que tinha como objetivo atender aos trabalhadores e que, diante dos documentos encontrados, tinha um quadro inicial de caráter instrumental, interessava a quem manter, ou não, documentação sobre as práticas iniciais, uma vez que o arquivo sobre a Sociedade União Caixeiral até hoje se conserva e da escola só os documentos que tratam dela depois de sua vinculação ao Estado do Rio Grande do Norte? Essa indagação sobre a quem interessa a conservação ou o silêncio de documentos se faz necessária para percebermos o poder e sua manutenção por específicos grupos sociais, podendo ser levantada em diferentes pesquisas e variados momentos históricos da Educação Brasileira.

Essa dificuldade não impediu que conseguíssemos responder sobre a institucionalização da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Ainda na formação da base teórica, trouxemos a possibilidade de trabalhar sob a abordagem dialética, na

concepção marxista, e de dialogar com autores como Magalhães (2004), inserido na História Cultural. Assim, abrimos um leque de opções no qual autores dialogam e formam uma rede, sustentando pesquisas.

A investigação do contexto socioeconômico possibilitou esclarecer a constituição das dualidades que determinaram o processo aqui objetivado. Percebemos que, na classe comercial, havia o embate entre a elite e os trabalhadores. Diante dessa disputa por controle, na qual a primeira camada buscava manutenção de poder e a segunda batalhava por melhores condições de trabalho e de vida, conseguimos refletir que as desigualdades sociais formaram as dualidades entre essas duas camadas. Essas dualidades hierárquicas cunharam a forma como o município se organizou no seu processo de modernização.

Na capital do país, Rio de Janeiro, a modernização e as práticas higienistas adentraram nos espaços privados e reconfiguraram a paisagem urbana e social. As camadas mais baixas foram remanejadas para os subúrbios da cidade e seus cortiços deram lugar a avenidas planejadas. As desigualdades se estruturavam na imagem da cidade. Conseguimos perceber em Mossoró essa separação entre o acesso da elite local aos aparelhos de desenvolvimento e a exclusão dos trabalhadores. Estes, com a remodelação do centro da cidade, foram jogados para bairros distantes, como o antigo Alto do Macaco, vivendo em condições precárias de saneamento, em pleno exercício das práticas higienistas.

O desenvolvimento seletivo vivido nesse período fez com que os aparelhos sociais fossem utilizados para benefício de poucos. A elite pensava desenvolvimento para si, mas fortalecia o discurso de benefício para todos. Buscava se encaixar na efervescência da modernização, mas tinha como objetivo maior a manutenção do seu poder em detrimento do restante da população. Essa tentativa de fortalecimento não teve êxito total, pois a camada trabalhista se organizou em entidades laborais e sindicatos, no embate com seus dirigentes.

Descobrimos que sindicatos como do Garrancho, atrelado ao Partido Comunista, conseguiu avançar no que condiz a organizar os funcionários e levantar questionamentos quanto às condições de trabalho. Mesmo em período de forte perseguição, os trabalhadores formaram pequenos grupos de guerrilhas e difundiram seus protestos e lutas. Nacionalmente, a partir da década de 1920, com a chegada de ideias de cunho anarquista, os operários fortaleceram suas lutas e os embates com

os dirigentes. Greves, como a de 1917, ganharam grandes proporções, estimulando os que atuavam em outras cidades, como Mossoró.

E esse embate estabelecido em Mossoró deu origem às dicotomias, as quais caracterizariam a forma como a educação passou a ser construída na cidade. O cenário educacional estava sob controle da elite e, igualmente a outros símbolos de desenvolvimento, foi delineada pelo diferencial entre o ensino para os filhos da elite, como o Colégio Diocesano Santa Luzia, e o de acesso às outras camadas, como a Escola Paulo Albuquerque. Essas desigualdades delinearão como essas escolas se organizaram, quem atuou na criação, os espaços físicos, os silêncios existentes e os sujeitos a quem atendiam.

No panorama das escolas de maior destaque na cidade, percebemos o direcionamento maciço à educação dos filhos dos dirigentes. Não era interessante dar o poder do conhecimento aos que deveriam manter-se na posição submissa. Inclusive a Escola Normal de Mossoró, que vinha de uma concepção do Estado de ensino para o trabalho, foi espaço de influência da elite local. Das investigações que realizamos, compreendemos que, como os símbolos de desenvolvimento, o ensino tinha diferentes formas de fornecimento, caracterizado pelo fator sujeitos atendidos.

O cenário educacional se dividia não apenas quanto ao ensino fornecido, mas, e principalmente, quanto àqueles a quem era direcionado, pois a Escola Normal, sendo fornecedora de ensino para o trabalho, teve características diferenciadas da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, uma vez que tiveram seus alunos oriundos de camadas sociais diferentes. Então, as dicotomias hierárquicas, constituídas no contexto socioeconômico, caracterizaram o ensino em Mossoró com base nos sujeitos atendidos.

As reflexões sobre o cenário educacional nos levaram a perceber as dualidades no ato de implantação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Fornecedora de ensino profissional, tinha como objetivo atender aos funcionários do comércio e, como percebido no contexto educacional, ia de encontro ao que se pensava para os filhos da elite. Essa diferença tinha como base a concepção nacional, que ditava o ensino intelectual para os filhos dos dirigentes, que tinham como destino as direções das empresas, e o ensino instrumental para os operários, visando apenas especializar seus funcionários.

Assim, o quadro inicial da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral reproduziu as dualidades hierárquicas do contexto socioeconômico e as concepções que caracterizavam o educacional. Trouxe, em seu currículo, espaços físicos e silêncios a certeza de que era implantado um ensino, já no seu início, negligenciado e que visava não apenas especializar mão-de-obra, mas também se tornara espaço de controle e poder da Sociedade União Caixeiral, que estava inserida no grupo dos dirigentes.

Assim, a escola atendeu ao objetivo real da sua criadora: fortalecer a associação dentro do município, fomentando seu poder de influência e exaltando seu nome até os dias atuais. A Sociedade União Caixeiral buscou muito mais que manutenção de poder, queria ser voz de influência cada vez maior. Com a institucionalização do ensino técnico e superior comercial, concretizou sua força além do aspecto econômico, incluindo o social, o cultural, o político. E essa base que se construiu voltava-se para o âmbito econômico, conferindo-lhe mais poder ainda.

A própria escola pode ter sido também excludente quando pensamos que tinha como objetivo atender a um grupo social que possuía sua maioria à parte da educação primária. A concentração das instituições escolares do município era de cunho privado e, mesmo que recebendo subvenções do município (o que obrigava a direção de vagas com bolsas para alunos carentes), implicavam barreiras às camadas diferentes da elite. A Escola Técnica de Comércio União Caixeiral pretendia atender aos trabalhadores, mas como atender à parcela analfabeta? Além disso, questionamo-nos sobre a barreira que as mensalidades poderiam ter criado, ficando essas respostas para possíveis futuras pesquisas ou para novos silêncios devido à dificuldade de fontes sobre as práticas.

Atualmente, vivendo ainda sob a desumana divisão capitalista de nossa sociedade e sob tempos sombrios em nosso país, o ensino profissional precisa fugir das concepções que determinaram o processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Essa Instituição deixou de funcionar desde o ano 2000. Porém, existem outras que ainda estão a mercê dos interesses dos dirigentes e dos jogos de influência e poder. Análises como as nossas alimentam uma luta por conscientização do ensino profissional que une o ensino para o mundo do trabalho ao ensino intelectual e humano. Podemos presenciar essa educação tão completa nos Institutos Federais, que buscam

Escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 1995, p.118).

Esse ensino profissional buscado se faz, a cada dia, de suma importância em nossa sociedade, que luta diariamente pela manutenção de nossa democracia e dos direitos trabalhistas. Apontada como utópica por uns, objetivada por outros, torna-se a solução para que se crie consciência de que são necessárias novas relações de trabalhos para a superação das classes, que maltratam e oprimem a grande parcela do povo.

Aspiramos a que a forma que realizamos nossas investigações estimule os pesquisadores a buscarem entender outras instituições escolares de ensino profissional, uma vez que são as que menos são problematizadas. Do cenário educacional de Mossoró, após a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral ter sido institucionalizada, foram pensados novos espaços de ensino profissional. As Leis Orgânicas do ensino configuraram o ensino para o trabalho até a década de 1970, com o início da reconfiguração da educação pelo Regime Militar.

A Lei nº 5.692, do ano de 1971, trouxe a obrigatoriedade do ensino profissionalizante para as escolas fornecedoras do, a partir também dessa lei, 2º grau (BANDEIRA, 2016). Isso fez com que fosse dificultado o acesso ao curso superior, devido às suas poucas vagas, e o ensino profissional tornou-se a única opção, “uma vez que o objetivo, nesse momento, era o de unir o sentido de continuidade – a formação geral – ao de finalidade – culminando na habilitação profissional” (BANDEIRA, 2016, p. 54 – 55).

No município de Mossoró, esse período trouxe novas concepções e determinações. Nesse momento, o contexto político constituía-se na cidade, utilizando os aparelhos sociais como manutenção ideológica do período que se vivia. Foi um momento marcado por duras repressões, que adentravam em todos os espaços, privados e públicos. O cenário educacional estava diretamente ligado ao que se constituía na comunidade envolvente e o ensino profissionalizante era sistematizado como espaço de concretização do que se pensava sobre a formação para o trabalho e a inserção dos que formados na economia pensada.

Problematizar a organização pensada a partir da Lei nº 5.692 é pertinente para as pesquisas sobre o ensino profissional, o campo das instituições escolares e para a própria História da Educação, além de ajudar na compreensão da Educação Brasileira em nossa tão sofrida democracia atual. Esperamos que nossas análises contribuam para o campo da História das Instituições Escolares, trazendo novas maneiras de olhar para uma escola, além de fomentar o conhecimento da História da Educação, que tanto contribui para que pensemos as práticas de outrora na busca de aperfeiçoarmos as atuais.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular: Campo Grande**: Editora UNIDERP, 2003. (Universal e Singular: em discussão a abordagem científica do regional).

ALCÂNTARA, Meine Siomara. **Sindicato do Garrancho: um ideal nunca morre**. Natal, 2003.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Cortez, 1982.

BANDEIRA, Tainá da Silva. Escola Técnica de Comércio União Caixeiral: contextos de uma criação. **Revista do Ceres**, Caicó, v.1, n.1, p.72-77, 2015. Disponível em < <https://incubadora.ufrn.br/index.php/Revistadoceres/index>> Acesso em: 13 set. 2015.

BANDEIRA, Tainá da Silva; MENEZES, Antonio Basilio Novaes Thomaz. O fornecimento do Ensino Comercial no município de Mossoró/RN: da oficialização ao crepúsculo. In: STAMATTO, Maria Inês; MEDEIROS NETA, Olivia Morais (orgs). **Histórias de ensinos no Brasil**. João Pessoa: Ideia, 2016. v.1, p. 45-66.

\_\_\_\_\_. O processo de criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral a partir das demandas socioeconômicas do município de Mossoró, RN, entre 1911 a 1937. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. v.1, n.10, p. 97-110, Natal, 2016. Disponível em < <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/index>> Acesso em: 28 out. 2016.

BATISTA, Eraldo Leme. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT**. Campinas: Autores Associados, 2015. (Coleção Memória da Educação).

BAUDELLOT, Christian; ROGER, Establet. **L'école capitaliste em France**. Paris: Maspero, 1971. p. 297-298.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org). **História da Educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Decreto 4.724-A de 23 agosto de 1923. **Equipara os diplomas da Academia de ciencias comerciais de Alagoas e de outros instituições ao da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e da outras providências**. Rio de Janeiro, 23 ago. 1923. Disponível em: <

<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/b2394d7e1ab9a970032569b9004e148d/1546904bb1baa18c032569fa006e1a18?OpenDocument>>

Acesso em: 16 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 17.329, de 28 de maio 1926. **Approva o regulamento para os estabelecimentos de ensino tecnico comercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal.** Rio de Janeiro, 28 maio 1926. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>> Acesso em: 15 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto 19.402, de 14 de novembro de 1930. **Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saude Publica.** Rio de Janeiro, 14 nov. 1930. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 27 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 20.158, de 30 de junho de 1931. **Ensino Comercial e regulamentação da profissão de contador e guarda-livros.** In: \_\_\_\_\_. São Paulo: Zenite, 1931.

\_\_\_\_\_. Decreto 21.241, 04 de abril de 1932. **Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências.** Rio de Janeiro, 4 abril 1932. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>> Acesso em: 27 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de Novembro de 1937). **Leis Constitucionais.** Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm)> Acesso em: 13 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 01 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 16/99, de 05 de outubro de 1999. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=147&Itemid=206#1999B>> Acesso em 13 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta § 2º art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.**

Brasília, 23 jul. 2004. Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>  
Acesso em 26 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Coletânea de leis, decretos, circulares e portarias do ensino comercial no Brasil.** São Paulo: Imprensa Oficial, 1952.

BRITO, Antonia Aleide de Carvalho. **Modernização industrial e estrutura urbana: o caso de Mossoró – RN.** Mossoró, 1987. (Coleção Mossoroense), v. CCCLXXI.

BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; CALAU, Cinthia Merlo; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Espaço escolar e história das instituições escolares. **Diálogos Educacionais**, Curitiba, v.7, n.22, p. 147-163, set./dez. 2007.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (org). **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 25-38.

\_\_\_\_\_. **A questão das fontes de investigação em História da Educação.** Campo Grande: **Série-Estudos**, n.12, jul.dez.2001, p.79-86.

\_\_\_\_\_. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs). **Instituições Escolares no Brasil:** conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.p. 151-164.

\_\_\_\_\_. Práticas e fontes de pesquisa em história da educação. In: GATTI Jr., Décio; FILHO, Geraldo Inácio (orgs.). **História da Educação em perspectiva:** ensino, pesquisa, produção e novas investigações. São Paulo: Autores Associados; Minas Gerais: EDUFU, 2005. p. 105-132.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação:** organização do espaço e propostas pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **ECCOS**, São Paulo. v. 7, n. 2, p. 351368, jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Universidade de São Paulo:** Escola de Engenharia de São Carlos; os primeiros tempos: 1948 – 1971. São Carlos: EdUFSCar, 2000.

\_\_\_\_\_. **Schola Mater:** a antiga Escola Normal de São Carlos – 1911-1933. São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos EDUFSCAR, 2002.

\_\_\_\_\_. **Industrialização e educação:** a Escola profissional de São Carlos, 1932-1971. São Carlos: EDUFSCar, 1998.

CANABRAVA, Alice Piffer. Escolas de comércio: a conquista da validade propedêutica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 23-28, out./dez. 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Epistemologia pós-moderna: a visão de um historiador. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 81-97.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, Manuel Marques de. Situação atual e tendências do ensino técnico comercial no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.44, n.99, p.72-98, jul./set. 1965.

CARVALHO, Sadraque Micael Alves de. **Um lugar (in)existente: o “país de Mossoró” nas tramas da consciência histórica**. 2012. 133f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CARDOSO, José Romero Araújo. **A descendência de Jerônimo Ribeiro Rosado e Francisca Freire de Andrade: a família de Menandro José da Cruz**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2001. (Coleção Mossoroense). v.1232.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2010. 5 ed. Coleção Mossoroense, série C, v. 1571.

\_\_\_\_\_. **História da República no Rio Grande do Norte: da propaganda à primeira eleição direta para Governador**. Rio de Janeiro: Edições do Val Ltda, 1965.

\_\_\_\_\_. **Jerônimo Rosado (1861 – 1930): uma ação brasileira na província**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1967.

CIAVATTA, Maria. Do espaço da fábrica para o espaço da escola (I): introdução a uma história fotográfica. In: CIAVATTA, Maria (coord). **Memória e temporalidades do trabalho e da educação**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

\_\_\_\_\_. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 130-155.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.111, dez. 2000.

DUARTE FILHO, Gilberto Escórcio. Porta-vozes da conquista da riqueza: o ensino comercial e a Escola União Caixeiral de Parnaíba (1918-1950). 2010. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

ESCÓSSIA, Lauro da. **Cronologias Mossoroenses**: quando, como e onde aconteceram os fatos. Mossoró: Fundação José Augusto, 1983. Coleção Mossoroense, v. CLXXXII.

FAUSTINO, Lindomarcos. **Relembrando Mossoró**. Mossoró: Queima-bucha, 2016.

\_\_\_\_\_. **Governantes de Mossoró**. Mossoró: Queima-bucha, 2014.

FELIPE, José Lacerda Alves. **A (re)invenção do lugar**: os Rosados e o “País de Mossoró”. João Pessoa: Grafset, 2001.

FERREIRA, Brasília Carlos. **Sindicato do Guarrancho**. Natal: EDDUFRN, 1986.

FERNANDES, Paula Rejane. **A escrita de si do intelectual Jerônimo Vingtum Rosado Maia**: arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN) – 1920-2005. 210 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanidades e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

FERREIRA, Yuma. A criança e a cidade: as transformações da infância numa Natal Moderna (1890-1929). 2009. 190f. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

GATTI Jr., Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (org). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições

escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 324.

GATTI Jr, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar. In: GATTI Jr., Décio; FILHO, Geraldo Inácio (orgs.). **História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. São Paulo: Autores Associados; Minas Gerais: EDUFU, 2005. p. 71-90.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.5.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas? Unicamp, 1992.

LEITE, David de Medeiros; GUIMARÃES SEGUNDO, José Edilson de. **Mossoró e Tibau em versos: antologia poética**. Mossoró: Sarau de Letras, 2014.

LIMA, Clovis. **O ensino comercial na Paraíba: história de uma escola**. João Pessoa: Departamento de Publicidade, [1947].

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.p. 3-27.

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Departamento de Filosofia e História da Educação. Universidade Estadual de Campinas. 377p.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Porto: escorpião, 1974. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: ed. Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos).

\_\_\_\_\_. Limites e possibilidades de Marx e sua dialética para a leitura crítica da história neste início de século. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 98-114.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI Jr., Décio; FILHO, Geraldo Inácio (orgs.). **História da**

**Educação em perspectiva:** ensino, pesquisa, produção e novas investigações. São Paulo: Autores Associados; Minas Gerais: EDUFU, 2005. p. 91-103.

\_\_\_\_\_. **Tecendo Nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

\_\_\_\_\_. **Contributo para a história das instituições educativas – entre memória e o arquivo.** Braga-Portugal: Universidade do Minho, 1996.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna.** São Paulo/Campinas: Cortez/Autores Associados, 1991.

\_\_\_\_\_. **História da Educação:** da Antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Pura Lúcia. **Didática e as Contradições da Prática.** Campinas: Papirus, 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Editora Expressão Popular. 2.ed. 2008.

\_\_\_\_\_. **O capital, Crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

\_\_\_\_\_. **Para a Crítica da economia política. Do capital. O rendimento e suas fontes.** São Paulo: Nova Cultural, 1999. Col. Os Pensadores.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã.** Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã:** crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirnes, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. Volume I e II. Lisboa: Editorial Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, C2007.

MARX, Karl. O Método Dialético. In:\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã e outros Textos Filosóficos.** Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

MELO, Veríssimo de. **Centenário da Associação Comercial do Rio Grande do Norte:** 1892 – 1992. Natal: Clima. 1992.

MORAIS, Marcelo Bezerra de. **Peças de uma história: formação de professores de Matemática na região de Mossoró (RN)**. 2012. 300f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “Augusto Severo” – Natal/RN (1908-1913)**. 2005. 165f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**. Ano 23, v.2. 2007.

NONATO, Raimundo. **Memória de duas épocas**. Rio de Janeiro: Edição do Centro Norte-Riograndense, 1967. (Coleção Mossoroense).

\_\_\_\_\_. **Memórias de um retirante**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1957. (Coleção Mossoroense).

\_\_\_\_\_. **Somando os dias do tempo: memórias**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973. (Coleção Mossoroense).

\_\_\_\_\_. **Ruas, caminhos da saudade**. Mossoró, 1973. (Coleção Mossoroense). v. 23.

\_\_\_\_\_. **Alcides Fernandes: Um pioneiro do ensino comercial**. Mossoró: [s.n.], [1949]. (Coleção Mossoroense).

\_\_\_\_\_. **A escola de outro tempo**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1968. (Coleção Mossoroense). série V, v. 22.

\_\_\_\_\_. **À sombra dos tamarindos**. Mossoró: Esam, 1978. (Coleção Mossoroense). v.LXXXIII.

\_\_\_\_\_. **Zona do pôr do sol: tempo e os homens da província**. Rio de Janeiro: Potenghi, 1964.

\_\_\_\_\_. **Terra e gente de Mossoró: conferência pronunciada em 30 de setembro de 1964**. Mossoró, [s/d], 1965.

\_\_\_\_\_. **Negociantes & mercadores: Mossoró e suas velhas firmas**. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

NOSELLA, P. **O Centro Universitário de Jaraguá do Sul: uma história de ousadia e determinação**. Jaraguá do Sul, SC: Editora UNERJ. 2001.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. Instituições Escolares: por que e como pesquisar. In: SANTOS, Ademir Valdir dos (org). **Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas**. Curitiba: UTP, 2008.

OLIVEIRA, K. Meles Silva. **Uma abordagem sobre o ensino da contabilidade na cidade de Mossoró/RN**. Mossoró: Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi, 2006.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. In: **Revista de História Regional** 15 (1), Verão, p. 169-193, 2010.

PEREIRA, Nilo. **Imagens de Mossoró**. Mossoró: s/e, 1989. Coleção Mossoroense, v. CDLXXVII.

PERES, Fernando Antonio. Alguns apontamentos sobre o Ensino Comercial no Brasil. In: **Encontro de estudos e pesquisas em História, Trabalho e Educação**. Campinas, História, trabalho e educação: possibilidades e perspectivas para a investigação. Disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/encontro/encontro1/trab\\_pdf/t\\_fernando%20antonio%20peres.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/encontro/encontro1/trab_pdf/t_fernando%20antonio%20peres.pdf). Acesso em 16 set. 2013.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de classes**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

RACHID, Cora Bastos de Freitas. Perspectivas do ensino técnico comercial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.54, n.120, p.350-364, out./dez. de 1970.

RAIMANN, Elizabeth Gottschalg; RAIMANN, Cristiane. Arquitetura e Espaço Escolar na produção de subjetividades. **Itinerarius Reflectionis**. v.2. 2008. p. 114.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 261 de 28 de Dezembro de 1911. Crêa o Codigo de Ensino. **Atos legislativos e decretos do Governado de 1911**. [Typ. d' "A República"]. Natal, RN, 1911.

\_\_\_\_\_. Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916. Reorganisa o ensino primário, secundario e profissional, no Estado. **Atos legislativos e decretos do Governado de 1916**. [Typ. d' "A República"]. Natal, RN, 1916.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 400 de 06 de novembro de 1928. Concede, <ad-referendum> da Assembléa Legislativa, isenção de imposto de uma jazida de gesso, situada em S. Sebastião do município de Mossoró, de propriedade do industrial Jeronymo Rosado. **Atos legislativos e Decretos do Governo**. Departamento de Imprensa. Natal, Rn, 1928.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ROSADO, Vingt-um. **Na elite intelectual do Mossoró de 1915, a presença do avô de Rachel de Queiroz**. 2 ed. Mossoró, 2003. Coleção Mossoroense, série C, v. 1370.

\_\_\_\_\_. **Mossoró**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2014. (Coleção Mossoroense). v.1521

SAES, Flávio Azevedo Marques de. O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração. In: **Revista Álvares Penteado**. São Paulo, v.3, n.6, p. 37 – 59, jun.2001.

SANFELICE, José Luís. **História das Instituições Escolares**: desafios teóricos. Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande/MS, n.25, p. 11-17, jan./jun. 2008.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.p. 75-94.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução Econômica do Rio Grande do Norte**: século XVI ao XX. Natal: Clima, 1994.

SARMENTO, Maria Aurélia. **A Escola Normal Primária de Mossoró (1922 – 1934)**: narrativas sobre a criação da primeira escola de formação de professores do interior do Rio Grande do Norte. 2013. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.p.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa em História da Educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs). **História da Educação em Perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 07–32.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. São Paulo: Cortez, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Damião Sabino da. **Educandários da zona urbana de Mossoró – Patronos -**. Mossoró, 1984. (Coleção Mossoroense). v.CCCXI.

SPINELLI, José Antonio. **Coronéis e Oligarquias no Rio Grande do Norte (primeira República e outros estudos)**. Natal: EDUFRRN, 2010.

\_\_\_\_\_. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Potiguar 1930-35**. Natal: EDUFRRN, 2010.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte 1889 – 1930**. Natal: EDUFRRN, 2008. (Coleção História Potiguar).

TAMBARA, E. Problemas teóricos-metodológicos da história da educação. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C.; SANFELICE, J.L. (orgs). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. Ensino técnico de nível médio: aspectos de sua programação. **Revista de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.54, n.119, p.280288, jul./set. de 1970.

VIEIRA, ANTÔNIO. **História para o futuro**. São Paulo: Pioneira, [1971].

WACHOWICZ, Lílian Anna. **O Método Dialético na Didática**. Campinas: Papyrus, 1991.

WANDERLEY, Walter. **Gente da gente: memórias**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973. Coleção Mossoroense, v. VVVI, série C.